

Capítulo VIII

Século XVI

Terra

Brasilis.

A vista!!!



Figura. 138. Terra Brasilis¹

¹ Figura. 138. Terra Brasilis. Atlas de 1515-1519. A versão original se encontra na Biblioteca Nacional de Paris, cf. Cortesão, 1935. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Estampa 22, código AT. 14.1.29. Este mapa tem uma ótima cópia na Mapoteca do Itamarati do Rio de Janeiro. Esta reprodução foi scaneada do livro de Moraes Belluzzo: Imaginário do Novo Mundo, 1994, p. 68.

8 A barca da exegese faz a anunciação da Terra Brasilis

8.1. Palavras preliminares ao capítulo

Todas as histórias, se as cortam em fatias, acabam com um capítulo último e outro penúltimo, mas nenhum autor os confessa tais; todos preferem dar-lhes um título próprio. Eu adapto o método oposto; escrevo no alto de cada um dos capítulos seguintes os seus nomes de remate, e, sem dizer a matéria particular de nenhum, indico o quilômetro em que estamos da linha. Isto supondo que a história seja um trem de ferro. A minha não é propriamente isso. Poderia ser uma canoa, se lhe tivesse posto águas e ventos, mas tu viste que só andamos por terra, a pé ou de carro, e mais cuidadosos da gente que do chão. Não é trem nem barco; é uma história simples, acontecida e por acontecer; o que poderás ver nos dois capítulos que faltam, e são curtos. (Cf. Machado de Assis, Isaú e Jacó, 1924, p. 420)

No primeiro item do capítulo I deu-se início ao estudo do passado transcendental dos saberes agrários brasileiros, cuja moral teve ao menos duas origens: a dos índios brasileiros de data desconhecida e a do Império colonial português criado em 1385, com a aliança do Mestre de Avis com a futura burguesia comercial portuguesa em formação. Daí para frente foi se modificando a tradicional economia portuguesa, de base agrário-pastoril de herança medieval e sob o controle da velha monarquia agrária que acabara de perder o poder político para essa nova e consangüínea monarquia comercial. Gradativamente, essa velha estrutura produtiva foi sendo substituída pela acumulação originária de capital, agora sob *ordenação* daquela mesma fidalguia, e com o apoio da Inglaterra (reinado de Eduardo III), que para o Mestre de Avis assumir o comando da política portuguesa.

Tal acumulação fora se consolidando mediante à expansão comercial portuguesa e acelera-se no século XV, sobretudo a partir dos resultados das ações do Infante D. Henrique. Este, diante do complexo de Sagres, foi mais um daqueles varões previdentes portugueses a promover a adonação de uma parte do mundo para o seu reino. Os primeiros adonadores, segundo aparece em

alguns testemunhos, foram uns navegadores anônimos do tempo do reinado de D. Afonso IV, que vão descobrir os Açores e as Canárias, embora alguns testemunhos acusem que esta última foi descoberta em 1402, ou seja, já na metade do reinado de D. João I.

Mas isso não é o fator mais relevante neste processo. O que importa, é que o Infante navegado foi verdadeiramente o líder pioneiro da expansão portuguesa, a começar pela invasão e tomada, em 1415, da cidade de Ceuta, no Marrocos, seguida pela tomada do arquipélago da Guiné, na África, em 1416(?), e pelo *achamento* dos arquipélagos da Madeira, em 1418, e do Cabo Verde, em 1456. Essa política expansionista feita graças ao melhoramento tecnológico, como foi salientado no capítulo anterior, foi seguida mais aguerridamente por D. João II (1481-1495) e consolidada, de fato, no reinado de D. Manuel I. Mesmo considerando que essa complexidade já foi bastante estudada e justificada pela ótica da acumulação originária mercantil, continua aqui interrogando se apenas isto justifica a ausência de interesse da Corte e da comunidade de nobres a ela vinculada, pelo saber-fazer agrário, em particular os vinculados à produção doméstica?

Entre as fontes testemunhos consultadas para esta pesquisa, identificou-se apenas duas experiências mais importantes relacionadas com o passado transcendental do saber-fazer agrário português. Da mesma forma que se considerou esses fatores, no referente à organização social da produção e/ou participação na macro-estrutura econômica e política, tanto do Estado português, quanto das suas ex-colônias, essas classes foram e continuam sendo excluídas. À exceção de eventuais casos próprios do fenômeno da mobilidade social, como alguns ocorridos no início da colonização brasileira, quando certas pessoas degredadas de Portugal — a maioria delas não originária do ambiente da Sociedade da Corte desse país — constituíram no Brasil grandes fortunas e terminaram contribuindo com a origem da formação do caráter e temperamento das camadas hegemônicas brasileiras. À-propos desse modelo, originou-se uma diversidade de comportamentos sociais no interior de uma mesma classe social,

independente do seu *status quo*,² indivíduos que simpatizam tenazmente, ainda hoje, por pessoas e coisas estrangeiras e outros que têm aversão a isso.

É por tal motivo que o tema em apreço começou, não necessariamente, de Beja, dos Algarves, de Ormuz, da Ilha da Madeira, do Timor ou de outros pontos fixos e/ou imaginários de Portugal, mas sim do *meio de Lisboa*, mais exatamente da Corte de D. Manuel, que oscilava entre o Palácio da Ribeira à Casa da Mina, e se espalhou pelo tempo e espaços no aquém e além-mar. Mas esse espalhamento jamais desdenhou os princípios dos saberes sobre a Cosmologia Universal então em vigência que cria-se ser uma dádiva de Deus.

Em razão da precisão na descrição dos fatores acima apresentados, é possível confirmar a afirmação de Tarracha Ferreira, citada no capítulo anterior, que Lopo Homem conhecera, não apenas uma parte, mas todo o litoral brasileiro. Dessa forma, a esquadra comandada por Duarte Pacheco Pereira, transportando a missão secreta que D. Manuel havia enviado para fazer o reconhecimento das terras situadas na linha de separação do Tratado de Tordesilhas, não aportara apenas no norte, mas fez todo o percurso da costa brasileira até a região do Prata.

Esta, ou de qualquer uma outra expedição que aqui aportava, sempre tinha um dos tripulantes encarregado de fazer o reconhecimento da extensão territorial do país, e assim saber se se tratava mesmo de uma ilha ou de um continente, cujos relatórios eram normalmente ilustrados com iconografias sobre a natureza e, em particular, o índio. Tendo, ou não, Lopo Homem conhecido as costas brasileiras, o fato é que em 1519, conforme afirmam os autores acima citados, sai a carta com o nome de Terra Basilis — segundo o sentido do enunciado regedor do discurso do frei Vicente de Salvador, apresentado no final do capítulo anterior — e não mais de Ilha de Vera Cruz ou de Terra de Santa Cruz.

O sentido do discurso do Diário Anônimo encaminhado a D. Manuel, assim como o do referido mapa, evidentemente representa o olhar do colonizador

² Este aspecto foi muito bem analisado por Dante Moreira Leite, em seu estudo sobre o Caráter Nacional Brasileiros,

sobre a nova realidade observada. Fora as descrições sobre as riquezas minerais que não se encontram no mapa — e estas se constituíam na principal preocupação de Portugal —, as demais, em particular, a descrição do índio e da natureza, que aparece no mapa, foi descrita no referido Diário, ao dizer:

(...) Traziam arcos não pode deles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar nas costas. (...) A feição deles é serem pardas, maneira de avermelhados, de bons rostos e bom nariz, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam nenhuma coisa cobrir ou mostrar suas vergonhas. E estão acerca disso com tanta inocência como ter em mostrar o rosto. Traziam ambos os beijos de furados e, metidos por eles cada um seus ossos de uso, brancos, de cumprimento de uma mão travessa, e da grossura de um fuso de algodão, e agudos na ponta com um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo, e o que lhes fica entre o beijo e os dentes é feito como de roque-de-xadrez. E em tal maneira o trazem ali encaixado que lhes não dá paixão, nem lhes estorva a fala, nem o comer nem o beber. [...] Os homens, como já dissemos, são baços, e andam nus sem vergonha, têm os seus cabelos grandes, e a barba pelada; as pálpebras e sobranceiras são pintadas de branco, negro, azul, ou vermelho; (...) as mulheres andam igualmente nuas, são bem feitas de corpos, e trazem os cabelos compridos. (...) As suas casas são de madeira, cobertas de folhas e ramos de árvores, com muitas colunas de pau pelo meio, e entre elas e as paredes pregam redes de algodão, nas quais pode estar um homem; e debaixo de cada uma destas redes fazem um fogo, de modo que numa só casa pode haver quarenta ou cinquenta leitos armados a modo de teares. (...) Nesta terra não vimos ferro nem outro algum metal, e cortam as madeiras com uma pedra. (Cf. Ferreira, [1993], pp. 360-362)

E assim, naquele século iniciado, não exatamente no dia 1º de janeiro, quando a Corte portuguesa em festa saudava D. Manuel, mas sim em 22 de abril desse ano de 1500, pois aí começa a se constituir mais uma nova cultura mundial, a qual, no *silêncio* do sentido do discurso da cultura ancestral (a européia), manifestava uma nova experiência totalmente diferente das demais enfrentadas por Portugal. Trata-se da consolidação do expansionismo colonial português, iniciado com o da ascensão da dinastia dos Avias ao poder, em 1385, e atingido o seu ponto máximo com D. Manuel. E este projeto colonial, segundo a concepção de Bosi, tinha como *pano-de-fundo* pregar em terras distantes que, pelas linhas imaginárias do Tratado de Tordesilhas, pertenciam a Portugal, uma nova fé: a católica. E esta, por ser hegemônica, se impunha às subalternas, eliminando-as, incorporando-as ou mesmo transmutando-as em algo diferente. E nesse cenário, como bem mostra Maria Yedda Linhares,

(...) A apropriação da renda altamente concentrada fazia-se na metrópole e a pequena parte que ficava na colônia, nas mãos do senhor da grande propriedade exportadora,

era consumida em gastos supérfluos. A organização da agricultura colonial, vinculada às correntes do comércio europeu, por seu caráter especializado, no plano internacional, não podia gerar sistemas produtivos internos. Daí, o povoamento esparso, rarefeito, e a multiplicação de “economia de subsistência” raramente capazes de produzir excedente para um diminuto, ocasional e intermitente comércio interior. (Cf. Linhares, 1979, p. 30)

E essa diversidade gerada pela oposição entre a produção para o mercado externo — o grande produtor — e o interno — o pequeno e médio produtores fechados em sua “economia de subsistência” —, vincula-se ao passado transcendental dos saberes agrários brasileiros. Estes têm uma das suas faces primitivas já revelada no mapa Terra Brasilis que aparece, exatamente, num momento em que o reino *portugalense* está enfrentando mais uma das suas ambigüidades: de um lado, *os sentimento de superioridade* por parte dos seus varões previdentes, do outro, a miséria, a falta de alimentos básicos na metrópole. Portugal, nessa época, enfrenta mais uma das suas crises agrárias, notadamente no seu espaço aquém-mar, e no qual cultivou uma agricultura que sempre foi inexpressiva em relação aos demais países europeus. Essa crise começa a se ensaiar também no seu único núcleo agrícola ainda de grande expressão, o seu antigo parque canavieiro: a Ilha da Madeira. Hermano Saraiva diz que

(...) O primeiro rebate da crise deu-se ainda no reinado de D. Manuel, em 1515. Depois da conquista de Azamor,³ o rei quis ampliar as bases portuguesas no litoral marroquino, talvez como preparativo para a conquista do reino de Fez.⁴ Este dominava uma região agricolamente fértil e representava uma ameaça cada vez mais grave para a nossa presença no Norte da África. Em 1515 partiu do Tejo uma armada com muita gente, cuja missão era construir duas fortalezas em Mamora e Anafé (junto da atual cidade de Casablanca). Mas os Mouros atacaram e o desastre foi enorme: quatro mil homens, com navios, toda a artilharia perdida, a população destinada a colonizar aprisionada e vendida como escreva. (Cf. Hermano Saraiva, 1993, pp. 170-171)

E nesse processo mesclado de *crises e farturas*, passaram-se mais de três séculos, começados com o mapa Terra Brasilis, *inaugurado* por D. Manuel e continuada pelos seus sucessores. E o passado transcendental dessa parte do

³ Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbete Azamor. *Praça marítima na costa de Marrocos, conquistada em 1513 pelos portugueses sob o comando de D. Jayme, duque de Bragança, foi abandonada em 1542.*

⁴ Cf. LELLO UNIVERSAL. Verbete Fez. Uma das duas capitais de Marrocos na margem do rio Fâs, residência oficial do sultão. Ali morreu D. Fernando, o infante santo. [Era filho de D. João I]. Foi

processo civilizador se conhece — que já foi e continua sendo interpretado de diferentes maneiras — dado os fragmentos dos testemunhos que resistiram ao tempo. O contrário da civilidade portuguesa é a outra civilidade, a ameríndia, cuja forma pela qual se originou de nada se sabe, pois as mesmas não tinham a cultura da memória registrada, como tinha as civilidades adonadoras. Sobre este aspecto escreve Lévi-Strauss que

(...) Por pouco conhecidos que fossem os índios de Pimenta-Bueno, não poderia esperar deles o choque sentido pelos grandes autores Léry, Staden, Thevet, que há quatrocentos anos puseram pé no território brasileiro. O que então vira, os nossos olhos nunca voltarão a aperceber. As civilizações que eles foram os primeiros a observar tinham-se desenvolvido, segundo outras linhas diferentes das nossas, mas não haviam por isso deixado de atingir toda a plenitude e toda a perfeição compatíveis com a natureza, enquanto que as sociedades que nós podemos hoje estudar — nas condições que seria ilusório comparar àquelas que prevaleciam há quatro séculos — já não são senão corpos débeis e formas mutiladas. (Cf. Lévi-Strauss [1986, p. 322])

Mas foi nesse processo que a cultura brasileira se constitui aprisionada por uma filosofia de vida imposta por uma irresoluta nova civilidade, transmutar-se-iam velhos valores éticos, morais, culturais e religiosos. O escritor mexicano Carlos Fuentes (1992) diz que esse tipo de manifestação tinha como princípio celebrar uma nova fé, a católica, como superação às religiões locais. Assim, a *nova cultura* americana começava a se formar aprisionada entre um novo universo a ser construído a partir da destruição de um mundo indígena existente, como se pode observar, por exemplo, na figura a seguir.

aprisionado pelos mouros em Tanger, em 1437, e ficou prisioneiro destes durante seis anos quando resolveram executá-lo.



Figura 139. Europeus destruindo uma aldeia⁵

Tais aspectos foram também muito bem descritos por Victor Leonardi, ao analisar as condições históricas do processo de acumulação mercantil português, sobretudo em relação à violência praticada quando da tentativa de escravização inicial do índio, uma vez que a mesma era escassa ou inexistente (sic) no seio das próprias tribos. Diz ainda Leonardi que

(...) Foi, portanto, e por intermédio da morte que os portugueses avançaram para o interior das capitâneas mais importantes do período colonial, tanto nas áreas em que era o açúcar a base da economia como nas áreas da pecuária mineração. Na Bahia, a partir da capital da Colônia, não foi apenas seguindo as boiadas e o avanço dos currais pelo sertão adentro que o domínio luso se estendeu. Foi também, e

⁵ Figura 139. Europeus destroem uma aldeia ameríndia. Gravura do livro de Theodor de Bry editado em *Historia Americae Sive Novi Orbis. Comprahendens in XIII. Sectionibus Exacctissimam Descriptionem Vastissimarvm et Mvltis ab hinc seculis incognitarvm Terrarvm, quae nunc passim Indae Occidentalis Nomine*. Frankfurt am Maim, 1634. (Vieira, Abril/Setembro de 1997, p. 17) Obs.: Todas as gravuras do livro de Bry são originárias das obras dos diversos cronistas que passaram pelo Brasil no século XVI.

*principalmente, pela guerra contra os Paiajá, Acroá e Amoipira, iniciada logo após a segunda guerra contra os índios de Jaguaripe e Paraguaçu, de 1558/1559. Com a descoberta de ouro na serra de Jacobina, os garimpeiros completaram o “serviço” iniciado pelos boiadeiros e plantadores de cana. Em Pernambuco, o sucesso econômico de Duarte Coelho, a partir de Olinda, da década de 1540 em diante (programa colonizador que deu os melhores resultados e lucros), teve de passar por cima da resistência dos Tabajaras e dos Caetés. Os engenhos que povoaram a várzea do Capibaribe e dos rios Jaboatão e Pirapama não foram construídos em **terras de ninguém**, como até hoje se diz no Brasil, mas em terra de índio, índio morto para o comércio internacional de açúcar se desenvolver. Logo a seguir, os engenhos ocupariam a área que vai até a foz do São Francisco, no atual estado de Alagoas. Em 1584, já havia 81 engenhos em Pernambuco, total que passaria para 121 no início do século XVII. (Cf. Leonardi, 1996, p. 47)*

Pela análise de Leonardi, o processo de adonação das terras brasileiras pelos portugueses foi movido pela morte, o que de certa forma era justificado pelo *discurso impudente da própria religião oficial* (a católica) pois esta tinha como um dos seus dogmas legítimo e necessário à expansão da fé cristã — e por escala também a do mercantilismo — a morte como salvação da vida. Mas essa salvação não se limitaria apenas às mortes naturais, mas também àquelas provocadas pela violência, pois a ação em si não importava, pois isto era uma determinação divina. A morte — cuja credence popular é representada, de modo geral, por um esqueleto humano armado de uma foice arrebatando as vidas — por meio da violência, sobretudo aquelas apontadas por Leonardi, seria uma espécie de glória para quem morria, pois assim poderia reduzir os pecados cometidos em vida e ficar ao lado do Senhor para voltar à Terra e juntar-se aos vivos para que, no Juízo final, possa

(...) o Senhor, ao sinal dado, à voz do arcanjo e ao som da trombeta divina, descer do céu, então os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; em seguida nós, os vivos que estivemos lá, seremos arrebatados com eles nas nuvens para o encontro com o Senhor, nos ares. E assim, estaremos para sempre com o Senhor. Consolai-vos, pois, uns aos outros com estas palavras. (Cf. Bíblia de Jerusalém (Primeira Epístola aos Tessalonicenses), 1985, p. 2220)

8.1.1 “Da Corografia Brasília” e da “ordem de povoar”⁶

Dando seqüência ao item anterior, este e os demais tanto deste quanto os do capítulo seguinte são pequenos tópicos que visam, na maneira do possível, argumentar e/ou explicar os fatos neles narrados e relacioná-los com os anteriores e com as conclusões finais do objeto do estudo em apreciação. Com eles se concluirá a última *unidade ideológica* do presente estudo (o tomo III), segundo a definição dada na introdução, e, da mesma forma que nos anteriores, os seus assuntos serão apresentados à luz da interpretação dos sentidos dos discursos das fontes testemunhos. No presente item procurar-se-á explicar, de forma concisa, como depois do *achamento* dessa suposta ilha ou Terra dos Papagaios “(...) *se deu ordem a se povoar*”. (Cf. Frei Vicente do Salvador, 1982, p. 56)

Ao fazer isso, remata-se alguns fenômenos próprios do período que compreende uma parte do Estado monárquico português, e possíveis de contribuição à construção da unidade do objeto em apreciação. E a incursão por assuntos tais, como os relacionados com a navegação oceânica, a visão cosmológica do mundo — com ênfase na apropriação da natureza com fins econômicos — ou a própria teologia de então, também tem essa mesma finalidade. Diz Magalhães Godinho,

(...) As navegações oceânicas e as conquistas da Cristandade, a formação da Europa e a sua irradiação, não só teceram a rede mundial de trocas como criaram também configurações políticas através dos jogos dos impérios e nações, das colônias e da subordinação de sociedades outras. É assim que as Américas são moldadas pelos conquistadores e colonizadores segundo paradigmas europeus — é uma verdadeira invenção de uma realidade nova... (Cf. Godinho, In: Novaes, Op. cit. p. 55)

Destarte, a modelagem das Américas, segundo a expressão de Godinho, em especial a do Brasil, por algum tempo depois do seu *achamento*, e como está representada no mapa Terra Brasilis, era ainda para os seus habitantes

⁶ A expressão Corografia Brasília é de Manuel Aires de Casal, e a ordem de povoar do Frei Vicente do Salvador.

autóctones ser este o país das palmeiras. Logo, tem-se aí um modelo civilizatório que era então explicado segundo a imaginação cosmológica de pessoas que não conheciam o substantivo Brasil, mas sim Pindorama, por ser a Terra das Palmeira. Terra esta cujas características paisagísticas levaram alguns daqueles intelectuais orgânicos — segundo a definição gramsciana para este conceito —, ou varões previdentes, a imaginarem ser aqui o Paraíso Terreal tão decantado pela ideologia teológica/eclesiástica de então. Esse paraíso, comentado aqui em diferentes momentos, veio preencher aquele espaço vazio dos mapas antigos, ou o da Terra Incognita da Geografia de Ptolomeu e constituir a Quarta parte do mundo. Finalmente, Terra Brasilis, à vista daqueles varões previdentes portugueses, que sonhavam ocupá-la, porque subtendia-se no sentido do discurso exegético, que um dia esse reino se constituiria no Quinto Império do Mundo.

A dinâmica do processo histórico modificou os saberes cosmológicos e cartográficos medievais, preenchendo aquele espaço vazio dos velhos mapas acima referidos com um novo motivo: as supostas terras estimuladoras da assinatura do Tratado de Tordesilhas, cuja primeira representação cartográfica se encontra no planisfério del Cantino, já analisado no capítulo anterior. O que lá foi descrito sobre o planisfério, pode ser ratificado por uma variedade de obras que também serviram de base para a análise, com destaques para as de Jaime e Armando Cortesão, as de Joel Serrão, as de Carlos Malheiro Dias e as de Oliveira Marques, em particular, o seu compêndio ilustrado com mapas e demais motivos da época, *A Expansão Quatrocentista* [1998].

Tem-se, assim, o desaparecimento daquele então espaço vazio reservado à Quarta parte do mundo e a sua substituição nos novos saberes cosmológicos materializados na também nova cartografia, pois o mesmo passou a ser preenchido com desenhos e demais motivos sobre as terras de ilhas e/ou continentes, ou de representações celestes diferentes daquelas que apareciam nos céus europeus. Em correspondência menor, o imaginário do Quinto Império foi sendo esquecido e a cosmologia pindorâmica desaparecendo, quer seja no plano concreto, quer seja no imaginário, inclusive no dos herdeiros daqueles

autóctones. A não esperança na concretização do primeiro foi mais lenta, enquanto que da segunda restou apenas o vocábulo Pindorama, registrado em dicionários, enciclopédias do presente e em livros e demais registros documentais do passado, empoeirados e depositados em arquivos e bibliotecas. Resistiu e venceu o vocábulo brasileiro para adjetivar um espaço específico que no decorrer dos últimos cinco séculos, transmutou-se pelas feições de outras fronteiras, paisagens, estradas, tempo, rua... que antes pareciam tão distantes e hoje

(...) Esta estrada, esta rua, lembra um desfiladeiro – com estas montanhas que de repente parecem assim emergir de cada lado: a menos de um metro de onde estão os meus pés, que finalmente decidiram voltar-se para a direita.

Está tão próximo, tudo, e ao mesmo tempo tão distante, que o certo será esperar que essas montanhas se aproximem ainda mais de mim – como aconteceu ainda há pouco com os elefantes e os seus faróis acesos: acesos, e não me viram!

E o pior é que nem sei se o tempo aqui se mede como se media antigamente, com minutos e frações de minutos, os dias e os meses contados nos dedos quando se tem dedos para contar – ou mesmo assim só por dentro, com o pulsar do coração. Quem me pode garantir há quantas horas ou há quantos séculos eu me livre há pouco de ser esmagado como um verme, o último dos vermes, ou mesmo se não fui eu que deixei de esmagar o inimigo, assim parado e ao mesmo tempo empurrado para a frente, como ainda agora sinto que me empurraram contra a minha vontade? (Cf. Carvalho, 1963, pp. 74-75)

E nesse movimento oscilatório desse *empurramento*, os diferentes saberes lusitanos — já não tão puros como os eram na sua origem romana, pois a desterritorialização da cultura lusitana ao subordinar certas culturas do velho mundo —, transmutam-se reciprocamente, e esse processo continua ao *tropeçar* com a cultura do novo território do aquém-mar. Tanto as ações lusitanas quanto as das demais nações européias que se sentiam no direito de se desterritorializarem adonando-se das terras Brasilis, vêm sendo aqui enunciadas mediante os diferentes testemunhos em análise. Um deles, já utilizado no capítulo anterior, é o texto-documento da História do Brasil (1500-1627), do frei Vicente do Salvador. O discurso do frade não é dissonante dos tons dos demais discursos do confronto do colonizador (Cf. ORLANDI, 1990), ao enunciar:

(...) A TERRA DO BRASIL, QUE ESTÁ NA AMÉRICA, UMA das Quarta partes do mundo, não se descobriu de propósito e de principal intento, mas acaso, indo Pedro Álvares Cabral, por mandado de el-rei D. Manuel no ano de 1500 para a Índia por capitão-mor de onze naus. Afastando-se da costa da Guiné, que já era descoberta ao Oriente, achou estoura ao Oriente, da qual não havia notícia alguma; foi costeando

alguns dias com tormenta até chegar a um porto seguro, do qual a terra vizinha ficou com o mesmo nome. (Cf. Frei Vicente do Salvador, 1982, p. 56)

Mas esse acaso, segundo o enunciado regedor do discurso acima, não despertou imediatamente a voracidade natural de D. Manuel pela Terra Brasilis, apesar de, dois anos antes (1498), ter enviado uma expedição secreta comandada pelo cosmógrafo Duarte Pereira Pacheco. Nesta, estava também o cartógrafo Lopo Homem, um dos autores do mapa em análise no item seguinte, a fim de confirmar a linha imaginária traçada pelo Tratado de Tordesilhas, dividindo as terras entre Portugal e Espanha. Este estado de espírito de D. Manuel quando ficou sabendo da novidade achada por Cabral — certamente com a leitura da carta de Caminha —, aparece mais uma vez no discurso do Frei Vicente, com o seguinte sentido:

(...) POSTO QUE EL-REI D. MANUEL, QUANDO SOUBE A nova do descobrimento do Brasil, feito por Pedro Álvares Cabral, andava mui ocupado com as conquistas da Índia Oriental, pelo proveito que de si prometiam, e com as da África pela glória e louvor que a seus vassallos delas resultava, não deixou, quando teve ocasião, de mandar uma armada de seis velas e por capitão-mor delas Gonçalo Coelho, para que descobrindo-lhe os portos e rios, e em muitos deles entrou e assentou marcas com as armas del-rei, que para isso trazia lavrado. (Cf. Frei Vicente do Salvador, 1982, p. 105)

Mas na realidade, durante a sua vida, D. Manuel não deu nenhuma ênfase à adonação das terras do Brasil. Isto só passou a acontecer, de fato, com o reinado do seu filho, o avarento futuro rei D. João III (1521-1557), como mostra um fragmento que sobrou de um documento do ano de 1538. Embora tenha apenas três linhas — o resto do documento está danificado —, serve para reforçar o que outros testemunhos têm descrito sobre a política de D. João III na adonação da Terra Brasilis. O referido documento é sobre os “(...) *Apontamentos que mandou/Diogo Nunes a El Rey de Portugal/ Dom João 3º do que obrou nas par/tes dos Brasis e outras com o descobri/mento de muitas terras, villas, e lu/gares; e qualidades de gentes, rique/zas, e mantimentos destas nas par/tes das Indias*”. (BNRJ. Códice 11, 3, 20).

Mesmo que o documento ressalte o descobrimento de outras terras, e o próprio mapa Terra Brasil, com certeza, era conhecido por D. João III, não tinha

de certo uma idéia da extensão territorial, como mostra o Frei Vicente na citação a seguir:

(...) Da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não há a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do 'mar como caranguejos.

Depois do sobredito concerto e demarcação se moveram ainda novas dúvidas sobre a conquista destas terras, porque um português por nome Fernão de Magalhães, homem de grande espirito e de muita prática e experiência na arte de navegação, por um agravo que teve de el-rei D. Manuel, por lhe não mandar acrescentar um tostão à moradia que tinha pera ficar igual à de seus antepassados, se tirou do seu serviço e se passou ao imperador Carlos Quinto, oferecendo-se a lhe dar maiores proveitos da Índia de que tinham os portugueses, e por viagens mais breve e menos custosa e perigosa que a sua, por um estreito flue ele novamente descobrira na costa do Brasil, e lhe pôs também as ilhas de Maluco na demarcação de Castela. Ao que o imperador não somente deu Grelhas, mas admitiu ao seu serviço e, posto que el-rei lhe escreveu logo fazendo-lhe as lembranças necessárias, não deixou de dar navios e gente a Fernão de Magalhães, com que cometeu a viagem e foi pelo estreito às ilhas de Maluco, onde todos se perderam exceto ele que, depois de passar muitos trabalhos e perigos e cinco meses de fome estreitíssima, de que lhe morreram vinte e uma pessoas, os que ficaram vivos, constrangidos da extrema necessidade, arribaram à ilha de Cabo Verde, onde os portugueses, enquanto não souberam da viagem que traziam, os agasalharam e proveram todos os mantimentos e refrescos necessários, porque os castelhanos diziam virem das Antilhas. Mas, depois que entenderam a verdade, determinaram secretamente de lançar mão da nau e a fazerem deter até darem aviso ao reino, o que também aventaram os castelhanos, e se fizeram à vela com tanta pressa que não tiveram tempo de recolher o seu batei, e os da ilha o tomaram com treze homens que estavam em terra, e os mandaram logo a el-rei com novas do que passava.

El-rei, que já nesse tempo era D. João o Terceiro, por falecimento de el-rei D. Manuel, seu pai que havia um ano era morto a 13 de dezembro de 1521, mandou logo quatro caravelas em busca do navio, mas, por maior pressa que se deram, acharam novas que já era aportado em Servilha.

Pelo que determinou no seu conselho de mandar pedir ao imperador toda a especiaria que o navio trouxera das ilhas de Maluco, por estarem dentro da sua demarcação, e que não quisesse começar a dar motivo de se quebrarem as pazes que por ambos estavam ratificadas e assim o escreveu ao imperador. E a Luís da Silveira, que havia mandado por seu embaixador a Castela sobre casamentos e alianças, escreveu mudasse a substancia da embaixada e só tratasse deste negócio, como também o mandou fazer o imperador pelo seu secretário que estava em Portugal, Cristóvão Barroso. Ao qual escreveu que falasse logo a el-rei e lhe desse uma carta que sobre isso lhe escrevia, em que se queixava muito de todas essas coisas, e principalmente de ele mandar ao alcance da sua nau, que vinha carregada de especiaria das terras que cabiam na sua demarcação sem tocar por toda a Índia, e que isto era quebrar as capitulações antigas e novas das Fazes que estavam assentadas e juradas de um reino a outro, sendo todos os navios portugueses por seu mandado mui bem recolhidos em todos os portos dos seus senhorios. Por onde lhe pedia que lhe mandasse soltar os presas e castigar na ilha os que os prenderam, às quais queixas se respondeu de parte a parte que se poriam em juízo e se julgaria o que fosse justiça. (Cf. Frei Vicente, Op. cit., pp. 59-60)

A respeito dessa disposição do rei-filho e da suposição da abstenção do rei-pai pelas coisas do Brasil, o frei acima citado justifica com o seguinte argumento:

(...) Mas, pela pouca experiência que então se tinha de como corria a costa e os ventos com que se navega, passou tantos trabalhos e infortúnios que [Gonçalo Coelho] foi forçado tornar-se pera o reino com duas caravelas menos, e a tempo em que já era morto el-rei D. Manuel, que faleceu no ano do Senhor de 1521, e reinava o seu filho el-rei D. João Terceiro, ao qual se presenteou com as informações que pode alcançar. Pelas quais el-rei, parecendo-lhe coisa de importância, mandou logo outra armada, e por capitão-mor dela Cristovão Jaques, fidalgo de sua casa, que neste descobrimento trabalhou com notável proveito sobre a clareza da navegação desta costa, continuando com seus padrões conforme o regimento que trazia. E andando correndo esta grande costa veio dar com a baía que chamou de Todos os Santos, por ser no dia da sua festa, primeiro de novembro, e entrando por ela, especulando todo o seu recôncavo e rios, achou um deles chamado de Paraguaçu duas naus francesas que estavam ancoradas comerciando com gentios, com as quais se pôs às bombardadas⁷ e as meteu no fundo com toda a gente e fazendo logo se foi para o reino, e deu as informações de tudo à Sua Alteza. (Cf. Frei Vicente, Op., cit., p. 103)

O historiador brasileiro Vicente Tapajós que ideologicamente se identifica com vários outros historiadores luso-brasileiros atuais ou de épocas passadas, ao invocar o pensamento conservador de Afonso Arinos, vai também exaltar a *boa ação* de D. João III se voltar para a adonação efetiva do Brasil, assim se pronunciando:

(...) O Brasil deixa de ser simples competição de comerciantes europeus ou pouso de aguada para as naus que demandavam às Índias, para ser vasta e rica colônia de intensa exploração agrícola. E se fez, essa mudança, no reinado de D. João III, graças não só aos cuidados da Coroa, senão também — e especialmente — à sabedoria com que o príncipe soube escolher os homens que pôs à frente da obra, dos quais se destacam, forçosamente, Martim Afonso de Sousa, Duarte Coelho, Tome de Sousa, D. Duarte da Costa e, por fim, Mém de Sá. (Cf. Tapajós, 1983, p. 117)

Quanto à dimensão territorial do Brasil durante o século XVI, todos os testemunhos, incluindo entre eles o mapa Terra Brasilis, apresentam alguns elementos que serviram para se formar os primeiros juízos acerca da posição que este país ocupava no Globo terrestre. Dentre esses testemunhos, em certos pontos, alguns deles coincidem com o que está representado no mapa, e que

⁷ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: bombardar, do francês bombarde. Tiro de bombardar. Antiga máquina de guerra com que se arremessavam grandes blocos de pedra. Antiga peça de artilharia, de cano curto e grosso calibre, que atirava grandes bolas de ferro ou de pedra. Música: antigo instrumento de palheta dupla, semelhante a um oboé

também serviram de base para os geógrafos de várias gerações, inclusive das mais recentes e/ou atuais, explicarem as características do relevo brasileiro. No entanto — e também não tinha condições de ser diferente, uma vez que o mapa já dá uma configuração muito próxima as que seguiram posteriormente — os demais testemunhos dão apenas uma vaga idéia do que viria a ser este continente.

O mapa em destaque é a primeira representação visual, a primeira iconografia real do Brasil e a sua autoria foi atribuída a Lopo Homem e aos irmãos Pedro e Jorge Reinel. Os referidos autores eram conhecidos e já famosos cartógrafos da Corte portuguesa e conhecedores das técnicas de produção de mapas planisféricos, tema este já tratado nos capítulos anteriores. Por outro lado, este mapa não deixa de ser uma espécie de inventário, segundo a imaginação dos seus autores, sobre a constituição territorial, clima, cursos de rios, faixa litorânea, vegetação, tipos de animais e de pássaros, assim como os tipos físicos, os hábitos e os costumes dos habitantes da nova terra então desconhecida.

Apresenta ainda uma minuciosa descrição da costa do país, povoado por indígenas que colhem e transportam, sobre os ombros, o pau-brasil (Cf. Moraes Belluzzo, 1994, p. 68) até os navios ancorados, com remuneração feita por meio de troca de artigos diferentes. Diz ainda Moraes Belluzzo que o mapa representa a grande obra do império marítimo português que está reunida no Atlas Miller. Este Atlas, diz essa autora, é composto pelos mapas e cartas geográficas produzidos entre os anos de 1515 a 1519.

Armando Cortesão descreve o mapa *Terra Brasilis* dizendo ser uma iluminura das mais belas e ricas. De fato, além dessa característica e de uma inscrição em latim em letras góticas, porém inteligíveis, o mapa apresenta, com detalhes, um conjunto de termos peculiares à toponímia da costa brasileira do Maranhão até o Rio da Prata. Entre outros topônimos, destacam-se a foz do rio da Prata, no extremo sul do Brasil, o monte Pascal, no sul da Bahia, o rio real entre a Bahia e Sergipe, a Ponta Aleixo entre Pernambuco e Paraíba etc. Além destes

rústico. Tubo de órgão de palheta. Náutica: navio de dois mastros, com vela bastarda no de vante e vela latina quadrangular no de ré, e que servia para transportar artilharia.

aspectos, tem-se ainda a representação da natureza com suas árvores e pássaros, tais como papagaios, araras vermelhas e outros, que já aparecem também no planisfério de Cantino e em Terra Papagalli, de Waldseemüller, apresentados nos capítulos VI e VII. Por fim, representa os hábitos, costumes e saberes técnicos dos indígenas, tais como o vestuário, o arco e a flecha etc. Em relação à sua concepção cartográfica, diz Cortesão que

(...) O centro da construção está colocado um pouco a leste da costa brasileira, marcado por simples rosa-dos-ventos tendo dispostas em volta, em circunferências e eqüidistantemente, as habituais dezesseis rosas-dos-ventos do sistema, os centros dagulmas das quais ficam fora os desenhos, sendo apenas quatro ornamentadas. À direita vê-se a escala da latitude e tronco de léguas. (Cf. Cortesão, 1935, pp. 281/182)]

Segundo Moraes Belluzzo, este mapa representa, portanto,

(...) a grande obra do império marítimo português que foi reunida no Atlas Miller e compreende mapas feitos entre 1515 e 1519, pertencente ao Departemant de Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de Paris, França". (Cf. Moraes Belluzzo, 1994, p. 68)⁸

Além da riqueza de detalhe das suas características implícitas, que estão visualmente presentes, tem o seu valor histórico por ser a primeira representação visual — e oficial — de uma nova terra ainda imaginada como sendo uma ilha situada no Paraíso Terrestre, embora este não exista sem o inferno. (cf. Laura de Mello e Souza, 1986). Quanto da sua concepção cartográfica — o que é quase que perfeita para a época —, não se tem dúvida de que os respectivos cartógrafos basearam-se no texto do Tratado de Tordeseilhas, pois ambos os trabalhos coincidem ponto por ponto.

No que se refere à questão da natureza e, em especial, dos topônimos, a literatura produzida sobre o Brasil até 1519 não tratava ainda desses aspectos, mas apenas dos relacionados ao clima, índice pluviométrico, estrutura de sociabilidade do índio etc. Da literatura consultada⁹ sobre o assunto em pauta,

⁸ Na pesquisa feita para esta tese nos acervos cartográficos apresentados na introdução, não foi identificada nenhuma referência que pudesse indicar a passagem dos seus autores por este país, nem a data exata que passou a fazer parte do acervo cartográfico do Departemant de Cartes et Plans de la Bibliothèque Nationale de Paris, França.

⁹ 1) Viagem de Vicente Yañez Pizon (Janeiro de 1500); 2) Viagem de Diego de Lepe (Fevereiro de 1500); 3) Carta de Caminha (1º de maio de 1500); 4) Carta do Mestre Johan (1º de maio de 1500); 5) Relação do Piloto Anônimo (julho de 1501); 6) Diário de Américo Vespúcio (1503); 7) Viagens

o historiador português Orlando da Rocha Pinto é dos poucos a firmar — porém não dá uma data precisa, mas foi entre a primeira e a segunda década do século XVI — que um dos autores do mapa, Lopo Homem visitou as costas brasileiras. A sua afirmativa, é que Lopo Homem tinha a missão de desenhar a costa do Brasil, cujo resultado final deste expedição foi a

(...) carta hoje pertencente ao chamado Atlas Miller da Biblioteca Nacional de Paris. Lá figura: o Tupi brasileiro. Carta que ilustra a primeira fase da exploração do Brasil, na base da indústria extrativa: a terra fornecendo a madeira e o português pagando os serviços do indígena com a preciosa ferramenta, machado de ferro até então desconhecido dos indígenas brasileiros. (Cf. Rocha Pinto, 1995, p. 36)

Hans Staden faz uma breve descrição em apenas dois parágrafos para descrever o que pode observar do relevo brasileiro a partir do seu olhar do litoral para o interior. A sua descrição situa-se basicamente a partir da Baía-de-Todos os Santos. Fala de uma cadeia de montanha que se estende num total de duzentos e quatro milhas ao longo da costa. (Cf. Staden, Op. cit., p. 153) Além disso, apresenta o mapa exposto a seguir, que assim o descreve:

(...) O país com os portos citados, como os vi em parte da América, a quantos graus ficam situados, também como se denominam os habitantes e como confinam suas terras. Tudo isto fiz constar deste mapa, conforme melhor me ensinou minha memória, de sorte que seja compreendido facilmente por qualquer homem inteligente. (Cf. Staden, Op. cit. p. 40)

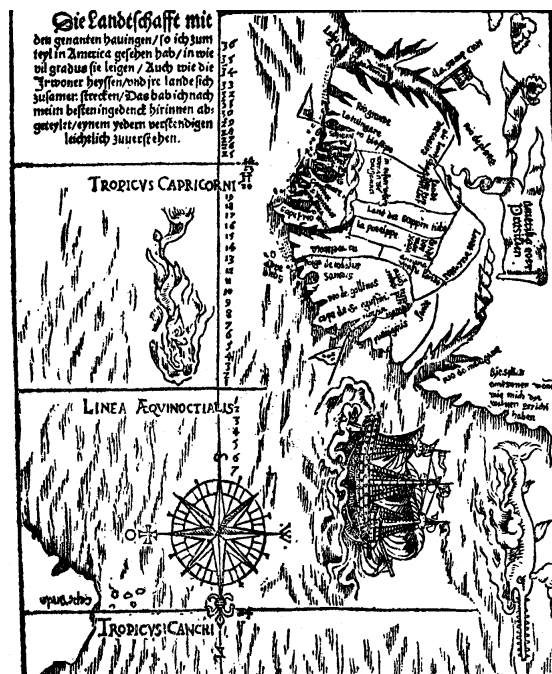


Figura 140. Mapa de Staden¹⁰

Atônito com a paisagem e a beleza dos pássaros, em particular o tucano, que André Thevet toma como uma espécie de indicador para narrar a

de Paulmier de Gonneville (1503-1504); 8) A Nova Gazeta da Terra do Brasil (1514) e 9) Viagem em volta do Mundo de Fernão de Magalhães descritas no Diário de Pigaffetta (1516).

¹⁰ Figura 140. Mapa de Hans Staden. Op. cit. p. 40.

extensão do litoral brasileiro, do Amazonas ao Rio da Prata, descreve o rio Amazonas, qualificando-o de mar doce, ao assim dizer:

Aproveitando que estamos com a pena na mão escrevendo sobre os lugares descobertos e povoados que se situam além da Linha Equinocial, entre o Meridião e o Poente... (...) Para que melhor se compreenda este assunto, é preciso lembrar que o príncipe da Espanha mantém sob seu domínio vastas extensões territoriais, compreendendo tanto ilhas quanto terras firmes das Indias Ocidentais, mormente no Peru e na América. A pacificação dessas terras, conseguida depois de muito tempo, permitiu que delas se retirassem grandes rendimentos. Vai daí que um certo capitão espanhol, destacado para o Peru por ordem do príncipe, resolveu seguir por terras e águas a fim de descobrir um caminho para o Rio da Prata (que fica a setecentas léguas do Cabo de Santo Agostinho, que está, por sua vez, a trezentos léguas das ilhas do Peru). (...) que este rio é o mais largo e extenso de todo o mundo, pois sua largura é de 59 léguas e seu comprimento ultrapassa mil léguas! Muitas pessoas preferem designá-lo por Mar Doce. Tanto este quanto o Rio Maranhão procedem das encostas das altas montanhas de Muiubamba⁴, estando suas nascentes, porém, a 104 léguas de distancia. A cerca de 600 léguas desse ponto, confluem os dois rios na planície. A maré invade-lhe o leito por cerca de umas 40 léguas. Assim como o Nilo, que banha o Egito e, segundo a opinião de alguns, procederia das Montanhas da Lua (coisa que me parece bastante razoável) também o Orellanas tem enchentes em determinadas épocas do ano. (Cf. Thevet, Op., cit., pp. 203-204)

Thevet, como pode se observar no sentido de todo o seu discurso, estava empenhado mesmo em conseguir transformar o Brasil em sua França Antártica. No entanto, ao contrário do que faz quando

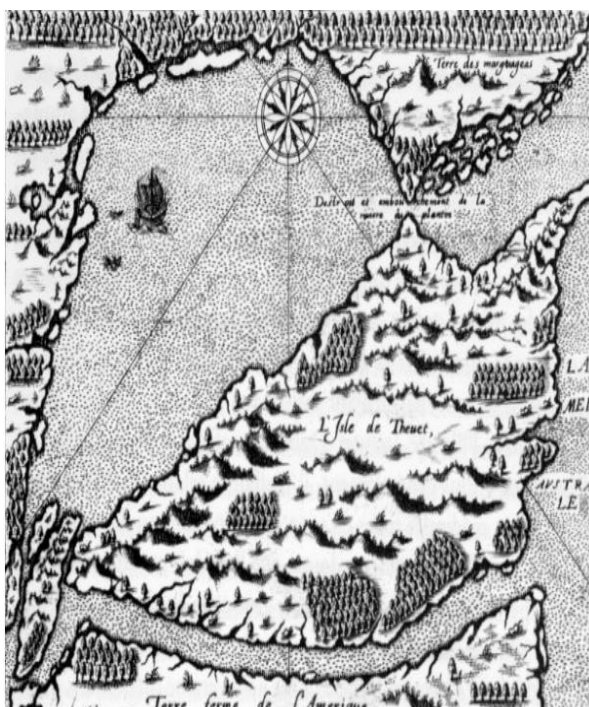


Figura 141. Mapa da ilha de Thevet¹¹

¹¹ Figura 141. Mapa da ilha de Thevet. "L'Isle de Thevet", face à la côte du Brèsil, par 28° de latitude australe. Taille-douce provenant du "Grand Insulaire" d'André Thevet. In: Lestringant, Op. cit. p. 25.

relata outros motivos, não apresentou, como fez Staden, um mapa sobre o Brasil. Na versão fac-similar de *As Singularidades da França Antártica*, organizada e comentada por Lestringant, apresenta apenas o mapa acima citado referente a uma ilha situada nas costas do Brasil, que vem a ser a ilha de *Villegagnon*, onde foi construída a Escola naval do Rio de Janeiro. Sobre esta ilha, diz Thevet:

(...) Depois de permanecermos ali pelo esperado dois meses, durante os quais procedemos ao exame de todas as ilhas e sítios da terra firme, batizou-se toda a região circunvizinha, que fora por nós descoberta, de França Antártica. Não se encontrou um lugar mais conveniente para estabelecer-se uma colônia fortificada do que uma ilhota minúscula, de apenas uma légua de circuito, situada quase na boca deste rio de que estamos falando, à qual se deu o nome de Coligny, assim como também o forte nela edificado. (...) Trata-se de uma ilha muito aprazível, recoberta de enorme quantidade de palmeiras, cedros, paus-brasis e arbustos aromáticos, verdejantes durante todo o ano. Na verdade, ali não havia água doce, mas esta não tinha de ser trazida de muito longe. (Cf. Thevet, Op. cit. p. p. 93)

Essa mesma ilha é também descrita por Jean de Léry — que, da mesma forma que o seu rival conterrâneo, não fez um mapa sobre a extensão territorial do Brasil —, ao ressaltar a recepção dos índios quando os franceses aportaram no Rio de Janeiro. Sobre essa recepção, diz Léry que os índios já eram “(...) aliados do nosso país, que além de nos acolherem muito bem nos deram notícia de *Pai Colas* que é como chamavam a ilha de *Villegagnon*. (Cf. Léry, Op. cit., p. 50)

Quanto à descrição de Thevet sobre o Rio da Prata, faz algumas considerações sobre a luta dos espanhóis com os portugueses, mas o que é mais importante, nesta narrativa, é a primeira idéia descrita com palavras da dimensão da costa brasileira. Sobre este aspecto, diz ele:

*(...) Já que estamos tão adiantados em nosso assunto, penso que seria interessante dizer agora algumas palavras acerca deste belo rio americano que os espanhóis denominam Rio da Prata, em razão de sua amplidão⁸, ou então devido às minas de prata que se encontram na região que ele banha. Os nativos chamam-no de *Paranaguaçu*, isto é, "mar" ou "imensa acumulação de água". Ele mede 26 léguas de largura, situando-se a 35 graus da Linha Equinocial e a 670 léguas de distancia do Cabo de Santo Agostinho. Acho que foram os seus primeiros descobridores que lhe deram o nome de Prata, pela primeira razão acima mencionada. Apossou-se desses navegantes um intenso júbilo quando aí chegaram e pensaram que fosse este rio a procurada passagem para o outro lado da América (que se alcança através do Estreito de Magalhães). Entretanto, ao darem com o verdadeiro significado daquela descoberta, confabularam e decidiram descer à terra. (Cf. Thevet, Op., cit., p. 179)*

No referente à documentação oficial sobre estes aspectos, identificou-se na pesquisa apenas uma que está depositada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. De autor anônimo, com 10 páginas, encadernado, já recebeu alguns reparos e restauração e é de difícil leitura, intitulado: *Algumas memórias sobre a Terra Nova: 1566*.¹² O documento começa dizendo a data em que o navio no qual viajava o dito autor saíra de Lisboa: Março de 1566, partindo para a Terra Nova em dois navios, mas não se refere, por exemplo, a nenhum nome da tripulação. A importância maior do documento é que o autor descreve aproximadamente 9 ancoradouros, ou Abras¹³ da Terra Nova: da Abalieira (?), dos Patos, Ferosa, das Cortes reaes, da Rambiosa, de Sam Joham, de Conceiçã, Abra da Graça e dos Ameziados e diz que as suas terras são iguais as de Lisboa. Embora não se refira a nenhum indicador possível de situar qual a parte do Brasil onde estão localizadas as referidas Abras, pelas características de algumas delas assemelham-se as do Estado de Santa Catarina, então chamada Lagoa dos Patos, nome dado por Nuno Manuel e Cristovão de Haro, em 1514, quando por lá passou com a sua expedição. Dado também a situação do documento só foi possível transcrever apenas quatro delas:

1) (...) Abra de Sam Joham — *Bando do Sul e do Norte* — *Da banda do sul he toda a terra alta até o cabo, e da banda do Norte o mesmo quanto diz o canal E hum pouco meio avante. Da outra bando do Sul també corre ao mar alguãs fontes (texto ilegível) por ser a terra alta E ingreme, E q quasi nã faz praya em q se mostre a fresquidam dellas, como na banda do Norte (...).*

Relevo: “A terra assi esta como a mais q vi se alguã (?) altura teê he ao longo do mar, mas encima E por detro (?) he todas brandamente dobrada E com muitos rosaes E alguas varzeas. E toda muy grossa E muy singular para trigo (?), E de tal trouxe as amostras delle, assi desta abra de Sam Johan como doutra q adiante direy.

Produto: “He nesta abra de Sam Johan ao longo da praya (?) da banda do norte huã terra nova rasa Toda de arvores de fruita brava. (?) cerejeiras, peras, uvas (?) q não tê a falta como as deste Reino, sam astastes como de arvores delgadas (?) E raras cujos cachos ao florecer E a limpar sam como as nossas, mas ficam os bagos muy meudos, E de nã boõ sabor.

Vegetação: “Toda a mais terra he coberta de muy alto (texto corroido) arvoredado o mais delle pinheiros de que se podem fazer muy grandes mastros, E mto. taboado (ilegível), E ulmos Camieiras, E outras madeiras muy alta, grossa E (trecho ilegível). Pello

¹² Cf. BNRJ. Códice I-16,20,10 *Algumas memórias sobre a Terra Nova: 1566*.

¹³ Abra. Enseada com ancoradouro seguro para embarcações; ancoradouro: abertura entre dois montes.

campo entra estas arvores ha mestratos¹⁴ E poejo¹⁵?. E outras muytas ervas como as de ca. Ha muy grande e (“corroido”) pasto para gado. E o mais geral mato q se acha em toda parte he ao longe da agoa. Por dentro das abras e portos ha muyta somada rosas e de ervilhas, mas as rosas são em mayor cantidade, com q se mostra a terra assas fremosa.

2) Abra de Conceição. *“Entrando por esta abra da conceicã da bãda do norte ha matas. abras em que podem em cada huã dellas entrar E ancorar navios.*

Curso de água: “No cabo tem huã alagoa q o mar faz entrando com sua enchente per huã aberta estreita, ao qual vem ter duas ribeiras de singular agoa, huã plla banda do norte, E outra plla banda do sul, cujas entradas a alagoa vai receber com dous braços, de sua aoa salgada (...).

Vegetação: “(...) huma ilha quadrada, chea toda de arvoredos muy alto E fresco E por huã E outra banda da terra, mui fermosos rosaes, E outras florez E ervas (...) E ao meu parecer he tam boa como a do termo de Lisboa (trecho corroido), E tal nos pareceo toda a mais q vimos em todas as partes daquella terra a q fomos E com isto me desobrigo de a mais falar, E dizer quanta conta se pode fazer della para (riações), E Lavoura (...).

3) Abra da Graça: *“(...) Terá esta abra de comprida mais do huã legoa E (texto corroido) segura para matas. maos q se nella poderem agafalhar. No cabo desta abra vem ter tres ribeiras frescas E de muy singular agoa, huã dellas ao sudeste, as outras duas (corroído) sudueste.*

4) Abra dos Ameziados: *“esta abra dos Ameziados he a q mais (trecho corroído) com mais consideraçoes, E segundo, por levar deste Reino por informaçoens de homês cursados na quellas partes, E de (trecho corroído) outros q la achei, q pelo cabo desta abra se cortava estas terras, E hia sair ao Mar do Sul, na costa do leste a oeste (trecho corroído). Na qual entrada me tinham avisado de muitos perigos q nella avia de achar, assi da gente da terra q por aquellas prayas morava, como das agoas della, de q dizião q depois dentrar quatro ou cinco leguas corião com tanta furia, q seria per de maio cuidar que por aliy entrasse q poderia tornar a sahir (...) E com isto nos tornamos para o navio enviados de muitas rosas q por aquella praya aviam (?) E corre gados de lagostas (...) (Cf. BNRJ. Códice I-16,20,10)*

O padre Joseph de Anchieta, por exemplo, também não tinha uma idéia da extensão da faixa litorânea brasileira, a não ser daquelas partes por onde passou pregando as suas missões. Na realidade, no discurso de Anchieta o que sobressai mesmo é a sua preocupação com o conjunto dos fenômenos relacionados às condições meteorológicas brasileira pois estas, que são provindas pela vontade divina eram, no caso dos trovões, relâmpagos e tempestades de chuvas, temidas também pelos indígenas. Quanto à idéia de extensão territorial, resume-se no relato abaixo quando ele diz que:

¹⁴Cones de terra que se deixam nos desaterros como testemunhas para cálculo posterior da terra escavada.

¹⁵Erva da família das labiadas (*Mentha pulegium*), cultivada no Brasil como planta aromática, de delgados ramos prostrados e folhas pequenas, fortemente odoríferas quando esmagadas, e que cedem um óleo rico em mentol. A reprodução é vegetativa, por meio de pedaços de ramos:

(...) tratarei desta parte do Brasil, chamada São Vicente, que dista da Equinocial vinte e três graus e meio medidos de Nordeste a Sudoeste, na direção do Sul, na qual a razão da aproximação e do afastamento do sol, as declinações das sombras e como se fazem as diminuições e crescimentos da lua, não me é fácil explicar; por isso, não tocarei nessas cousas, nem vejo nelas razão para que sejam diferentes do que aí se observa. Na divisão, porém, das partes do ano é cousa inteiramente diversa: são na verdade de tal maneira confusas, que não se podem facilmente distinguir, nem marcar o tempo certo da primavera e do inverno: o sol produz com os seus cursos uma certa temperatura constante, de maneira que filem o inverno é demasiadamente rigoroso, nem o verão incomoda pelo calor; em nenhuma quadra do ano faltam os aguaceiros, pois de quatro em quatro, de três em três, ou de dois em dois dias, uns por outros, alternativamente, se sucedem a chuva e o sol; costuma contudo em alguns anos a cerrar-se o céu e a escassearem as chuvas, de tal modo que os campos se tornam estéreis e não dão os costumados frutos, não tanto pela força do calor, que não é excessivo, como pela carência de água; algumas vezes, também, pela muita abundância de chuvas, apodrecem as raízes que temos para alimento. Os trovões no entanto fazem tão grande estampido, que causam muito terror, mas raras vezes arremessam raios; os relâmpagos lançam tanta luz, que diminuem e ofuscam totalmente a vista, e parecem de certo modo disputar com o dia na claridade; a isto se ajuntam os violentos e furiosos pegões de vento, que sopra algumas vezes com ímpeto tão forte, que nos leva a ajuntarmo-nos alta noite e correremos às armas da oração contra o assalto da tempestade, e a sairmos algumas vezes de casa por fugir ao perigo de sua queda; vacilam as habitações abaladas pelos trovões, caem as árvores e todos se aterram. (Cf. Anchieta, 1988, p.115)

Gabriel Soares de Souza — o qual também foi bandeirante, cuja descrição com requinte de detalhes foi feita por Pedro Calmon, s/d, pp. 423-426, volume II —já desconfiava que havia uma grande área de terra no sentido oeste, ao assim dizer:

(...) Mostra-se claramente, segundo o que se contém neste capítulo atrás, que se conhece a costa do Brasil além do rio das Amazonas da banda de oeste pela terra que se diz dos caraíbas do rio de Vicente Pinzon. Desse rio de Vicente Pinzon à ponta do rio das Amazonas, a que chamam o cabo Corso, são quinze léguas, a qual ponta está debaixo da linha equinocial; dessa ponta do rio à outra ponta da banda de leste são trinta e seis léguas. E ao mar doze léguas da boca desse rio estão ilhas, as quais demoram em altura de um tacão de grau da banda do sul. Essas ilhas se mostram na carta mais chegadas à terra, o que é erro manifesto. Nessas ilhas há bons portos para surgirem navios, mas para bem não se de buscar de baixa-mar, nordeste-sudoeste, porque nesta conjunção se descobre melhor o canal. A Este rio chama o gentio de Mar Doce, por ser um dos maiores do mundo, o qual é muito povoado de gentio doméstico e bem acondicionado, e segundo a informação que se deste rio tem, vem do sertão mais de mil léguas até o mar; pelo qual há muitas ilhas grandes e pequenas quase todas povoadas de gentio de diferentes nações e costumes, e muito dele costuma peleja com setas ervadas. Mas toda a gente que por estas ilhas vive anda despida ao modo do mais gentio do Brasil e usam dos mesmos mantimentos e muita parte dos seus. (Cf. Soares de Souza, Op. cit. p. 44)

Por essa época havia morrido o rei D. João III e quem comandava o reino era a sua viúva, a rainha Catarina, visto que o herdeiro natural do trono, o

futuro rei D. Sebastião, estava apenas com cinco anos. À vista desses acontecimentos, cujos estudos são inúmeros, aconteceu, em 1580, a união das coroas ibéricas, cujo governo dos reinos de Portugal e Espanha ficou sob a responsabilidade administrativa de Filipe II da Espanha, e I de Portugal, assunto este que será brevemente comentado ainda no capítulo seguinte.

8.1.1.1 Da extensão para o interior e de algumas riquezas que nesta Terra tem

Um dado comum a todos os testemunhos daquele século XVI até aproximadamente início do XVIII, é quanto à constatação de tipos variados de floresta, clima, índice pluviométrico, bacias fluviais, hábitos, costumes e saberes da população autóctone, identificados ao longo do litoral: do Pára ao Rio da Prata. Porém, quanto à dimensão territorial brasileira na direção leste-oeste, ficou por muito tempo indefinida. Por isso, faz-se aqui uma síntese sobre o conhecimento que os colonizadores, não apenas os portugueses, mas também os demais povos europeus tinham da extensão territorial brasileira nos séculos XVI e XVII. O frei Vicente, por exemplo, diz, no início do século XVII, que

(...) da largura que a terra do Brasil tem para o sertão não trato, porque até agora não houve quem a andasse por negligência dos portugueses, que, sendo grandes conquistadores de terras, não se aproveitam delas, mas contentam-se de as andar arranhando ao longo do mar como caranguejos". (Cf. Frei Vicente do Salvador, Op. cit. p. 61)

Nesse mesmo século, depois da descrição do Frei, Gaspar Barlaeus, que com toda certeza não conhecia a obra da qual se fez estes breves comentários — pois a mesma só foi publicada, de fato, no século XIX, por Varnhagen —, dá a seguinte localização para o Brasil:

(...) É o Brasil limitado a oeste pelas invias terras dos caraibas, e pelo Peru, a mais nobre Província de todo o Novo Mundo, e de longe por elevada cordilheira: ao sul, por ignotas regiões, ilhas, mares e estreitos. O Oceano Atlântico banha-lhes as costas orientais, e o Oceano Setentrional¹⁶ as do norte. Demarcam-nas os portugueses com o rio Maranhão e com o estuário do rio da Prata. Tem o Brasil a configuração de um triângulo, cuja base, voltada para o Equador e para o Setentrião, se dirige em linha reta do Oriente para o Ocidente, até o cabo Humos¹⁷ ou até o Maranhão, ou se

¹⁶ Nota de Geraldo Prado: Barlaeus está se referindo ao rio Amazonas.

¹⁷ Nota 38, de Cláudio Brandão: Nenhuma ponta ou cabo existe no litoral brasileiro com tal nome — Humos. O autor quer dizer talvez PONTA DOS FUMOS, mencionada por Gabriel Soares: “Das Barreiras Vermelhas à Ponta dos Fumos são quatro léguas, a qual está em dois graus e 1/3”. Tratado Descritivo do Brasil, cap. VII, Rio (1879), edição de Varnhagen. São estas as palavras do Pe. Nicolau de Oliveira que é citado por Barlaeus: ... “he a pouincia de sancta Cruz que por outro nome se chama o Brazil o qual fica em sitio fronteyro a costa da Africa & cabo de boa Sperança Eq (como fica dito) começa no PARÁ, que é uma fortaleza que está no boca do Ryo Amazonas, que fica debayxo da linha Equinocial & acaba em trinta & cinco graos da mesma linha da parte do Sul... (Cf. Livro das Graquezas de Lisboa, págs. 172, edição de Lisboa, 1620. In: Barlaeus, 1980, p. 372)

cremos a Nicolau de Oliveira, até o Pará. O vértice morre nas regiões austrais. (Cf. Barlaeus, 1980, p. 212.)

Um outro contemporâneo e conterrâneo de Barlaeus e que conviveu com este no Brasil, no governo de Maurício de Nassau, é Joan Nieuwhof, o qual assegura que ninguém saber precisar, de fato, a extensão do território brasileiro.

Diz:

(...) O país está situado em plena Zona Tórrida, estendendo-se até o Trópico de Câncer e Zona Temperada.

Com respeito à sua extensão de norte a sul, não é pequena a discordância existente entre os geógrafos. Segundo, porém, os melhores cálculos, pode-se citar o começo desse país a meio grau de latitude norte, próximo ao rio Pará e o seu termo a 24 graus e meio de latitude sul, junto ao rio Capibaribe, duas léguas acima da cidade de São Vicente. E assim é que toda a sua extensão, de norte a sul, compreende 25 graus ou 375 milhas.¹⁸ Preferem outros situar o Brasil entre o Rio Maranhão e o Rio da Prata. Até hoje não foi possível precisar a extensão do Brasil de Leste (onde se limita com o Mar do Norte) a Oeste, por ter sido muito pequeno o número dos que puderam penetrar tão a fundo pelo interior do país. Assim, sua largura de leste a oeste pode ser avaliada em 742 milhas. Há porém, alguns autores que estendem seu limites mais para a linha leste, e, para oeste, mais além do Perú ou Guiana, o que representa um acréscimo de 188 milhas. Outros, ainda, situam os limites do Brasil ao norte com o Rio das Amazonas, ao sul como o Rio da Prata, a leste com o Mar do Norte e a oeste com as montanhas do Perú ou Guiana.

Com esses limites, o Brasil é dividido pelos portugueses em 14 distritos, por eles denominados Capitanias, a saber: Pará, a primeira de todas, bem ao Norte, Maranhão, Ceará, Potigui ou Rio-Grande, Paraíba, Pernambuco, Itamaracá, Sergipe-d'El-Rei, Quirimure ou Baía-de-todos-os-Santos, Nhoé-Combe ou os Ilhéus, Pacata ou Porto Seguro, Rio de Janeiro ou Niterói, São Vicente e Espírito-Santo.¹⁹ (Cf. Nieuwhof, [1851], p. 11)

¹⁸ Cf. BUARQUE DE HOLANDA, Aurélio Buarque de, verbete milha. Antiga medida itinerária brasileira, equivalente a 1.000 braças, ou seja, 2.200m.

¹⁹ Esclarece José Honório Rodrigues em nota de rodapé, que (...) essa divisão do Brasil, Nieuwhof tirou de Macgrave, pois os nomes estranhos que aí encontramos, como Nhos-Combe e Pacata se encontram, também, na Historia Naturalis Brasiliae. (...) Assim, Soares (f. lxxxvi), p. 223) se refere a Caramurê e Varnhagen, em nota à p. 483, acha que o nome deve estar certo, porquanto os jesuítas o repetem, escrevendo-o Quigrigmurê. Acha que se trata do mesmo local a que se refere Thevet (f. 129), com o nome de Ponte de Crouestimourou. Não andaria, porém, já neste nome a idéia da residência de Caramuru? Pergunta o Visconde de Porto Seguro. Teodoro Sampaio (cf. LXXXI, p. 148) afirma que Quimimuras significa gente silenciosa; e esclarece que é o nome de uma tribo que habitou primitivamente o Recôncavo da Baía-de-todos-os-Santos. Ayres de Casal (XXVI, p. 100) escreve: "Aos antigos Quimimuras, pioneiros povoadores memoráveis do contorno da enseada de Todos os Santos, sucederam os Tapuias, pouco depois expulsos pelo Tupinanbás, vindos do Sertão, para onde se retiraram os segundos, que jamais cessaram de inquietar os seus vencedores". Mas explícito e preciso já havia sido Cardin (Cf. XIX, p. 179), que diz: "Outros que canã Quirigmã, estes forão senhores de terras da Bahia e por isso se chama a Bahia Quirigmã". Batista Caetano, em nota à p. 234, do trabalho do mesmo cronista, sugere a hipótese acerca da etimologia do nome.

Mesmo com a assinatura do Tratado de Madrid, de 1750 — que já foi concebido a partir de conhecimentos técnicos mais modernos, estabelecidos pela Sociedade Portuguesa de Geografia —, se conhecia que na direção acima referida, as terras do Brasil se fronteiravam com as da Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas, mas não se sabia, exatamente, qual era, em metros quadrados, a dimensão territorial brasileira.

Aproximadamente duzentos anos depois de publicada a obra do frei Vicente, foi publicada a de Manuel Aires de Casal, dando uma visão mais abrangente da extensão territorial para o interior, assim como também do relevo brasileiro. O sentido do discurso de Casal continua no mesmo tom dos demais discursos do colonizador, conforme foi dito acima, mas apresenta a sua concepção corográfica do Brasil com mais segurança e segundo os fundamentos científicos da sua época. E o sentido político-ideológico do discurso de Casal aponta para a seguinte declaração:

(...) Falamos na acepção geográfico e natural, porque na política estende-se atualmente da foz do rio Maroní em 6 graus do norte até o paralelo de 33 escassos de latitude austral. Também nesta acepção a sua largura é muito maior, e conta-se de cabo Branco até à margem do rio Hiabará. Esta vasta região tem ao norte o oceano Atlantico, e o rio das Amazonas ou Maranhão, que a separa da província de Terra Firme; ao meio-dia o golfo, que recolhe o rio da Prata; ao oriente o mencionado Oceano; ao poente o rio Paraguai, que corre do norte para o sul, e o Madeira, que corre em contrário; vindo a ser uma península, cujo istmo, que tem mui poucos cavados de largura, fica entre as origens dos rios Aguapeí e Alegre, que são ramos secundários Naqueloutros. Abrange perto de cinco climas. O maior dia, que é em dezembro, tem quase catorze horas e meia na extremidade meridional. O inverno não é a um mesmo tempo por toda a parte, como mostraremos. (Casal, op. cit. p. 7)

Destarte, esse autor atribui corretamente a origem do conhecimento da extensão territorial e dos demais aspectos geográficos brasileiros, a partir do empenho de El-Rei D. João III, que ao ter informações mais seguras sobre a presença dos

(...) castelhanos que se achavam estabelecidos sobre o rio Paraguai, e que os franceses pretendiam estabelecer-se em Pernambuco, e na baía de Todos os Santos, resolveu povoar o continente; e para facilitar a colonização, determinou reparti-lo em

Restam, ainda, Pacata e Nhoe-Combe. A primeira, segundo Saint-Adolphe (Cf. LXXIX), refere-se a um rio de Porto Seguro. No Vocabulário da Língua Brasilica publicado por Plínio Ayrosa (n. 261) S. Paulo, 1938, registra-se para a Capitania de Ilhéus o nome indígena “Nhuecêbê”.

porções extraordinárias de 50 léguas de costa, com regalias lisonjeiras, e nome de capitánias, que deu de juro, e herdade a vassallos beneméritos pelos serviços, que tinham feito à Coroa, os quais deviam ir, ou mandar povoá-las com gente, e navios à sua custa, dentro de certo tempo, antes que as outras nações ali se assentassem. (Idem, Op. cit. p. 29)

Esse autor diz também que

(...) O historiador João de Barros, que foi um dos donatários, atesta que o país fora repartido em doze capitánias; mas não nomeia OS proprietárias, por tratar desta matéria em outra obra, que não se deu à estampa. Este escritor contava sem dúvida por outras tantas capitánias os cinco pedaços, de que constavam as duas dos dois irmãos Sosas, porque a história só menciona nove proprietárias, cujos nomes são os seguintes: João de Barros, Duarte Coelho Pereira, Francisco Pereira Coutinho, Jorge de Figueiredo Correia, Pedro do Campo Tourinho, Vasco Fernandes Coutinho, Pedro de Góis, Martim Afonso de Sousa, e seu irmão Pedro Lopes de Sousa, certo que sendo duplicado o número das capitánias, não tendo cada uma mais de 20 léguas de costa, ainda os donatários não podiam socorrerse mutuamente nos apertos, em que todos se viram. (Idem, p. 30)

No que consiste aos aspectos topográficos do país, Casal primeiro dá uma visão geral e depois detalha província por província. Reproduz-se aqui, apenas sete aspectos mais relevantes, segundo a visão do autor:

- 1) *SERRARIAS.* — A face do país, quase geralmente desigual, tem muito mais de baixa, que de montuosa. As principais serranias são a de Borboroma ou Cariris na parte setentrional; a da Mantiqueira na província de Minas Gerais; a dos Orgnos ou Aimorés, que começa na da Baía, e prolonga-se com a praia ora em maior, ora em menor distancia até à de Santa Catarina; a da Mangabeira ou Paraná, no centro da região de norte a sul. Todas variam de nome, como mostraremos.
- 2) *CABOS.*— Cabo de Santa Maria, na entrada do rio da Prata; Cabo Frio na província do Rio de Janeiro; cabo de Sto. Agostinho na de Pernambuco, e cabo de S. Roque, que é o ângulo ao nordeste da região.
- 3) *BAÍAS OU PORTOS PRINCIPAIS.*— Bala da Traição, na província da Paraíba; Tamandaré, na de Pernambuco; bala de Todos os Santos, na do mesmo nome; de Camemú, na mesma; a do Rio de Janeiro, na deste nome; Angra dos Reis, na mesma; a de Santos, na província de S. Paulo; a de Santa Catarina, na do mesmo nome; Maldonado, e Montevidéu, na provincia de S. Pedro.
- 4) *ILHAS.*— A exceção da pequena ilha de Fernando de Noronha, e da Trindade, todas as outras estão juntas da Costa. As principais são a de Santa Catarina, e a do Maranhão, nas províncias, que lhes tomam os nomes.
- 5) *RIOS.*— O Amazona ou Maranhão, e o Paraguai, entre os quais se nota uma grandíssima desproporção, não têm outros que se lhes comparem. O rio da Madeira, o Tocantins, o de S. Francisco, o Paraná, de 300 a 400 léguas de curso, desprezadas as tortuosidades. O Tapajós, o Xingú, o Uruguai formam uma terceira ordem, e nenhum tem menos de 200 léguas. O Itapicurú do Maranhão, o Paranaíba, o Paraíba do sul, o de S. Pedro, ou Jacuí, compõem a quarta, tendo para cima de 100 léguas de extensão. O Mearim, o Jaguaribe, o Paraíba do Norte, o Paraguaçu, o rio de Contas, o de Belmonte, o Doce, com os centrais Tietê, Paranapanoma, Iguacú, ou Curitiba, Pardo, Cuiabá fazem a quinta. O Capibaribe, o das Piranhas, o Tajai, o de Mucuri, o Patipe, o Itapicurú da Baía, podem formar a sexta. De cada um deles falaremos na província a que pertencem, como lambem de outros muitos, e consideraveis, que por

ora omitimos.

6) MINERALOGIA.— *Ouro, prata, platina, cobre, estanho, chumbo, ferro, diamante, subis, topázios, esmeraldas, safiras, crisólitas, Ágatas, cristais, águas-marinhas, pingos. d'água, jaspe, granito, pederneiras, lousas, pedra-sabão, magrote, pedra calcárea, pedra-ume, pedras de amolar, talco, pedras de afiar, amianto, molibedno; enxofre, salitre, sal-gema, argilas de várias cores.*

7) ZOOLOGIA.— *Todo o Brasil se achou povoado, ainda que muito mal, por um vastíssimo número de nações, mais ou menos numerosas; e comumente repartidas em tribos ou bordas, das quais as mais multiplicadas apenas excedem uma centena de famílias, de ordinário errantes a maior parte do tempo em busca da caça, do mel, e das frutas. Todas andam nuas, são raríssimas as que fazem uso do sal. Admitem a imortalidade da alma, e um criador de tudo, ao qual comumente denominam Tupã, e um espírito (Idem, pp. 29-31)*

O trabalho de Casal serviu de base para que alguns geógrafos e geólogos brasileiros do século XX — tais como Aroldo de Azevedo,²⁰ Aziz Ab'Saber,²¹ José Veríssimo,²² Maurício de Almeida Abreu,²³ Othon Henry Leonardos,²⁴ Viktor Leinz,²⁵ entre outros —, descrevessem a posição que o Brasil ocupa no Globo Terrestre, como será visto no item seguinte,

8.1.1.1.1 A posição que o Brasil ocupa no Globo Terrestre

Segundo o sentido do discurso dos autores contemporâneos acima citados, assim como os de alguns dos séculos anteriores, já comentados anteriormente, o que faz o Brasil ser um espaço territorial tipicamente tropical, cuja frente se volta para o leste e as costas para o oeste, se deve à existência de dois fenômenos naturais distintos: 1) A Linha do Equador e 2) o Trópico de Capricórnio.

1) a Linha do Equador, círculo máximo da esfera terrestre que corta o

²⁰ A Terra e o Homem no Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

²¹ Fundamentos geográficos da história brasileira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira . Época Colonial, tomo I. São Paulo: DIFEL, 1972.

²² A Geografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. Idem.

²³ A apropriação no território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de, et al (orgs). Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1997.

²⁴ A Minerologia e a Petrografia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. (Org.) Idem

²⁵ A Geologia e a Paleontologia no Brasil. In: AZEVEDO, Fernando. Idem.

país na altura do Estado do Amapá. Essa linha faz a circunferência descrita por um ponto mais alto (vértice) de uma elipse,²⁶ que é, por sua vez, compreendida como o cruzamento de um cone circular reto com um plano que compõe com o eixo do cone um ângulo maior que o ponto mais alto da representação esférica do sistema planetário. Este movimento imaginário é concebido pelos estudos geométricos, com figura elipsóide de revolução ou superfície do segundo grau, em que todas as seções retas são elipses ou circunferências de círculo;

2) o Trópico de Capricórnio linha imaginária que está situada ao Sul do equador e passa pelo centro da cidade de São Paulo. Os geógrafos modernos definem ainda o Trópico de Capricórnio como sendo a trajetória, aparentemente diurna, da projeção do Sol sobre a superfície terrestre no solstício do inverno do hemisfério norte. Solstício significa a época em que o Sol passa pela sua maior declinação boreal (do lado norte, setentrional) ou austral (do lado sul ou meridional), e durante a qual cessa de afastar-se do equador.

Segundo Ab'Saber (In: Holanda, 1972, p. 69), os solstícios situam-se, respectivamente, nos dias 22 ou 23 de junho, para a maior declinação boreal (lado norte ou setentrional), e nos dias 22 ou 23 de dezembro, para a maior declinação austral (lado sul ou meridional) do Sol. No hemisfério sul, a primeira data se denomina solstício de inverno e a segunda solstício de verão; e, como as estações são opostas nos dois hemisférios, essas denominações invertem-se no hemisfério norte. Considerando a extensão territorial brasileira, as terras setentrionais ocupam uma pequena extensão que está representada pelo extremo norte dos Estados do Amazonas e do Pará; e pela maior parte das terras dos Estados de Roraima e do Amapá.

De acordo com a síntese acima, pode se observar que a posição geográfica brasileira leva, portanto, segundo a opinião dos diferentes autores aqui comentados, à formação de uma zona temperada situada na região sul do país, e se estende do extremo sul do Estado de São Paulo ao extremo sul do Estado do

²⁶ Lugar geométrico dos pontos de um plano cujas distâncias a dois pontos fixos desse plano têm soma constante; interseção de um cone circular reto com um plano que faz com o eixo do cone um

Rio Grande do Sul, ocupando um espaço territorial de aproximadamente 900.000 km². Geógrafos brasileiros contemporâneos, entre os quais Ab'Saber (Op. cit. pp. 61-67) afirmam que o Brasil é um caso especial de áreas tropicais e subtropicais extensivamente úmidas, onde a região de menor índice pluviométrico é a Nordeste, cuja extensão territorial corresponde a 1/10 do território brasileiro. Dizem, ainda, que aí existem chuvas escassas com precipitações que variam entre 300 a 600 mm anuais, de acordo com faixas médias da geografia da Região. Por exemplo, nos espaços geográficos que formam as faixas litorâneas e zonas da mata, apresentam um índice pluviométrico que pode atingir acima de 1000 mm anuais.

Gradativamente, esse índice vai caindo na região do agreste²⁷ para a semi-árida ou sertão nordestino, cuja paisagem ficou conhecida por caatinga²⁸.

ângulo maior que o do vértice.

²⁷ Zona fitogeográfica existente somente no Nordeste brasileiro situada entre a mata e o sertão. É assim classificada devido às características de solo pedregoso e de vegetação escassa e formada de árvores de pequeno porte e de plantas pertencentes à família das leguminosas, que se caracterizam pelo fruto típico de legumes (vargens). Além dessas, encontra-se ainda, outras plantas de portes superiores, formadas por árvores e trepadeiras lenhosas, de folhas opostas e flores cacheadas, pequeninas apresentando sempre, em sua parte interna, uma coloração viva, como, por exemplo, a flor de maracujá. Há cerca de 450 representantes nas terras tropicais; o Brasil tem uma série razoável delas, sendo a amendoeira-da-praia uma das mais comuns.

²⁸ Vegetação cujas características identificam mais a parte central do Nordeste brasileiro. Também encontra-se ainda no norte dos Estados de Minas Gerais e do Maranhão. Esta vegetação é formada por pequenas árvores, de modo geral espinhosas (entre elas ocorrem numerosas plantas suculentas, sobretudo cactáceas: Mandacaru, Xique-xique, palma doce, Gravatá etc.). Encontra-se ainda árvores de pequenos portes tais como o Juazeiro, o Umbuzeiro, a Juremeira, entre outras, que perdem as folhas no curso da longa estação seca que normalmente vai do mês de agosto a março, mas às vezes pode ocorrer secas com duração de até 10 anos, conforme já foi registrado no interior do Piauí (região de São Raimundo Nonato e adjacências). As plantas, principalmente as cactáceas, apresentam flores vistosas e algumas delas bem aromatizadas. No meio deste espaço encontra-se trechos de terrenos mais úmidos e férteis, onde se pratica a agricultura, em particular, praticada por pequenos agricultores que produzem apenas para a sua alimentação familiar. Entre os gêneros agrícolas mais comum, encontramos o cultivo consorciado de feijão com milho e mandioca, mandioca e feijão, manteiga, gandu de corda (macaça) etc. Atualmente vem-se praticado também o cultivo de sorgo (planta esta pertencente à família do trigo, capim e similares). Outra planta que adaptou-se muito bem na região foi o sisal (agave), trazida das regiões áridas e semi-áridas do México e dos Estados Unidos, na primeira metade deste século. Esta planta volta-se para atividades de caráter industrial, sobretudo para o fabrico de cordas, redes e outros utensílios similares, e foi substituída, de forma gradativa, a partir dos anos de 1950, pelo surgimento da fibra industrial de Nylon. As fontes dos dados desta descrição foram as obras dos geógrafos acima citados e mais o Dicionário geográfico de Séurio Oliveira. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1983.

Nesta última, pode-se identificar ainda alguns locais com uma média abaixo de 100 mm anuais, o que já dá a impressão de ser um tipo de cabeça de deserto. No sentido dos discursos geográficos brasileiros atuais sobre a colonização, destacam-se duas posições não antagônicas, mas sim complementares: a de Aziz Ab'Saber e Maurício de Almeida Abreu. Em ambas, a problemática da virtual desterritorialidade do Estado monárquico português, a partir da segunda metade do século XV em diante, tem como preocupação básica acentuar uma nova projeção do espírito de ganância da acumulação mercantil.

Antes, essa acumulação se dava, basicamente, no âmbito da circulação da mercadoria (ouro, prata e demais especiarias afro-orientais), agora, entre outros componentes, tem-se o escravo, o açúcar, o pau-brasil e o sonho da descoberta da serra dourada (a mineração). No campo ideológico, antes era a fé denotada na ação dos cavaleiros da Ordem Militar dos Templários, substituída por D. Dinis, em 1319, pela Ordem Militar de Cristo Jesus, na qual D. João I, aos sete anos de idade, foi coroado Cavaleiro-mestre — conforme já foi narrado nos capítulos anteriores. Embora essa Ordem tenha persistido ainda depois do século XVI, a partir desse momento, a sedução à materialização da ideologia expansionista do mercantilismo português passa a ser responsabilidade da Companhia de Jesus. Os dois autores confrontados colocam a problemática da questão agrária de um modo geral, como um dos pontos básicos do interesse da empresa colonial portuguesa em ocupar definitivamente o espaço territorial brasileiro.

Diz Ab'Saber que

(...) a verdadeira colonização se iniciou com a fundação de vilas e cidades em pontos privilegiados da costa brasileira, as primeiro ligadas à iniciativa dos donatários e as últimas erigidas pela ação direta da administração portuguesa. Tais aglomerados pioneiros redundaram na caiação de pequenas áreas agrícolas, em seus arredores, destinadas ao abastecimento imediato das populações. Assim se fizeram as primeiras experiências agrárias, introduziram-se as primeiras plantas cultivadas e os primeiros lotes de gado, animais de montaria e de alimentação, aves de pequeno porte. Engenhocas rústicas foram construída para moer a cana-de-açúcar recém-introduzida, esboçando-se o embrião dos primeiros engenhos açucareiros. Alianças com alguns agrupamentos indígenas amigos fortaleceram aqui e ali o esquema da vida colonial, garantindo a sua continuidade, enquanto os jesuítas encarregados da catequese se constituíram no elemento moderador entre as pretensões do colonos e as

prerrogativas ancestrais dos gentios. O advento de uma cultura comercial, como foi a da cana-de-açúcar conseguiu favorecer as regiões onde ela se enraizou e se expandiu. Com isso se formaram os primeiros focos de atração para a imigração histórica de elementos metropolitanos. E muito cedo os grandes senhores, enriquecidos com a cana e o fabrico do açúcar, puderam comprar elementos escravos provenientes do outro lado do Atlântico Sul.

(...) No caso brasileiro, por curioso que pareça, o aspecto de colônia de enquadramento ou de exploração, só se faz sentir mais tarde, aplicado especificamente a uma nova província tornada excepcionalmente em evidência graças às suas riquezas minerais no setor do ouro e do diamante, descobertos tardiamente em fins do século XVII e início do século XVIII. Com o decorrer do século do ouro, a província de Minas Gerais, sustentáculo da economia metropolitana, veio a sofrer dos malefícios de um sistema administrativo tipicamente de exploração econômica por parte do governo lusitano. Desta forma, o Estado Português, após ter contribuído para enraizar populações em seus domínios brasileiros e fomentar o seu desenvolvimento, adotou uma atitude parasitária, tentando aplicar mais ou menos bruscamente um sistema de fiscalização muito próximo dos padrões das colônias de exploração, conhecidos alhures. Não é preciso dizer que, a despeito de ser uma atitude isolada e relativamente temporária, essa nova política administrativa, humilhante e insuportável, provocou e trouxe consigo o germe dos primeiros grandes movimentos nativistas no seio de um povo que já não falava a mesma língua dos sentimentos metropolitana, nos mais diversos setores da sua vida econômica, social e cultural. Não fera mesmo o episódio da transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a providencial política. (Cf. Ab'Saber, Op. cit. p. 71)

O discurso da chamada Geografia brasileira, baliza-se na seguinte concepção teórica: a reciprocidade entre a problemática da desterritorialização atual do espaço físico com a questão da historicidade. Sobre este segundo aspecto, os estudos são bastante limitados e quem vem dando boas contribuições é o grupo de geógrafos da UFRJ, em particular Maurício de Almeida Abreu, ao dizer que

*(...) O peso da história ainda se faz sentir bastante no Brasil. Às vésperas de entrarmos no século XXI, somos volta e meia lembrados que muitos problemas têm origens distantes no tempo e acompanham-nos desde os primórdios da colonização. Também não são poucas as ocasiões em que nos deparamos com linguagens barrocas e com termos antigos e estranhos, incompreensíveis até mesmo para o cidadão esclarecido, mas que ainda continuam a ser utilizados, notadamente nos meios jurídicos. (...) A organização territorial é um campo fértil para a descoberta dessas heranças do passado. A estrutura agrária do país é sempre relacionada ao sistema **sesmarial** que vigorou em outros tempos. Ao vendermos um imóvel, não raro descobrimos que somos **foreiros** a algum **senhorio**, (...) (Cf. Almeida Abreu, 1997, pp. 197 e ss)*

Assim, o silêncio do discurso dessa corrente geográfica desliza pela origem das ações do Estado monárquico português, em particular, as de caráter religioso-militar, tal como a Ordem de Cristo. Em torno desse caráter — que não

era exclusividade portuguesa, mas de toda a Europa católica-romana, porém mais acentuada em Portugal — organizou-se a territorialidade desse país. Este foi um dos aspectos mais importantes para a Coroa portuguesa justificar a posse de novas áreas adonadas, tanto as do Velho Mundo, quanto as do Brasil. No entanto, essa prática estende-se através do silêncio, ou *a língua-de-espuma* — segundo a feliz expressão de Orlandi citada anteriormente — do sentido de um discurso fundado, filosoficamente no pensamento escolástico-tomista que passa a dominar a Europa cristã a partir do século XIII.

Portugal, conforme mostra Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, analisa muito bem como essa estrutura de pensamento religioso-militar teve papel de destaque nas ações do Estado monárquico português. Em torno disso, organizou-se todos os saberes lusitanos, incluindo os agrários, embora esses não fossem os prioritários assim como, mostra Abreu, a maneira pela qual se caracteriza a legislação de posse das terras brasileiras. Enfim, a dialética territorialidade brasileira *versus* desterritorialidade ideológica do Estado monárquico português, segundo o discurso de Abreu, baseado no clássico *Dicionário da História de Portugal*, de Joel Serrão, (1975, V.1: *passim*), resume-se nos seguintes pontos:

- 1) os bens da Coroa, indivisos e inalienável, patrimônio do Estado;
- 2) *os bens pessoais do rei (os chamados reguengos)*;
- 3) *as terras da nobreza, clero, das ordens monásticas e das ordens militares*;
- 4) *algumas propriedades alodiais [livre de foros], livres de direitos e de deveres senhoriais*;
- 5) *as terras de natureza comunal, em geral concedidas pelo rei aos habitantes dos conselhos, e que se subdividiam em (a) terras dos conselhos, de propriedade administrativa dos governos locais e que podiam ser por eles distribuídas as seus "vizinhos", e (b) baldios, terras de usufruto comum, insusceptíveis de individualização, destinada à pastagem do gado e à obtenção de lenhas. (Cf. Abreu, Op. cit., p. 200)*

8.1.1.1.2 Algumas informações sobre saberes agrários segundo o mapa Terra Brasilis e demais testemunhos do século XVI

Carta de Pero Vaz
 (...) *A terra é mui graciosa,
 Tão fértil eu nunca vi.
 A gente vai passear,
 No chão espeta um caniço,
 No dia seguinte nas
 Bengalas de castão de ouro.
 Tem goiabas que nem chuchu.
 Quanto aos bichos, tem-nos muitos.
 De plumagens mui vistosa.
 Tem macaco até demais.
 Diamantes tem à vontade,
 Esmeralda é para os trouxas.
 Reforçai, Senhor, a arca.
 Cruzados não faltarão,
 Vossa perna encanareis,
 Salvo o devido respeito.
 Ficarei muito saudosos
 Se for embora d'aquí.*
 (Cf. Murilo Mendes, 1994, p.145)



Figura 142. Índio preparando vinho de Caju²⁹

No contexto da dialética territorialidade/desterritorialidade comentada no final do item anterior, analisar-se-á o silêncio do discurso das fontes consideradas mais expressivas, em relação aos saberes agrários brasileiros do século XVI, a partir das análises das fontes testemunhos. Estas, são ricas daqueles elementos, segundo ficou esboçado no capítulo III, que irão constituir a informação reavivada, ou uma nova proposição regedora do saber anterior. Neste sentido, apresenta-se as figuras abaixo, com destaque para a que está do lado esquerdo, por ter sido considerada a primeira imagem do índio cortando madeira.

²⁹ Figura 142. Índio preparando vinho de caju, ou Arbre nommé Acajou, de André Thevet. In: Lestringant, Op. Cit., p. 234.

Darcy Ribeiro e Carlos Araújo Moreira Neto (1992, p. 98), dizem que a figura à esquerda é de autoria de Augsburg, Johann Froschauer, 1505, logo, muito antes da confecção do referido mapa. Destarte, tanto os motivos visualizados no

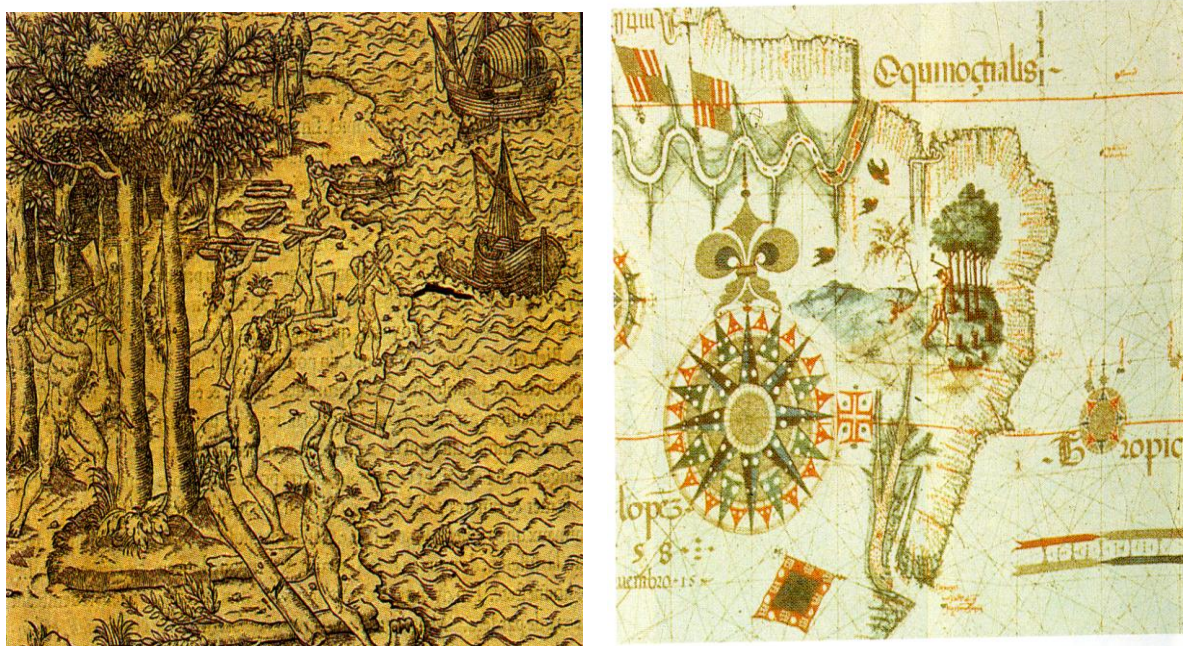


Figura. 143. Índios do Brasil³⁰

mapa, em especial a interação índio-natureza, quanto os do quadro à direita o corte de madeira e o seu transporte até os navios, não diferem muito dos que aparecem no mapa Terra Brasilis. No plano da escritura, os mesmos aparecem nas obras de quase todos os cronista e missionários daquele século. Estas, são manifestações do imaginário europeu sobre aquela realidade de então, como por exemplo o é, a relação de troca entre os nativos e os portugueses.

Vários são os aspectos, entre os quais aparece o índio cortando madeira com machado de pedra, e que, com a presença do espírito da economia mercantil começam a ser gradativamente substituído pelo de ferro. Vê-se assim, uma pequena primeira mostra de dois tipos específicos de saberes. Cinquenta anos depois que apareceu a figura acima exposta, André Thevet (1557) vai fazer

³⁰ Figura 143. Representação de índios do Brasil Como os índios cortam e transportam o pau-brasil até os navios. A figura à esquerda foi scaneada do livro de Adonias, Isa. Op. cit. e a da direita é de autoria de Sebastião Lopes: “Índio Brasileiro abatendo uma árvore na Amazônia, em 1558,

em sua obra *As Singularidades da França Antártica*, uma das primeiras descrições

detalhadas escrita e visualizada sobre os aspectos acima referidos.

Narra esse cronista que

(...) Os habitantes dos pontos da costa freqüentados pelos comerciantes cristãos recebem, em troca destes produtos, machados, facas, adagas, espadas, ferramentas diversas, contas de vidro, pontes, espelhos e outras quinquilharias de pequeno valor. De posse destes artigos, comerciam-nos seus vizinhos, não com conhecendo nenhum sistema de comércio que não



Figura 144. Besta conhecida³¹

seja o da simples troca de produtos. E toma lá isto e dá cá aquilo, sem mais delongas. (Cf. Thevet, 1978, p.153)

Em alguns pontos, o discurso de Hans Staden aproxima-se mais do de Jean de Léry do que do de André Thevet, em particular, quanto à descrição do tipo físico do índio brasileiro. Mas os três autores acima citados, assim como muitos outros cronistas da época, narram além dos aspectos físico dos índios e de mais uma infinidade de temas, como o dos monstros (Cf. item 3.1.1.1.2, do capítulo III). Descreveu ainda sobre animais selvagens com cara humana (Thevet), a estrutura produtiva e



Figura 145. Oraboutan³²

scaneada do livro de JOHNSON, JOHNSON, Harold e SILVA Maria Beatriz Nizza da. Op. cit., p. 265.

³¹ figura 144. Besta conhecida. Cf. Thevet, op. cit., p.89

³² Figura 145. Oraboutan. Arbre des Brésil. Cf. Thevet, 1998, p.228.

o tipo de instrumentos usados pelos mesmos na derruba da floresta (ver figura 125), os seus produtos manufaturados, a



maneira como descobriram o fogo, o preparo de alimentos etc.

Staden descreve a técnica

dos índios para acenderem o fogo dizendo



Figura 146. Método de Fazer Fogo³³

que “(...) têm eles uma espécie de madeira chamada ubaçu-iba. Secam-na, tomam-lhe dois pedaços da grossura de um dedo, esfregando um sobre o outro. Isto produz pó e o calor da esfrega acende este pó”. (Cf. Staden, op. cit. p. 157).

Thevet descreve essa mesma técnica relatando que

(...) celle manière de faire feu, tant subtil, disent, tenir d'un grand Charaibe plus que prophète, qui l'ensigne à leurs pères anciens, et autres choses dont paravan n'avaient eu connaissance. Je sais bien qu'il se trouve plusieurs fables de cette premiers inventeurs de faire feu à la manière de nos sauvages, c'est-à-savoir avec certain bois, destitués de fer et caillou. (Cf. Thevt, In: Lestringant, op. cit. p. 203)³⁴

Aproximadamente cem anos depois, Nieuhof descrevendo a viagem que fizera ao Brasil durante o final do governo de Maurício de Nassau, dizia que “(,,,) Os naturais do país acendem fogo friccionando dois pedaços de certas madeira a que chamam Caraguatá Guaçu e Imbaiba como fazemos com as nossas pedras de isqueiro”. (Cf. Nieuhof, [1951, p. 298) Estas técnicas

³³ FIGURA 147. Método do Índio fazer fogo. A figura à esquerda é de Hans Staden, Op. cit, p. 157. A da direita é de André Thevet. In: Lestringant, Op. cit. p. 202

³⁴ (...) Este processo sutil de fazer fogo advém do ensinamento de um grande Caraiba, o maior profeta que transmitira aos seus antepassados este e outras coisas que eles não conheciam antes. Sabe-se que existem muitas fábulas que dizem respeito à invenção do fogo. Uns acham que foram os pastores os primeiros que inventaram este modo de fazer fogo, semelhante a dos nossos

provocaram admirações aos europeus que aqui chegavam, tanto nesse século como no seguinte, segundo a descrição de Nieuhof no próximo capítulo. Staden descreve algumas técnicas usadas pelos índios na preparação do terreno, no cultivo da mandioca e na fabricação da farinha, assim dizendo:

(...) Quando querem plantar, derrubam as arvores do lugar que para isso escolheram, e deixam-nas secar por cerca de três meses. Então lhes deitam fogo e queimam-nas. Depois fincam as mudas da planta de raízes que usam como pão, entre as cepas das árvores. Este vegetal se chama mandioca. Um arbusto de uma braça de altura e que cria três raízes. Quando querem prepará-las, arrancam os arbustos, destacam-lhes as raízes e enterram de novo os pedaços das hastes. Estas pegam e se desenvolvem tanto em seis meses, que podem ser utilizadas.

Preparam a mandioca de três modos. Primeiro: trituram sobre uma pedra as raízes totalmente, em pequenos grumos, extraíndo o suco com uma cana, feita de casca de palmas e chamada tipiti.³⁵

Deste modo se torna soca a massa, que depois passam numa peneira. Da farinha fazem bolos fininhos. A vasilha na qual secam e torram sua farinha é feita de barro queimado e tem a forma de uma grande travessa. Segundo: tomam as raízes frescas, deitam-nas água, deixando-as aí apodrecer; retiram-nas então e secam-nas na fumaça sobre o fogo. Chamam a estas raízes sacas carimã. Conservam-se por muito tempo. Quando os selvagens querem utilizá-las, esmagam-nas em um almofariz de madeira. Isto dá uma farinha branca. Com ela fazem bolos que se chamam beijús. Terceiro: tomam mandioca bem apodrecida, não a secam, mas a misturam com sêca e verde. Obtêm assim, torrando, uma farinha que se conserva perfeitamente um ano. 12 boa também para comer. Chamam-na uítán.

Preparam também uma sorte de farinha de peixe e carne, do seguinte modo: assam a carne, ou o peixe, na fumaça sobre o fogo, deixam-na secar de todo; desfiam-na, torram-na de novo depois, ao fogo, em vasilhas queimadas para tal fim e que chamam inhêpoã; esmagam-na após em um pilão de madeira e passando isto numa peneira, reduzem-na a farinha. Esta se conserva por muito tempo. O uso de salgar peixe e carne, nem o conhecem. Comem a tal farinha junto com a de mandioca, e isto tem muito bom gosto. (Cf. Staden, Op. cit. p. 162)



Figura 147. Mandioca. séc. XVII³⁶

selvagens, ou seja, sem usar ferro ou pedra. (Tradução livre de Geraldo M. Prado, exclusivo para esta tese).

³⁵ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Verbete: tipiti. [Do tupi tipĩ'ti.]. Brasil. Cesto cilíndrico, de palha, no qual se põe a mandioca que se vai espremer: [Var.: tapiti; sin.: paneiro.] Sentido figurativo: Candimba.

³⁶ Figura 147. Mandioca. In: Frei Cristóvão de Lisboa, 1967 (1632), página sem numeração.

Sobre o preparo dos alimentos, diz ainda Staden que os índios não usavam tempero. Diz ele que,

(...) *Há muitas tribos, entre os índios, que não comem sal. Nas tribos das quais fui prisioneiro, algumas o usam; imitaram-no dos franceses, que com êles comerciavam. Contaram-me porém como os carajás, tribos que lhes é*



confinante e que mora no interior, longe do mar, obtêm sal de palmeiras e comem-no. Quem, entretanto, se habituasse a comer muito dele, não vivia longamente.

Fabricam-no do seguinte modo — eu

mesmo o vi e nisso ajudei: abatem uma palmeira grossa e a picam em pequenas lascas. Fazem depois uma caloira com lenha sêca, colocam em cima estas lascas, queimando-as e reduzindo-as a cinza. Desta fazem uma barrela, que cozem. Separa-se então uma coisa, que tem aparência de sal. Pensei que fosse salitre e provei-o no fogo.(...) Mas a maioria das tribos não usa sal.

Quando os índios cozinham peixe ou carne, põem dentro habitualmente pimenta verde. Logo que está um tanto cozida, retiram-na do caldo e fazem dela uma papa fina que se chama mingáu. Bebem-no em cabaças de que se utilizam como vasilhas. Quando querem preparar uma comida de peixe ou de carne, que deve durar muito tempo, deitam o peixe ou a carne sobre pequenos paus à altura de quatro palmas acima do fogo, que fazem em baixo, de tamanho adequado, deixando o alimento assar e defumar até que fique completamente seco. Quando mais tarde querem comê-lo, cozinham-no de novo. Chamam a esta comida moqué³⁸. (Cf. Staden, Op. cit., p. 163)

Figura 148. Maneira de Fazer Bebidas³⁷

³⁷ Figura 148. Maneira de fazer bebidas. A figura da esquerda é de Thevet, Op. cit., Apud Lestringant, Op. cit., p.73. a da direita e de Staden, Op. cit., p. 117.

³⁸ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: moqué. Brasil. Grelha de varas para assar ou secar a carne ou o peixe.

No sentido do discurso do Frei André Thevet sobre a ação do homem perante a apropriação da natureza, fundamentado na concepção escolástica do mundo, enuncia as práticas dos índios nessas atividades que estão sendo descritas aqui, como algo que é determinado pela vontade divina. Neste sentido, ele apresenta a seguinte narrativa para revelar que o índio, embora não crendo no Deus cristão, não era de todo descrente de divindades superiores, e, assim,

(...) Quando lhes falamos a respeito de Deus, como algumas vezes o fiz, eles nos escutam atentos e maravilhados, perguntando eventualmente se não seria este Deus

o mesmo profeta que lhes ensinou a plantar os tubérculos que chamam de jetica. Aprenderam com seus pais que, antes do conhecimento desta e de outras raízes, alimentavam-se somente de ervas e de raízes, como os animais. Contam que uma vez apareceu entre eles um grande carimba, ou seja, um profeta, que se dirigiu a uma jovem e lhe confiou uma raiz volumosa denominada jetica³⁹, semelhante ao nabo limusino, ensinando-lhe a cortá-la em fatias, plantando-as depois na terra. Assim fez a moça, e este conhecimento tem sido desde então transmitido de pai para filho até os dias de hoje. E foi tamanho o sucesso deste cultivo, que os indígenas atualmente possuem grande abundância desta raiz, quase não comendo outra coisa, pois tal alimento é para eles tão comum quanto o é para nós o pão.

Desta raiz encontram-se duas espécies, ambas do mesmo tamanho. A primeira, depois de cozida, torna-se amarela como marmelo. Já a outra fica esbranquiçada.

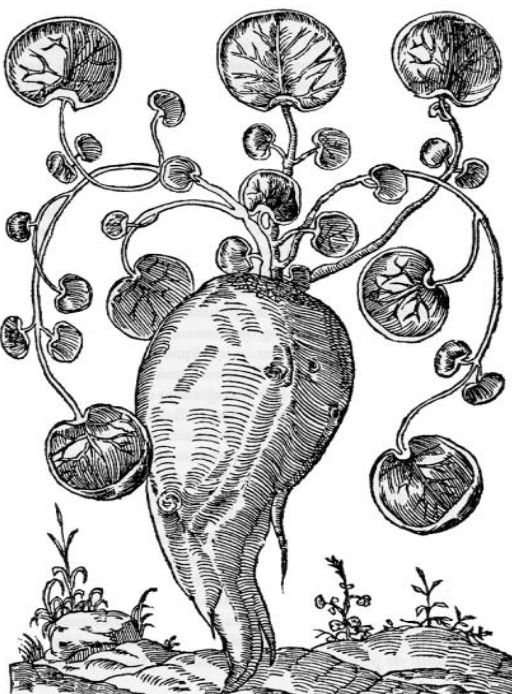


Figura 149. Portrait de Manibat⁴⁰

Ambas têm folhas iguais às do maná e não dão sementes. Por isto, plantam-nas os selvagens cortando as raízes em rodela, como costumamos fazer aos rabanetes antes de colocá-los nas saladas. Assim replantadas, multiplicam-se abundantemente. E como se trata de uma planta desconhecida de nossos médicos e botânicos, achei interessante reproduzir aqui uma gravura da mesma,(ver figura acima). (Cf. Thevet, Op. cit. p. 99)

³⁹ Na nota 26 da página citada: No original, "hetich". A jetiea (*Ipomoea batatas*) é mais conhecida como batata-doce. (N. do T.)

⁴⁰ Figura 149. Portrait de manibat. Cf. Thevet, Op. Cit. Apud Lestringant, Op. cit., p.222.

Em carta de 31/05/1560, ao Padre Geral, de São Vicente, o jesuíta José de Anchieta faz um relato de vários aspectos naturais que existem nessa Capitania, em particular, sobre os fenômenos da natureza que, por vontade divina ali ele sentiu o medo dos fortes trovões que faziam estremecer a própria terra. Mas como tinha por missão servir a Deus e a Companhia de Jesus — pois essa tinha como objetivo salvar os pecadores e converter os infiéis —, e embora tivesse certeza que aqueles trovões fossem informações divinas para que o pecador se redimisse a Deus, outra coisa não poderia fazer, senão interpretá-las e transmiti-las àquela sua gente.

No contexto deste discurso revela também o tipo de organização produtiva, como se dava a divisão familiar do trabalho, os produtos mais comuns usados na alimentação e os saberes dessa gente, tanto na forma de cultivá-los quanto na de transformá-los em alimentos e demais utensílios de uso. Em particular,

(...) Das ervas e árvores não quero deixar de dizer isto, que as raízes a que chamam mandioca, de que nos utilizamos como alimento são venenosas e nocivas por natureza, se não forem preparadas pela indústria humana para se comerem; comidas cruas matam a gente, assadas ou cozidas e comem-se; todavia, os porcos e os bois as comem cruas impunemente; se porém beberem o suco que delas se espreme, incham de repente e morrem.

Ira outras raízes chamadas yeticopê,⁴¹ semelhantes ao rabão, de agradável sabor, incito apropriadas para acalmar a tosse e molificar o peito. A sua semente, que se assemelha a favas, é um violentissimo veneno. Entre outras, ha aqui certa erva espalhada por toda a parte e que muitas vezes vimos e tocamos, a que chamamos viva,⁴² porque parece ter tal ou qual sentimento: pois, se a tocares de leve com a mão ou com qualquer outra cousa, imediatamente as suas folhas, fechando-se sobre si mesmas, se ajuntam é como que se grudam; depois, daí a pouco tornam a abrir-se. Das árvores uma parece digna de notícia tia qual, ainda que outras haja que distilam um liquido semelhante á resina, util para remédio, escorre em suco suavissimo, flue pretendem seja o balsamo, que a princípio corre como oleo por pequenos furos feitos pelo caruncho ou lambem por talhos de foices ou de machaclos, coalha depois e parece converter-se em uma especie de bálsamo; exala um cheiro muito forte, porém suavissimo e é otimo para curar feridas, de tal maneira que em pouco tempo (como dizem ter-se por experiencia provado) nem mesmo sinal fica das cicatrizes.⁴³ (Idem, 8pp. 135-

⁴¹ Nota 155 no rodapé na pagina citada: raiz venenosa.

⁴² Nota 156, idem. É a sensitiva, leguminosa da sub-família das Mimosaceas.

⁴³ Nota 157, idem. Trata-se de Cupaigba (F. Cardim, °co. p. 62), copaiba (G. Soares, ° c. p. 183). Copiiba (Marcgrav), copayva (Lara Ordoñez, l. c. ...Para T. Sampaio, “corr. Copa-yba, a árvore de depósito, ou que tem jazida”.

36)

Ainda das páginas 309 a 407 das suas cartas, páginas estas que compreendem uma parte do seu livro *Informação do Brasil e das suas Capitânias*, Anchieta vai, da mesma forma como detalharam os autores acima citados, além do processo do cultivo da mandioca, cuja semente é uma parte da rama da mesma; o processo de preparar a farinha, a qualidade dessa e mais uma série de detalhes similares aos que já foram apresentados anteriormente. Também, quanto ao sentido ambíguo do seu discurso em *defesa* da integridade do índio, não difere em essência daqueles que, mesmo não sendo representantes da Companhia para a qual Anchieta atuava, no pano teórico seguem a mesma lógica do sentido do discurso da Igreja católica reformada.

Não mais preso à concepção escolástica, como a de Thevet e de certo modo o de Staden, mas sim à nova doutrina protestante em ascensão, embora ainda muito preso ao imaginário do Paraíso terreal, o discurso de Jean de Léry, sobre os mesmos aspectos descritos pelos demais, apresenta um olhar já bastante diferenciado do de seus contemporâneos. Descrevendo esses mesmos assuntos anteriores, vê-se que no sentido do seu discurso está implícita a ideologia da sua doutrina, cuja perseguição — estava havendo em seu próprio país, uma das estratégias salvacionista — era criar um núcleo no Brasil.

Destarte, o sentido do seu discurso, quer seja o referente ao comportamento do nativo, quer seja sobre os saberes dos mesmos, quer seja ainda quanto à preciosidade da natureza e a sua apropriação da mesma, difere dos demais, sobretudo na maneira de expor. Neste sentido, começando por descrever os hábitos alimentares dos indígenas, ao contrário do que se percebe do sentido dos discursos anteriores, no de Léry vai aparecer o enunciado do índio comendo com colher. Em outros aspectos, como no preparo dos alimentos, principalmente os feitos pelas diferentes raízes, das quais as da mandioca eram as mais comuns, não tem grandes diferenças dos demais, ao revelar que

(...) Algumas vezes as mulheres, depois de raladas essas raízes de aipim e de mandioca, e enquanto ainda se acham frescas, fazem com elas grandes bolas que espremem entre as mãos; o caldo côr de leite que sai é recolhido em pratos ou em

vasilhas de barro e exposto ao sol, cujo calor o condensa e coagula como coalhada. Quando querem comer, derramem-no em outros alguidares de barro e o cozinham ao fogo como fazemos com as fritadas de ovos; assim preparado torna-se excelente manjar. Quanto à raiz do aipim, não só se presta para ser transformada em farinha, mas ainda para ser assada inteira na brasa ou no fogo; fica assim mais tenra e torna-se farinácea como a castanha assada no bortalho e cujo gesto é muito semelhante. O mesmo não se pode fazer com a raiz da mandioca, que só serve para farinha, sendo venenosa quando preparada de outro modo. (Cf. Léry, Op. cit., p. 87)

No referente à descrição das plantas de mandioca, Léry diz que as mesmas

(...) pouco diferem entre si; crescem ambas à altura de pequenos zimbros e têm falhas semelhantes às de peônia.⁴⁴ O mais admirável, porém, nessas raízes, é o modo de se reproduzirem no Brasil. O caule é mole e frágil como o do canhamo e basta quebrar e enterrar um pedaço dele para que, sem maiores cuidados três meses depois estejam formadas sob a terra as grossas raízes. As mulheres também plantam duas espécies de milho, branco e vermelho, fincando no chão um bastão pontudo e enterrando o grão no buraco. O nome indígena do milho, a que em França se chama trigo sarraceno, é avati;⁴⁵ com eles fazem farinha, que se coze e se come como as outras. E creio, contrariamente ao que afirmei na primeira edição desta narrativa, que esse abati dos americanos é aquilo que o historiador das Índias denomina mais e que diz servir de trigo para os índios do Perú. Eis de resto como o descreve: O talo do mais⁴⁶ cresce à altura de um homem e mais; é bastante grosso e lança falhas como as da cana das lagoas; a espira é como uma glande de pinho silvestre, o grão não é grosso, nem redondo, nem quadrado, nem tão comprido como a nossa baga; amadurece em três ou quatro meses e nas terras bem banhadas em mês e meio. Cada grão produz de cem a quinhentos e às vezes seiscentos, o que também demonstra a fertilidade dessa terra ora em mãos dos espanhóis. Alguém já escreveu que em certos lugares da Índia Oriental a terra é tão boa que o trigo, o centeio e o milho excedem a quinze cavados de altura, conforme contam os que o viram. (Idem, p. 88)

Diante das constatações feitas sobre os saberes agrários, assim como também da conjuntura produtiva no contexto do estágio civilizatório do índio brasileiro, embora o sentido do seu discurso se diferencie dos demais aqui citados, não escapa daquilo que Eni Orlandi definiu como o Discurso do confronto, ou do discurso do colonizador, só que este com um outro verniz ideológico, o dos preceitos da Doutrina luterana, como será visto mais adiante, no item sobre saberes agrários *versus* catequese. Este aspecto aparece implícito nas palavras

⁴⁴ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit., Verbete: peônia [Do gr. paionía, pelo lat. paeonia.] Erva alta, da família das ranunculáceas (*Paeonia officinalis*), nativa na Europa e cultivada pelo valor ornamental que deriva das grandes flores dobradas, de pétalas nobovadas. As folhas são descolores, subdivididas e com segmentos lanceolados, e os frutos são folículos.

⁴⁵ Avati, milho na língua indígena do Brasil. Este termo era usado também pelos demais testemunhos da época

do próprio Léry, da mesma forma como aparece naqueles, sobretudo quanto à exaltação à fertilidade da terra e a bondade do clima. E, sobre tais aspectos, diz Léry:

(...) O que acima ficou dito é o resumo do que vi ser usado como pão pelos selvagens do Brasil. Entretanto, os espanhóis e portugueses atualmente estabelecidos em diversos pontos das Índias Ocidentais provaram que não é por defeito da terra que os selvagens não possuem trigo e vinha. Esses colonos os têm plantado com muito bom resultado. Nós franceses, por ocasião de nossa viagem também levamos trigo em grão e cepas de vinha e verificamos, por experiência, que uma e outra coisa se dariam bem se os campos fossem tratados à moda da Europa. De fato a vinha que plantamos pegou, cresceu e enfolhou, evidenciando claramente a excelência do solo. Verdade que durante um ano quase que lá estivemos só produziu agraços⁴⁷ que não chegaram a amadurecer, emperrando e secando; mas sei agora, por vinhateiros que em geral as plantas novas só produzem no primeiro e segundo ano frutos secos e chochos; sou portanto de opinião que se os franceses ou os que nos continuarem, cuidarem da videira deixada, colherão boas e belas uvas nos anos próximos. Quanto ao trigo e ao centeio que semeámos, embora crescessem viçosos, as espigas não tinham grãos. Como entretanto a cevada granou e amadureceu multiplicando bastante, é de supor que a terra por ser muito forte tivesse apressado em excesso o trigo e o centeio (os quais pedem maior demora na terra para produzir, como vemos na Europa) o que não teria dado tempo à planta para formar o grão. Em França adubam-se os campos para torná-los mais férteis; nesta terra nova sou de opinião que seria necessário cansá-la e enfraquecê-la com alguns anos de cultura para que venha a produzir melhor trigo e outros cereais semelhantes.

Como este país dos nossos tupinambás tem capacidade para alimentar dez vezes mais gente do que atualmente, posso gabar-me de ter tido às minhas ordens mais de mil jeiras de terras melhores que as de Beance. Pois se os franceses tivessem permanecido ali teriam sem dúvida tirado a mesmo proveito que colhem os portugueses; e isso o teríamos conseguido, e nela estariam talvez agora mais de dez mil pessoas se Villegagnon não se houvesse rebelado contra a religião reformada. Diga-se isso de passagem para satisfazer aos que perguntam se o trigo e o vinho podem prosperar no Brasil. (Idem, p. 89)

Também a sua descrição do processo técnico e da divisão familiar do trabalho não apresenta grandes diferenças daquelas que foram descritas e ilustradas acima, especialmente quanto à preparação da bebida. A novidade desse discurso em relação aos demais é que Léry vai mostrar que o saber técnico sobre o preparo de bebidas pelos índios brasileiros assemelha-se muito àquele que era usado em seu país, ao assim dizer:

(...). Cumpre, desde logo, notar que os homens não se envolvem de maneira nenhuma na preparação da bebida, a qual, como a farinha, está a cargo das mulheres. As raízes de aipim e mandioca, que servem de principal alimento aos selvagens, são também utilizadas no preparo de sua bebida usual. Depois de as cortarem em rodela

⁴⁶ Espécie de milho graúdo.

⁴⁷ Suco de uva.

finas, como fazemos com os rabanetes, as mulheres as fervem em grandes vasilhas de barro cheias de água, até que amoleçam; tiram-nas então do fogo e as deixam esfriar. Feito isso acocoram-se em terno das vasilhas e mastigam as rodela jogando-as depois em outra vasilha, em vez de as engulir, para uma nova fervura, mexendo-as com um pau até que tudo esteja bem cozido. Feito isso, tiram do fogo a pasta e a põem a fermentar em vasos de barro de capacidade igual a uma meia pipa de vinho de Borgonha. Quando tudo fermenta e espuma, cobrem os vasos e fica a bebida pronta para o uso. Esses vasos têm o feitio das grandes cubas de barro nas quais vi fazer-se a lixívia⁴⁸ em alguns lugares do Bourbonais e da Auvergne; são entretanto mais estreitos no alto que no bôjo. Fazem o mesmo com a avatí, a fim de preparar uma bebida de milho. (Idem, p.90)

Léry mostra como no uso das técnicas de preparação do vinho se dá a divisão social do trabalho, pois enquanto as mulheres são as detentoras dos saberes sobre a preparação dessas bebidas, os homens se ocupam em caçar, plantarem, colherem e mastigarem o milho ou as raízes. Além destes aspectos, Léry revela também o seu discurso moralista ao dizer que

(...). Consideram tão indecente ao seu sexo meter-se neste trabalho quanto nós consideraríamos indecente que os camponeses seminus da Bresse ou de outras regiões pegassem na roca para fiar. Os selvagens chamam essa bebida cauim; turva e espessa como berra e tem como que o gesto do leite azedo. Há cauim branco e tinto tal qual o vinho. Como tais raízes e o milho crescem durante o ano todo no país, os selvagens fazem a sua bebida em qualquer estação e às vezes em grande quantidade, tendo eu visto em certa ocasião mais de trinta potes grandes cheios, dispostos em fila à espera do momento de capinar. Antes porém de entrar no assunto, seja-me permitido à guisa de prefácio, embora não aprove o vício, dizer que nem alemães, nem flamengos, nem soldados, nem suíços, todos enfim que se dedicam à bebedeira em França, nada sabem do ofício em comparação com os nossos americanos aos quais têm que ceder a primazia. (Idem, p. 91)

Mais para o final do século XVI, Gabriel Soares descreve, não com os mesmos detalhes dos autores anteriores, alguns procedimentos e a mesma qualidade e a cor da farinha, assim como o uso das raízes de mandioca para alimentação dos animais. Porém, a sua preocupação maior é quanto ao combate às pragas (as formigas, gafanhotos, passarinhos, etc.) que são geradas nas roças de mandiocas e atacam as demais lavouras. Warren Dean, ao analisar a situação da queima das floresta brasileiras para abrir novas roças já no século XVI, baseando-se nesses mesmos testemunhos, assim descreve a ação das formigas:

⁴⁸ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit., Verbete: lixívia [Do lat. lixívia.] Química: solução de carbonato de sódio ou de potássio, usada para lavagem de tecido, remoção de tinta, e com outras aplicações. Solução ou suspensão de materiais resultantes de um processo industrial. [Cf. lixívia, do v. lixiviar.]

(...) o lavrador podia confiar em um intervalo de dois ou três anos de colheitas tranqüilas antes de as formigas aparecerem em grande número. Todos os observadores coloniais da lavoura concordam que a onipresença das cortadeiras, sua agressividade e sua resistência a qualquer medida defensiva que os lavradores conseguissem conceber ou aplicar eram uma causa importante da persistência da agricultura itinerante. (Cf. Dean, 1996, p. 127)

As pragas de formigas criou problemas que chegou mesmo a ser considerada no século XVIII, como sendo um castigo divino, segundo mostra em estilo barroco o padre Manuel Bernardes, em sua obra *Nova Floresta* (vol. 2, pp,117-18), escrito nos meados daquele século. Esta obra narra o caso das formigas que invadiram o Convento dos Capuchos no Maranhão, e cujo processo terminou sendo julgado pelo Tribunal do Santo Ofício, em Lisboa. Tanto o exemplo acima, quanto o de Gabriel Soares a seguir — e que é anterior ao de Bernardes—, já são possíveis de serem olhados como uma hipotética primitiva anormalidade da natureza. Referindo-se à ação das formigas oriundas das roças de mandioca e atacando as demais lavouras, Gabriel diz que

(...) Muito havia que dizer das formigas do Brasil, o que se deixa de fazer tão copiosamente como se poderá fazer, por se escusar prolixidade; mas diremos em breve de algumas, começando nas que mais dano fazem na terra, a que o gentio chama "ussaúba",⁴⁹ que é a praga do Brasil, as quais são como as grandes de Portugal, mas mordem muito e onde chegam destroem as roças de mandioca, as hortas de árvores da Espanha, as laranjeiras, romeiras e parreiras. Se estas formigas não foram, houvera na Bahia muitas vinhas e uvas de Portugal; as quais formigas vêm de muito longe de noite buscar uma roça de mandioca, e trilham o caminho por onde passam, como se fôsse gente por file muitos dias, e não salteiam senão de noite; e por atalharem a não comerem as árvores a que fazem nojo, põem-lhe um casto de barro ao redor do pé, cheio de água, e se de dia lhe secou a água, ou lhe caiu uma palha de noite que a atravesse, trazem tais espias que são logo disso avisadas; e passa logo por aquela palha tamanha multidão delas que antes que seja manhã, lhe dão com tôda a fôlha no chão; e se as roças e árvores estão cheias de mato de redor, não lhes fazem mal, mas tanto que as vêem limpas, como que entende que tem gesto a gente disto, saltam nelas de noite, e dão-lhe com a falha no chão, para a levarem para os formigueiros; e não há dúvida senão que trazem espias pelo campo, que levam aviso aos formigueiros, porque se viu muitas vezes irem três e quatro formigas para os formigueiros, e encontrarem outras no caminho e virarem com elas, e tornarem todas carregadas, e entrarem assim no formigueiro, e saírem-se logo dele infinidade delas a buscarem de comer à roça, onde foram as primeiras; e têm tantos ardis que fazem espanto. E como se destas formigas não diz o muito que delas há que dizer, é melhor não dizer mais senão que se elas não foram que o despovoará muita parte da Espanha para irem povoar o Brasil; pois se dá nele tudo o que se pode desejar, o que esta maldição impede, de maneira que tira o gesto aos homens de plantarem senão aquilo sem o que não podem viver na terra.(Cf. Gabriel Soares de Souza, 1071, p. 270)

⁴⁹ Palavra não encontrada nos dicionários e enciclopédias consultados.

Ainda sobre alguns aspectos cotidianos da interação entre essas diferentes culturas, relata Staden que os

(...) Índios são gente bonita de corpo e estatura. Homens e mulheres igualmente, como as pessoas daqui; apenas, são queimados sol, pois andam todos nós, moços e velhos, e nada absolutamente trazem sobre as partes pudendas. Mas se desfiguram com pinturas. Não têm barba, pois arrancam os pelos, com as raízes, tão pronto lhes nascem. Através do labio-inferior, das bochechas e Grelhas fazem furos e aí penduram pedras. E' o seu ornato. Além disso, ataviam-se com penas.(...) Com o que cavam e cortam, quando não obtêm dos cristãos machados, facas, tesouras e outras mercadorias similares. Antigamente, antes de lhes virem os navios à terra, empregavam os índios uma espécie de pedra preta-azulada na fabricação de cunhas, e ainda o fazem em muitas regiões, que não são procuradas pelos navios. Afiam a borda mais larga da pedra. Estas cunhas têm mais ou menos um palmo de comprimento, quatro dedos de largo e dois de espessura; algumas mores, outras menores. Tomam então uma pequena vara, dobram-na por sobre a cunha e amarram-na com embira.(...) A mesma forma têm também as cunhas de ferro que lhes dão os cristãos, em algumas povoações. Aí porem arranjam o cabo de outra maneira perfurando o pau e enfiando a cunha no buraco. Isto é o seu-machado, com o qual racham. Pegam também dentes de porco do mato, afiam-nos no meio, até aguçá-los e amarram-nos entre dois pedaços de madeira. Com isto aparam suas flechas e arcos tão roliços como se fossem torneados. Por fim empregam o dente de um animal, que é chamado paca. (Staden, pp. 161-162.)

Comparando o discurso de Staden com o de Jean de Léry, vê-se quais são as semelhanças, embora o deste último seja ponteadado de contraposições às demais descrições dos autores da época, em particular, as dos católicos, quanto ao tipo físico do índio brasileiro, e refuta-os dizendo que é um “(...) erro dos que afirmam serem os selvagens pelados. (Cf. Léry, 1941, p.45) Relatando um diálogo mantido entre os índios e a tripulação do seu navio ancorado



em Magé, litoral do Rio de Janeiro, sobre a **Figura 150. Chefes Tupinambás**⁵⁰ existência do pau-brasil na região — diálogo esse que parece ter sido direto, uma vez que o autor não se refere a nenhum tradutor —, diz Léry:

(...) da freguesia, afirmaram que em suas terras se encontrava o melhor Pau-Brasil da região e prometeram ajudar-nos a cortar e carregar a madeira, e ainda a nos fornecer

⁵⁰ Figura 149. Dois chefes Tupinambás. In: Staden, op. cit. p. 150.

víveres, e todo esforço fizeram para persuadir-nos a carregarmos o nosso navio. Como porém eram nossos inimigos isso nos pareceu astúcia; em terra, onde teriam vantagem, fácil lhes seria nos desbaratarem e comerem; de resto não era nosso intento dirigir-nos para esse lugar e não nos detivemos ali. Assim, depois que os margeiás⁵¹ admiraram as nossas peças e tudo mais que desejaram no navio, pensando em outros franceses que por acaso lhes caíssem nas mãos, não os quisemos molestar nem reter; e pedindo eles regresso à terra tratamos de pagar-lhes os víveres que nos haviam trazido. Mas como desconhecessem o pagamento em moeda, foi o mesmo feito com camisas, facas, anzóis, espelhos e outras mercadorias usadas no comércio com os índios. (Cf. Léry, 1941, p. 45)

Fazendo uma breve resenha, Serafim Leite, em seu livro *Novas Páginas de História do Brasil*, diz que Nóbrega logo ao chegar no Brasil, solicitou que Portugal lhe mandasse "muitas sementes", para que ele pudesse dar ao Irmão Vicente que se dedicava a algumas atividades agrícolas. Este irmão estava disposto a ensinar os índios algumas atividades práticas, como por exemplo, a de tecer rede, ofício esse que o Irmão Vicente passara a aprender com um oficial tecelão que viera na armada que o trouxera ao Brasil. Anos mais tarde, já no final do século XVI, possivelmente foi Cardim que comentava ainda sobre as ferramentas utilizadas pelos indígenas, dizendo:

(...) Esta nação não tem dinheiro com que poção satisfazer/ aos servissos que se lhes fazem, mas vivem com mutatione vevum/, e principalmente a troco de vinho fazem quarto querem e assim/ quando hão de fazer alguas couzas, fazem vinho, e avizando os/ vizinhos, e apelidando toda a povoação lhe rogão os queirão/ ajudar em suas roças, o que fazem de boa vontade, e trabalham/ do até as dez horas tornão pera suas cazas beber os vinhos, e se/ aquelle dia senão acabão as roçarias fazem outros vinhos e vão/ lá outro dia até as dez horas acabar seu servisso: e deste medo/ usão os brancos prudentes, e que sabem a arte e maneira dos In/dios, e quanto fazem por venho por onde lhes mandão fazer vinhos,/ e os chamão as suas roças e canaviaes, e com isto lhe pagão. Tambem uzão de ordinario por troco de alguas cou/ sas de contas brancas que se fazem de buzios, e a troco de alguns rama/ s dão até as molheres, a este he o resgate ordinario de que uzão/ os brancos pera lhe comprarem os escravos, e escravas que tem para/ comer. (...) Antes de terem conhecimento dos Portuguezes uzavão de ferramen/ tas, e instrumentos de pedra, osso, pao, canas, dentes de animaes [etc.] e com / estes derrubavão grandes matos com cunhas de pedra ajudando-se/ do fogo, assim mesmo cavavão a terra com huns paos agudos e fazião/ suas metaras⁵² [sic] contas de buzios, arcos, e flechas também feitos com ago/ra fazem tendo instrumentos de ferro, porem gastavão muito tempo em/ fazer qualquer couza pelo que estimão muito o ferro pela facilidade/ que sentem em fazer suas couzas com elles, e cota he a rezão por que/ folgão com a communicacão dos brancos. (Cf. Cardin. Pp..58-60. In: BNRJ, códice 5,3,20)⁵³

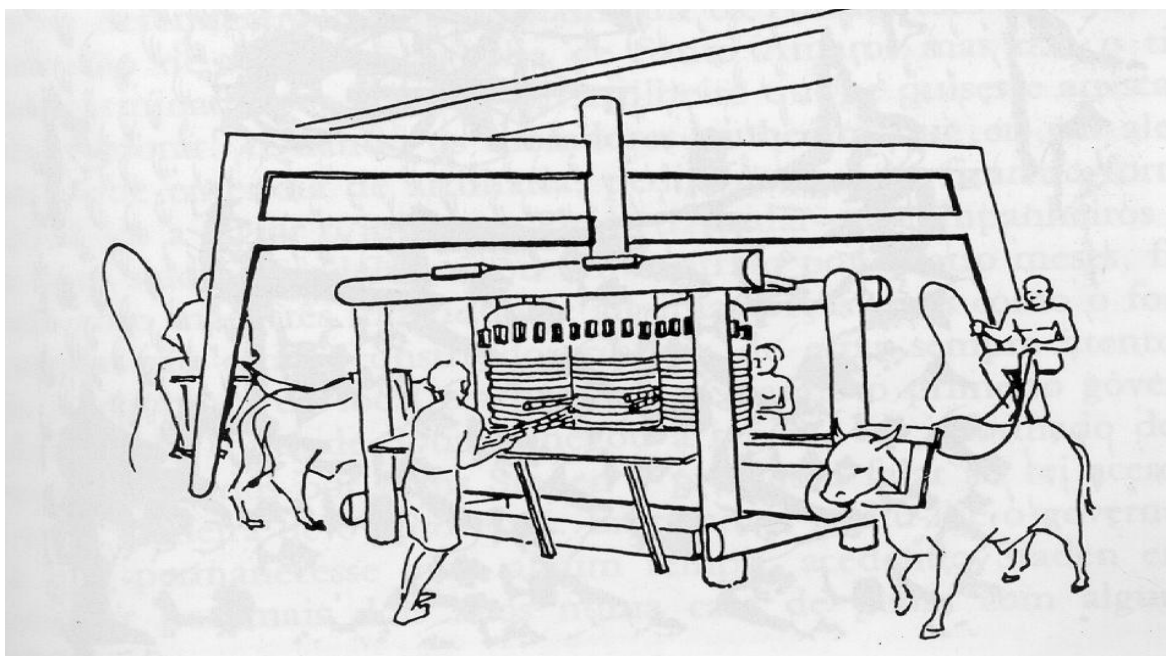
⁵¹ Índios que habitavam em Magé, litoral do Rio de Janeiro, segundo explicação do próprio Léry.

⁵² Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. verbete Metara: Tembetá dos Tupinambás; Tametara

⁵³ Cf. BNRJ, códice 5,3,20, remete ao CEHB - nº 11.327. Do principio e origem dos Índios do Brasil e de seus costumes, adoração e serimonias do séc. XVI ou XVII. Cópia moderna. In. Fol. 14 f. Em

Um outro testemunho mais ou menos contemporâneo de Cardim foi o do holandês Adriaen van der Dússen, citado por Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva em *O Império Luso-Brasileiro (1500-1620)*. Eles fazem uma análise detalhada do processo de trabalho e as técnicas utilizadas na agricultura brasileira deste período, porém com ênfase para a cana-de-açúcar.

A citação a seguir é um fragmento do relato do testemunho holandês e que diz: “(...) *para uma descrição da estrutura e funcionamento de uma fazenda de açúcar, nada melhor do que as palavras de um observador da época, cujas*



palavras vêm a seguir:

Figura 151. Engenho de açúcar do século XVI⁵⁴

(...) O açúcar obtém-se do modo seguinte: o senhor de engenho arrenda as suas mattas a diversos lavradores com a condição de plantarem nelas cana-de-açúcar para entrega ao engenho, nas safras, de um determinado número de tarefas de tara. Cada

anotações à margem do códice, mas sem identificação de quem as fez, supõe-se que “*ha possibilidades de que o autor seja Fernão Cardim, que no ano de 1601 foi aprisionado por corsários ingleses*”. Diz ainda a nota que “*este documento conta dos índios do Brasil é idêntico aos três primeiros parágrafos do tratado do Brasil que vem em Purchas e já fica descrito sob nº 12 deste catálogo..* Na realidade, este texto não é igual aos três primeiros parágrafos do referido livro, mas sim aos que estão em um outro estudo desse autor: *Do Principio e Origem dos Índios do Brasil e de Seus Costumes, Adoração e Cerimônias*, cuja edição mais recente esta junto com o *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Eduz, 1980.

⁵⁴ Figura 151. Engenho de açúcar do século XVI, tipo palito, da Segunda metade do século XVI. In: Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva. Op. cit. p. 267.

tarefa representa o que um engenho pode moer em um dia e uma isto é, em um engenho de bois entre 25 e 35 carros de cana e em um engenho d'água entre 40 e 50 carros. O lavrador obriga-se a plantar cana, com ajuda ou não do senhor de engenho, conforme a condição do contrato. (...) A cana, uma vez plantada, tem a duração igual a da existência humana e não precisa ser plantada senão aqui e ali, onde morre uma soca, a menos que ocorra uma durante o verão ou a seca de um rio; o canavial às vezes, por isto, pouco, quando não perece de todo e então tem de ser inteiramente Além disto o lavrador tem de zelar pelo seu canavial e limpá-lo duas, o quatro vezes por ano, porque se deixar crescer ao lado da cana mato dando em toda a plantação fenece; também, se ele não tiver cuidado e deixar de [retido] do canavial, em tempo oportuno, ai ervas, ou deixá-las abafar as socas, então não produzirá um bom açúcar branco, mas do mascavado e pouco ou [panela]. O lavrador obriga-se também a mandar cortar, por sua gente, a conduzi-la em seus carros para a moenda.

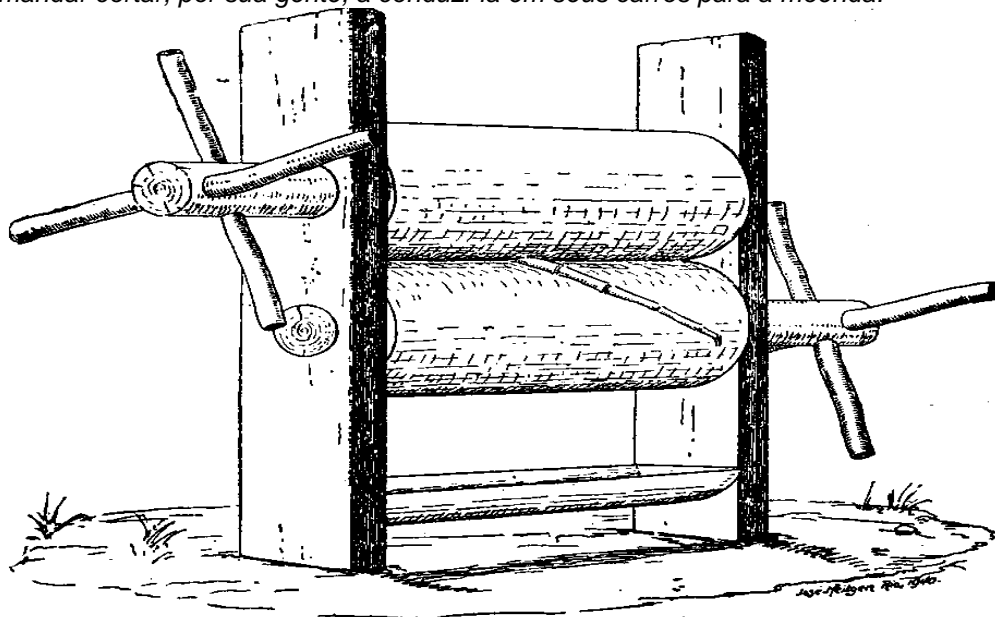


Figura 152 Engenho manual de açúcar⁵⁵

(...) O açúcar produzido é dividir com o senhor do engenho, segundo o caso: os lavradores que possuem terras próprios e que podem moer a sua cana onde melhor lhes convier, a do açúcar geralmente é feita metade e metade; os que plantam em terra pertencente ao senhor do engenho, dividem alguns na proporção de 1/3 para e

⁵⁵ Figura 152. Engenho manual de açúcar. Modelo de engenho manual, sem data e de autor anônimo. Este tipo de engenho existiu até aproximadamente o decênio de 1960, em particular no Nordeste, nas pequenas propriedades familiares e era usado para moer pequenas quantidades de cana para o uso doméstico, normalmente substituindo o açúcar, ou ainda nas feiras das pequenas cidades para vender a garapa. Diz Regina Pirajá da Silva, em 1941, na introdução da obra referida a seguir, e repete Ruy Gama em 1983, em *Engenho e Tecnologia*, que essa figura aparece em 1781, em Roma, ilustrando a obra de José Rodrigues de Melo, *De Rusticis Brasiliae Rebus* é do poema de Prudêncio do Amaral, *De Sacchari Opificio Carmem*. In: AMARAL, Prudêncio do e MELO, José Rodrigues de. *Geórgicas Brasileiras (Cantos sobre coisas rústicas do Brasil, 1781)*. Versão em linguagem de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis. Biografias e notas de Regina Pirajá da Silva. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira, 1941

2/3 pata o senhor do engenho, quando as terras são férteis e próximas do engenho e por isto o lavrador tem pouca despesa; para a maioria, a divisão faz-se na base de 2/5 para o lavrador e 3/5 para o senhor do lavrador necessita para o trato de um partido — com o que se obriga a moenda 40 tarefas por ano — de 20 negros com os seus utensílios foices, machados), mais 4, 6 ou 8 carros conforme o canavial seja longe ou do engenho (e sendo muito longe ainda aluga comumente alguns cada carro são necessários pelo menos 4 bois; para 2 carros, 6 bois (a fim se possa revesá-los). (Cf. van der Dússen, Apud Johnson e Silva, 1992, p. 293)

No referente ao processo de transmutação dos saberes agrários, ainda no século XVI, o autor pioneiro neste campo foi certamente o também pioneiro historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). A sua *História Geral do Brasil*, embora se classifique na corrente da historiografia conservadora, é demasiadamente rica em detalhes das representações convencionais das interações entre os primeiros europeus com os índios brasileiros. Apesar do seu discurso ser mais um que pode ser qualificado na categoria do discurso ideológico do colonizador (adonador), a sua análise é uma síntese de como através das primeiras relações sociais no século em análise começava a se ensaiar o processo da transmutação dos saberes agrários brasileiros.

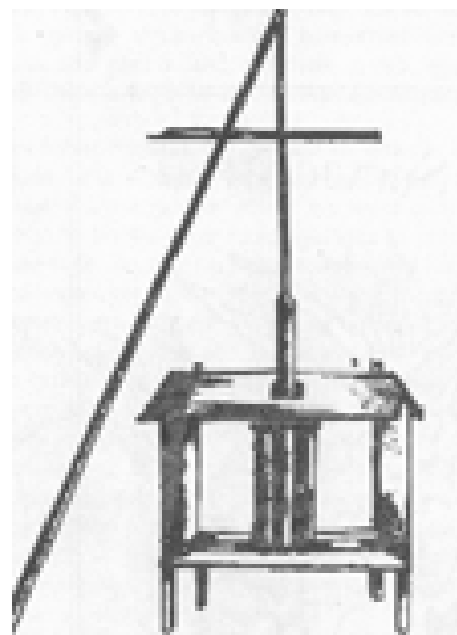
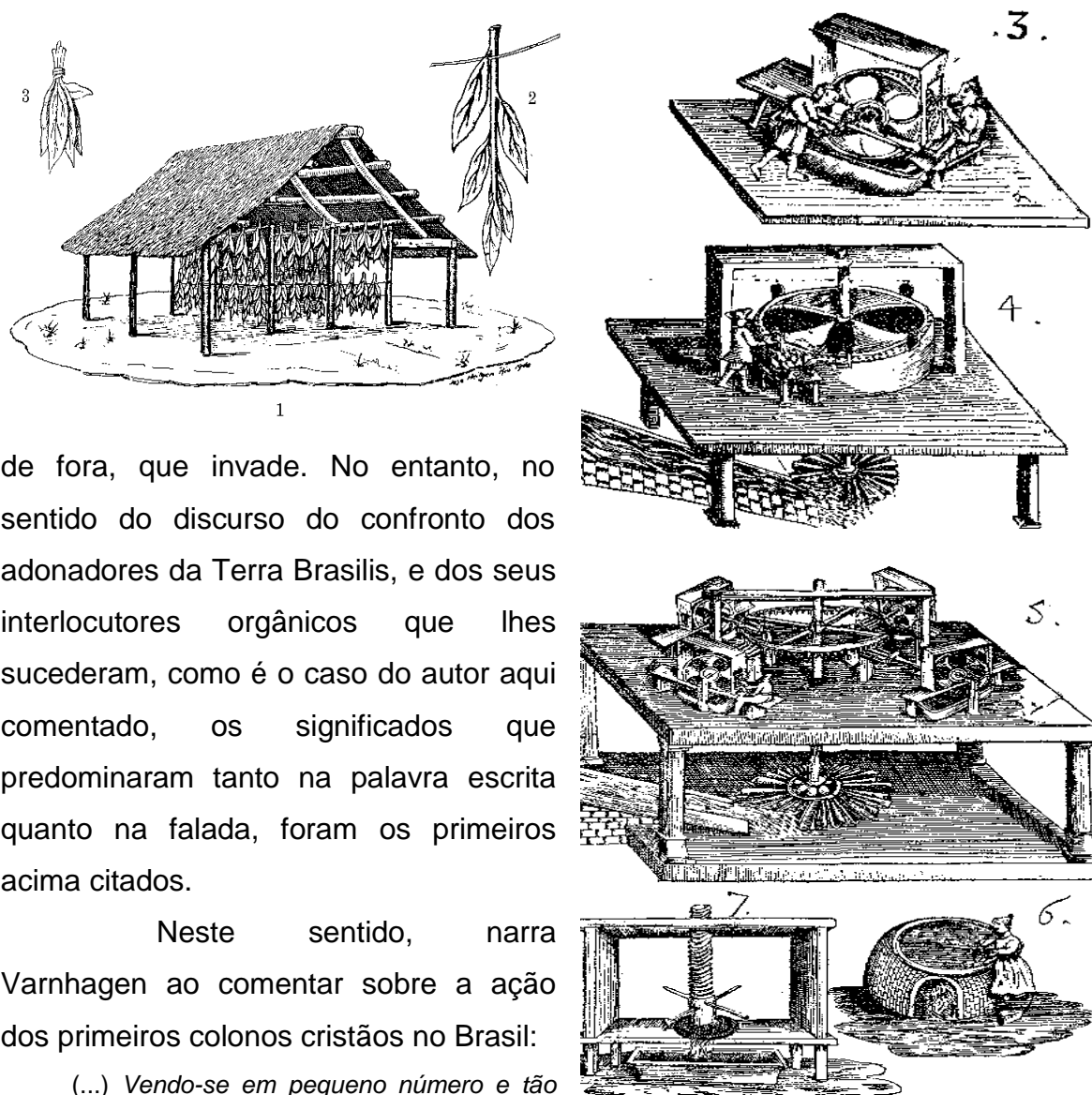


Figura 153. Engenho de açúcar do séc. XVI⁵⁶

Na qualidade de discurso vinculado à ideologia do colonizador, reforça o preconceito ideológico no uso ilógico de certas palavras ambíguas para adjetivar os índios como por exemplo, o adjetivo *bárbaro*. Os dicionários modernos, a começar pelo de Bluteau até o do Aurélio, dão a esta palavra o significado de pessoa sem civilização; selvagem, grosseira, gentílica, rude, inculta, etc, e mais recentemente inclui bacana, bonita, charmosa ou que tem boas qualidades

⁵⁶ Figura 153. Engenho de açúcar do século XVI, em Frei Vicente do Salvador, Op. cit., entre as pp. 372-373. Em nota de rodapé de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia diz: "(...) *Engenho de fazer açúcar novamente inventado ou trazido de fora pelos Padres da Companhia do Brasil, ano de*

sociais, enquanto que na sua concepção etimológica quer dizer aquele que vem



de fora, que invade. No entanto, no sentido do discurso do confronto dos adonadores da Terra Brasilis, e dos seus interlocutores orgânicos que lhes sucederam, como é o caso do autor aqui comentado, os significados que predominaram tanto na palavra escrita quanto na falada, foram os primeiros acima citados.

Neste sentido, narra Varnhagen ao comentar sobre a ação dos primeiros colonos cristãos no Brasil:

(...) *Vendo-se em pequeno número e tão desamparados, os cristãos em cada uma das capitâneas começaram por afazer-se a muitos usos dos Bárbaros, nos objetos domésticos e de primeira necessidade. Destes, adotaram o uso do tabaco de fumo,⁵⁸ e com tanto amor que se tornou geral, e passou à Europa, e já no século seguinte*

Figura 154. Indústria de tabaco⁵⁷

1613. Este desenho, encontrado na biblioteca da Ajuda, de Lisboa, e colido pelo Prof. José Antônio Gonçalves de Melo, parece ter sido feito para a "História do Brasil" do Frei Vicente".

⁵⁷ Figura 154. Indústria de tabaco, sem data. Em Geórgicas brasileiras. In: AMARAL, Prudêncio do e MELO José Rodrigues de. "Geórgicas Brasileiras (Cantos sobre coisas rústicas do Brasil, 1781). Versão em linguagem de João Gualberto Ferreira dos Santos Reis. Biografias e notas de Regina Pirajá da Silva. Rio de Janeiro: Publicação da Academia Brasileira, 1941.

⁵⁸ Nota no pé da página da obra de Varnhagen, citada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia: "O tabaco já era na Ásia conhecido, e de lá nos veio o vocábulo "charuto". — A tese da exclusiva origem americana do fumo é sustentada por A. de Candolle, *Origini des plantes cultivées*".

constituía um dos ramos da indústria e produção no Brasil. Quis a igreja opor-se a este uso, declarando-o o rito gentílico; e prelado houve que chegou a proibi-lo, com pena de excomunhão, dando algumas vezes como penitência aos que fumavam, trazerem na igreja os **pytimbdos**⁵⁹ ou grandes charutos ao pescoço; mas tudo foi debalde. (Cf. Varnhagen, 1981, p. 212)

Varnhagen continua igualmente aos cronistas do século XVI, narrando sobre o cultivo de outros produtos agrários pelos colonos:

(...) *Dos Bárbaros adotaram os colonos o uso do milho e da mandioca, e todos os meios de cultivar e preparar estas duas substâncias alimentícias, bem como as abóboras, o feijão, etc. deles, e não de Portugal, foi tomado o sistema, ainda hoje [século XIX] seguido geralmente pelos nossos lavradores, de roçar e derrubar, cada dois ou três anos, novos matos-írgens, queimá-los, encoivará-los, e por fim semeá-los, ficando o terreno atravancado de tocos e madeiros, que pouco a pouco se vão apodrecendo, continuando a estrumara a terra, mas dificultando o passo aos trabalhadores, e roubando às sementeiras muito superficiais. Em Portugal não se roçavam matas para semear a terra de legumes: as matas eram raras, e por conseguinte uma riqueza por si só.*

(...) *Dos índios adotaram também o uso da farinha de mandioca bem como o das folhas da planta ou maniçoba,⁶⁰ como hortaliça; para o que usaram também das folhas do taiá ou taiobas, e dos olhos tenros das aboboreiras jerimus, cujos guisados chamaram cambuquira.⁶¹ Além disso cultivavam os carás e inhames, e ainda mais o excelente aipim ou mandioca doce, comido assado simplesmente ao borralho, e sem mais preparativos.— Dos índios adotaram os nossos o pirão. Mingau é também nome dos Tupis, que chamavam ao caldo mingau.*

*Na primitiva construção das casas, em vez de pregadura se adotou o cipó-embé, para segurar as ripas, conforme usavam os índios. Também se adotaram as próprias formas de suas cântaras ou vasos de barro, para trazerem água do rio ou das fontes; (...) As bananas da terra foram também um dos primeiros alimentos que mais se generalizou, enquanto da ilha africana de São Tomé não se transplantaram as que por isso ainda hoje têm este nome. Alguns pés desta planta, ao abrigo da choupana ou tujupar⁶² de um colono, lhe asseguravam a subsistência sem o trabalho; pois que, como diz um contemporâneo, parece que a bananeira, que alguns crêem ser a figueira do paraíso terreal, foi a planta dada ao homem para o deixar falhar ao preceito de ganhar o sustento com o suor de seu rosto. O vocábulo **banana** é africano: **musa** lhe chamavam os Árabes: **pacoba** os nossos índios.⁶³ (Idem, pp. 212-213)*

⁵⁹ Idem, ibidem: Morais [leia-se Dicionário de .] dá catimbáo por cachimbo pequeno. A origem é de p'ty, tabaco, dando p'ty'-mbaba.

⁶⁰ N. do A. "Oba" significa folha: ou, em geral, roupa.

⁶¹ N. do A. Adulteração de con-kyra, grelo ou olho de qualquer planta; Dic. Bras., pág. 74 — (A.). — Nota no pé da página da obra de Varnhagen, citada por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia: Conf. Teodoro Sampaio, *O Tupi na Geografia Nacional*, pág. 118. — (C.). — Pág. 208 da segunda edição, São Paulo, 1914: corr. de caá-a-~mbikyra, brotos de erva, grelos, folhas tenras.

⁶² N. do A. Nesta palavra preferimos sempre seguir a ortografia do P. Vieira admitida por Morais. O Dic. Bras. escreve teijupaba; Cardim, pág. 99. teijupaba; G. Soares, tajupar; Calado, Valor. Luald., 160 tugipar, e Abbeville aioupaue. Varn. Com. a Soares, 241. Conf. Rodolfo Garcia, Glossário anexo à *Hist. de la Mission des Pères Capucins*, pág. 14, e Notas à Fernão Cardim, pág. 399

⁶³ Nota no pé da página da obra de Varnhagen, citada por Capistrano: "A proposição do autor combina bem com os dizeres de Thevet, Léry e Gabriel Soares, mas a opinião geral é que a banana procede do velho mundo. Carlos von den Steinen nega até que seja indígena a palavra

No século XVI, tinha um olhar do Novo Mundo quase que exclusivo da Europa central e do sul, já no século XVII introduz-se o olhar da Europa do norte. Desse modo, as respectivas imagens acima, assim como uma boa parte da pintura desse século e do seguinte, já começa a revelar as primeiras manifestações desse processo de transmutação. Ele vai sendo sentido gradativamente através da percepção da leitura ou de qualquer uma outra fonte testemunho, como por exemplo, a obra de Varnhagen, que é a primeira grande manifestação do pensamento da elite brasileira em formação.

A cada página que se lê da obra de Varnhagen vão surgindo novas representações convencionais das interações entre os primeiros europeus e africanos com os índios brasileiros. Varnhagen mostra esta representação no nível da língua brasileira em formação ao dizer que “(...) *o próprio vocábulo [advém das] representações convencionais das interações entre os primeiros europeus com os índios brasileiros **Coivara**, do qual tomamos o verbo **encoivarar**, é uma voz tupi, derivada de **Cog**, roça*”. (Idem, ibidem) Posteriormente algumas dessas representações são retomada por Sérgio Buarque de Holanda em seu livro *Caminhos e Fronteiras* (1957), onde estudou além do uso de alguns saberes agrários práticos, a linguagem usada pelos camponeses paulistas a partir do final do século XVIII.

A citação que vem a seguir sobre mais algumas dessas representações vem de encontro à proposição esboçada no início do capítulo I, desta tese, de que a palavra naturalmente leva a efeito a função de ser a principal cravadora da impulsão da rede da ciência linguagem em contínua reciprocidade com a do discurso e a da ação, atributos próprios e naturais apenas da cultura humana. Assim, na citação a seguir, cujo ambiente ainda é o XVI, Varnhagen narra sobre a influência indígena no novo vocabulário daqueles colonos acima citados, assim dizendo:

(...) em outros artigos domésticos foi a adoção dos usos tão excessiva que até com

pacoba, genérica no tupi, e usada ainda hoje nas terras do Norte; segundo este sábio viajante pacova deriva do português bago, derivação impossível evidentemente”.

eles vieram os próprios vocábulos de língua tupi, os quais para sempre no Brasil acusarão a sua procedência, como dissemos, acerca dos Árabes na Espanha. São também puramente índios os vocábulos Chará, Guapiara,⁶⁴ Apicum,⁶⁵ Massapé,⁶⁶ Cherapi, Coivara, Pipoca, Tipóica,⁶⁷ Picumã,⁶⁸ Chulé, Chué,⁶⁹ Tetéia,⁷⁰ Tapejara,⁷¹ Pixuna,⁷² Tocaiar,⁷³ Coroca,⁷⁴ Catapora, Canhambola,⁷⁵ Pixaim, Cuiara,⁷⁶ Pitiú, Garajau⁷⁷ e muitos outros. Dos Tupis adotaram os nossos quase tudo quanto respeitava ao barquejar, bem como à pesca e até à casa. (Varnhagen, Op. cit. p. 213)

Fazendo um contraponto com o que foi dito acima, diz-se algumas palavras para situar o Brasil do século XVI, ainda coberto pela virgem floresta tropical mas já mesclada por outras espécies vegetais trazidas de fora. As

⁶⁴ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit.. Verbete: guapiara ou gupiara. Jazida em cascalho, BA. Cascalho ralo, que tem pouca terra a encobri-lo. C.O. Depósito sedimentoso diamantífero nas cristas dos morros; gorgulho. C.O. Designação dada, nas regiões auríferas, ao cascalho em camadas nas faldas das montanhas, e de onde se extrai ouro.

⁶⁵ Idem. Verbete: apicum. [do tupi ape'kü.]. Brejo de água salgada, à borda do mar. MA e BA. Elevação muito íngreme. PE. Terreno formado de areia fina misturada com pouca argila, e imprestável para o plantio de cana-de-açúcar. BA. e SE. Estrema de terra firme com o mangue, limite da preamar.

⁶⁶ Idem. Verbete: massapé. Bras., N. e N.E. Terra argilosa de SE e BA, formada pela decomposição dos calcários cretáceos, preta quase sempre, e ótima para a cultura da cana-de-açúcar. Solo argiloso proveniente da alteração intempérica de rochas graníticas e gnáissicas.

⁶⁷ N. do A. Verificamos ser voz tupi. Conf. Rodolfo Garcia, Notas a Cardim, pág. 396.

⁶⁸ N. do A. Pi-cumã, pó ou fuligem da panela.

⁶⁹ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit.. Verbete: chulé.[Do ár. hispânico xui, 'pouco']. Sem categoria; ordinário, reles, chinfrim. Mal-arranjado; sem apuro; desleixado. Apoucado, acanhado, magro. Diz-se do traje sem graça, simples, ordinário.

⁷⁰ Idem. Verbete: tetéia. Dixe de criança. Enfeite, berloque. Pessoa ou coisa muito graciosa. AL. Vara para colher frutas.

⁷¹ Nota no pé da página da obra de Varnhagen, citada Rodolfo Garcia:, refere a Cardim, p. 382. Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit., Verbete: tapejara. [Do tupi tape'yara, 'aquele que toma o caminho].Prático, conhecedor de caminhos ou de uma região: [Sin.: vaqueano (no S., C.O. e MG) e baqueano (no N. e N.E.).] RS. Aquele que conduz embarcação com segurança, firme ao leme. Pessoa hábil e entendida. RS. V. valentão (1).

⁷² Idem. Verbete: pixuna: [Do tupi pi'xuna, 'pele negra, casca negra'.] Espécie de pequeno rato; camundongo selvagem. Amaz. Arvoreta da família das poligonáceas (Coccoloba pixuna), da floresta úmida, de folhas amplas, coriáceas, rígidas, flores congregadas em longos cachos, e frutos pequenos, vermelho-escuros ou quase negros, azedos, porém agradáveis ao paladar.

⁷³ Idem Verbete: tocaiar: [De tocaia + -ar2.]. Bras. Emboscar-se a fim de agredir ou matar (o inimigo ou a caça). Espreitar a chegada de. Estar de espreita.

⁷⁴ Idem Verbete: coroca: [Do tupi ko'roka, 'rabugento'.] Decrépito, caduco, curungo. Diz-se de velho adoentado, achacadiço. Pessoa velha e feia; coróia, curuca, curungo.

⁷⁵ N. do A. Aliás Canhenbora, o que anda fugido, de canhê, fugir.

⁷⁶ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit.. Verbete: cuiara. Esperto no jogo.

⁷⁷ Idem. Verbete: garajau. [De possível or. tupi.]. Espécie de cesto fechado e oblongo, no qual os roceiros conduzem galinhas e outras aves ao mercado. N.E. Aparelho em que se conduz louça de barro, a cavalo ou a pé. RN. Aparelho no qual se conduz o peixe seco, e composto de duas peças chatas e quadrangulares, com cerca de 65 cm de comprimento e 55 de largura, formada cada peça por quatro varas presas pelas extremidades, cheio o intervalo com embiras ou palhas de carnaúba tecidas em largas malhas.

principais foram o coqueiro, a mangueira, o mamoeiro e muitas outras que se adaptaram bem ao solo e se expandiram ao lado do desenvolvimento do modelo técnico do cultivo e do processamento do açúcar trazido da Ilha da Madeira, substituindo assim o verde original da floresta pelo o verde dos canaviais.

Esse era o lado dos saberes agrários que interessavam mais a Portugal, embora no referente à diversidade produtiva brasileira existissem outros produtos, inicialmente o tabaco e a mandioca e gradativamente foram entrando outras espécies vegetais, como será visto no capítulo seguinte. Pierre Chaunu



Figura 155. Flora brasileira⁷⁸

mostra, num quadro bem sintético, o processo de decadência do açúcar na Madeira e a ascensão do mesmo no Brasil. Chaunu mostra qual era o quadro da produção açucareira nas ilhas portuguesas do Atlântico no final do século XV e a do Brasil no século XVI, dizendo que

⁷⁸ Figura 155. Flora Brasileira, de Joan Nieuhof. In: Nieuhof. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, [1951], entre as páginas 282/83.

(...) por 1490, a Madeira produz 80.000 arrobas (uma arroba = 12 kg aproximadamente); no 1º decênio do século XVI excede 140.000 por ano, e em 1520-1525 anda por 200.000; por volta de 1580, a produção cai para cerca de 40.000 arrobas. Os Açores, ocupam apenas, no domínio do açúcar, um lugar secundário, São Tomé é que virá a atingir o mesmo zênite que a Madeira atingira, mas depois também declina. Tanto quanto ao esgotamento dos solos, compensando em parte pela proximidade da mão-de-obra servil e das escápulas européias, é a esmagadora concorrência do Brasil que explica esse apagamento das ilhas em proveito dos litorais americanos. (Cf. Chaunu, 1969, p. 109)

Sobre a produção brasileira, diz o mesmo Chaunu:



(...) A história anedótica do açúcar brasileiro começa trinta anos mais cedo. Em 1533, o primeiro dos engenhos teria pertencido ao governador Martim Afonso de Souza; paradoxalmente é assinalado no Sul, fora do que será a zona de desenvolvimento ótimo, na ilha baixa de São Vicente, não longe da actual cidade de Santos. Mais ao Norte, em Espírito Santo, 4 engenhos estão em construção a partir de 1540. Ao contrário, em Pernambuco, o primeiro data apenas de 1542. O equipamento

vai propagando rapidamente: 60 engenhos em 1570, 130 em 1586, 230 em 1610, 346 em 1629, 300 em 1645, 528 em 1710.

Três regiões: à cabeça colocase o centro; agrupa 31 engenhos num total de 60 em 1570. Em breve o Norte, para além do São Francisco, Pernambuco sobretudo: 24 sobre 60 em 1570, mas 66 sobre 130 a partir de 1585; 140 engenhos sobre 230 em 1610, apogeu relativo de Pernambuco que desencadeia as ambições holandesas, ainda 192 sobre 346 em 1629; 246 sobre 528 em 1710. O Sul fica

durante longo tempo muitíssimo atrás: 5 engenhos em 1570, um quarto do total em 1710. Ao todo, 180.000 arrobas por volta de 1560, 1.200.000 em 1600.

Aqui impõe-se duas observações. É o açúcar que dá raízes à presença portuguesa e elimina os Franceses ou pelo menos os condena a prazo mais ou menos curto. É o açúcar que vai fazer a fortuna do Brasil, num contexto em que não entra apenas Portugal ligado à Espanha a partir de 1580. E é o açúcar que vai permitir Portugal



Figura 156. Estágios tecnológicos⁷⁹

⁷⁹ Figura 156. Estágios tecnológicos. In: Gama, Op. cit., pp. 110 e 145. A primeira imagem acima à esquerda é uma moenda de pedra de mó. Esta pedra era muito usada para afiar instrumentos. A segunda imagem abaixo à direita já representa o estágio da moenda de rolo, inicialmente de madeira e depois de ferro. Existem ainda muitos outros modelos que estão no clássico livro de Ruy Gama: *Engenho e Tecnologia*.

recuperar a sua independência em 1640. Com a conjuntura a seu favor. (Cf. Chaunu, Op. cit., p. 110)

De acordo com o que foi apresentado acima, viu-se assim, estágios distintos da práxis passado transcendental dos saberes agrários brasileiros. Gabriel Soares de Sousa, depois de percorrer parte do interior do Brasil, no qual já se fazia presente a ação das Bandeiras aprisionando e escravizando índios, como foi visto anteriormente, dá as primeiras idéias sobre a extensão territorial brasileira para o interior. Além disso, tem mais duas contribuições relevantes à historiografia brasileira: uma descrição mais sistemática sobre a grandeza do Rio São Francisco, e a utilização do carro de boi. Sobre a grandeza do rio São Francisco,



diz ele:

Figura 157. Vista de um engenho de açúcar⁸⁰

(...) Está o rio São Francisco em altura de dez graus e um quarto, o qual tem na boca da barra duas léguas de largo, por onde entra a maré com o salgado para cima duas léguas somente, e daqui para cima a é água doce, que a maré faz recuar outras duas léguas, não havendo água no monte. A este rio chama o gentio Pará, o qual é mui nomeado entre todas as nações, das quais foi sempre muito povoado, e tiveram uns com outras sobre os sítios grandes guerras, por ser a terra muito fértil pelas suas ribeiras, e por acharem nele grandes pescarias.

Ao longo deste rio vivem agora alguns caetés, de uma banda, e da outra vivem tupinambás; mais acima vivem os tapuias de diferentes castas, tupinaés, amoipiras, ubirajaras e amazonas; e além delas vive outro gentio (não tratando dos que comunicam com os portugueses), que se atavia com jóias de ouro, de que há certas

⁸⁰ Figura 157. Vista de um engenho de cana-de-açúcar. Óleo sobre tela 25,7 x 41,4 cm. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro. In: Moraes Belluzzo, Op. cit, p. 126. Existe uma outra cópia no Museu Nacional da Dinamarca.

informações. Este gentio se afirma viver à vista da alagoa Grande, tão afamada e desejada de descobrir, do qual este rio nasce. E é tão requestado este rio de todo o gentio, por ser muito farto de pescado e caça, e por a terra dele muito fértil como já fica dito; onde se dão mui bem toda a sorte de mantimentos naturais. (Cf. Souza, 1971, p.p. 63-64)

Ainda sobre o imaginário da Lagoa Grande comentado por Gabriel Soares, algumas décadas depois vai aparecer no discurso do cronista holandês Joan Nieuwhof, ao descrever também esse mesmo rio. Essa Lagoa, que seria também a Lagoa Dourada por causa do ouro em pó nela depositado pelos rios que descem do Peru, segundo o imaginário do testemunhos que vem a seguir e de outros até mais ou menos o século XVIII, ficaria no centro da Terra, distribuindo águas para todos os cursos de água do mundo. Este assunto já foi comentado por diversos trabalhos, em particular, e com mais austeridade, em



Figura 158. O Rio São Francisco⁸¹

Visão do Paraíso, de Sérgio Buarque de Holanda. Assim, o discurso de Nieuwhof, por ser posterior ao de Gabriel, apresenta alguns dados que não estão no de Gabriel, tanto em relação ao próprio rio, cuja primeira imagem visual é a figura

⁸¹ FIGURA 158. Rio São Francisco. Pintura de Frans Post. Museu do Louvre, Paris. Foto de Geraldo Moreira Prado. Máquina fotográfica digital EPSON PC 600 dpi. Julho de 1996. Esta imagem também consta da obra de Moraes Belluzzo citada nesta tese.

acima de autoria do seu conterrâneo e contemporâneo Frans Post, quanto à lagoa dourada. Diz Nieuhof, que

(...) O Rio São Francisco, o mais extenso e o de maior volume daquelas regiões, constitui a linha divisória entre as capitanias de Pernambuco e Baía-de-Todos-os-Santos. É tão largo em alguns pontos que uma peça de seis libras com dificuldade o atravessaria. Há lugares em que a sua profundidade atinge 8 e 1/2 e por vezes 15 varas. Apesar disso não é navegável para navios de carga, em vista de estar sempre atulhado de areia o seu estuário.

Acredita-se que tenha origem em um certo lago, o qual, grandemente aumentado pelos riachos que descem das montanhas do Perú, e, especialmente pelo Rio da Prata e pelo Rio Maranhão, procura expandir-se para o mar. Alguns companheiros nossos subiram-no numa chalupa⁸² cerca de 40 léguas, achando-o sempre bastante largo e profundo. A dar os créditos aos portugueses, existem, a 50 milhas do mar, certas cataratas intransponíveis a que chamam cachoeiras. Para além delas o rio vai para o norte, até que chega à sua nascente no lago, onde há ilhas amenas habitadas pelos bárbaros que também povoam suas margens. Encontram-se boas jazidas de ouro em pó nesse lago, que não são, porém, da melhor qualidade, supondo-se formadas pelos inúmeros riachos que levam as rochas auríferas do Perú e que ali desaguam. Há também excelente salitre na região. (Cf. Nieuhof, Op. cit. p. 12)

Gabriel Soares foi também um dos primeiros cronistas a comentar o uso do carro de boi no Brasil, como veículo importante para o transporte dos produtos saídos desse tão fértil solo (sic), cujo conhecimento vinha da sua experiência como senhor de engenho na Bahia. Sobre essa interação (fertilidade do solo x uso do carro de boi), diz Gabriel:

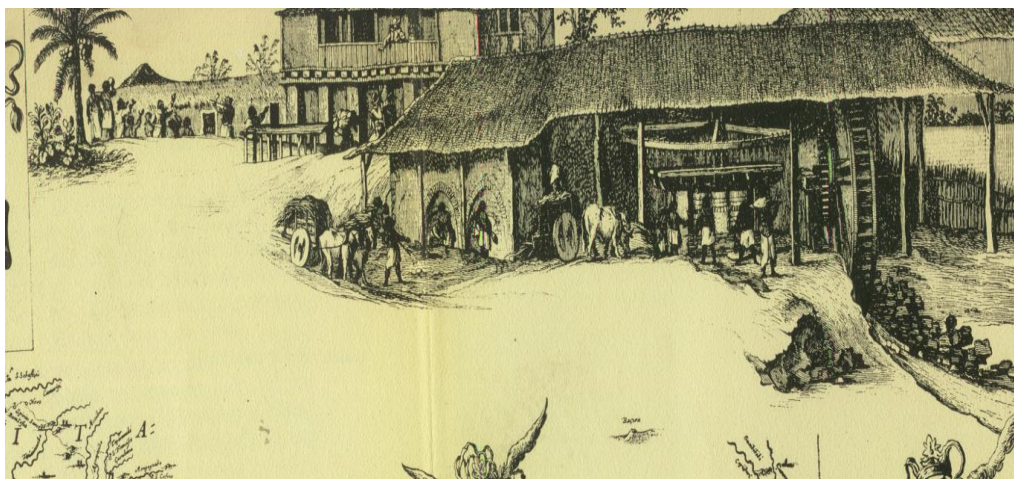


Figura 159. Carro de boi de Barlaeus⁸³

⁸² Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit., verbete chalupa. Antigo navio à vela, cuja astreação se compõe de gurupés e dois mastros: o de vante de lugre, e o de ré inteiriço, que enverga pequena vela latina quadrangular (catita).

⁸³ Figura 159. Carro de Boi. Barlaeus, 1980, entre a página 20 e 21.

(...) *Esta terra é muito fértil e abastada de todos os mantimentos e muitos canaviais de açúcar, (...); e deste engenho ao de Diogo Correia não há mais distância que quatrocentas braças de caminho de carro, e para vizinharem se servem os carros de um engenho ao outro por cima de duas pontes, e atravessam estes rios e ficam os engenhos à vista um do outro, (...) de que se fazem também carros muito bons.* (Cf. Gabriel S. de Souza, [s/d], Edição Brasileira, nº. 177, p. 167)



Figura 160. Carro de boi de Nieuhof⁸⁴

Quanto à representação visual do carro de boi no Brasil, as primeiras descrições identificadas são de cronistas holandeses, na primeira metade do século XVII, em particular nas obras de Gaspar Berlaeus e de Joan Nieuhof, apresentadas anteriormente.

⁸⁴ Figura 160. Carro de boi. In Nieuhof, Op. cit., entre as páginas 232/33.

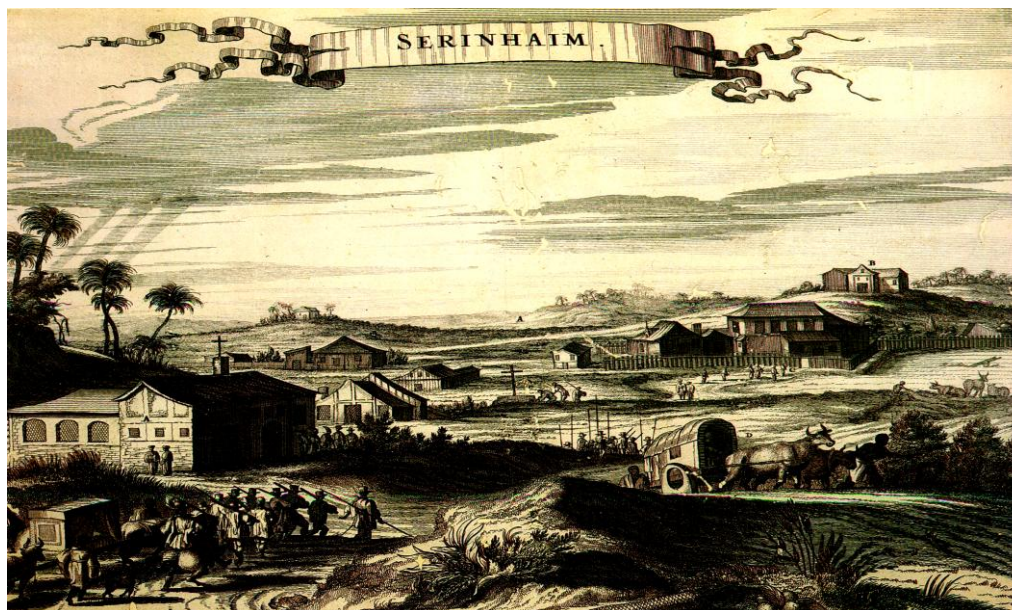


Figura 161. Carro de boi. ⁸⁵

O do primeiro, colorido, representa um transporte de carga e faz parte contexto do mapa de Pernambuco, no qual está também representado um desenho de um engenho de açúcar que é igual ao que está na *História das Índias Ocidentais de Piso e Macgrave*. O segundo, em preto e branco, foi feito como uma pintura, ilustrando o livro do autor, configurando um carro de boi coberto com um toldo. O terceiro, colorido, é uma tela anônima e sem data, porém classificada no acervo iconográfico do Arquivo do Estado de Pernambuco, nas gavetas dos mapas dos séculos XVI e XVII. Alguns estudos etnográficos normalmente atribuem esse modelo aos transportes de famílias das fazendas para as cidades e vice-versa. A cobertura normalmente era feita de couro cru ou de palhas de coqueiros, tais como existiam no interior do Nordeste até mais ou menos o final do decênio de 1960.

Ainda quanto a outros instrumentos usados na agricultura brasileira dos séculos XVI e XVII, exceto as ferramentas tradicionais como a enxada,

⁸⁵ **Figura 161. Carro de boi. Serinhaim, Quadro sem referência de data e autor, mas consta de um dos mapas do livro de Barlaeus. Pernambuco, In: Adonias, Op. cit., p. 176. O original está no acervo iconográfico do Arquivo do Estado de Pernambuco, em Recife.**

estrovenga, foice, machado, etc., não foram identificados mais nenhum outro. A referência sobre o arado, por exemplo, só indentificado pela primeira vez nesses testemunhos, na obra do Padre Antônio Sepp, no final do século XVII, como será mostrado no capítulo seguinte.

8.1.1.1.3 Saberes agrários no silêncio do discurso da catequização

O tema da catequese já foi bastante explorado por vários autores, portanto, só está sendo citado aqui em caráter subliminar visando observar nas fontes testemunhos a hipotética percepção da vida condicionada pelo o estigma da Escolástica, especialmente em algumas Cartas Jesuíticas que serão analisadas aqui. Mas deve-se ficar claro que esta análise é apenas para situar uma ínfima parcela dos temas tratados pelas Cartas. Portanto, não se trata de uma análise mais abrangente sobre as mesmas, nem tampouco sobre o papel que a Companhia de Jesus desempenhou no Brasil. Ambas, além de disponibilizarem um volume imenso de temas e de fontes documentais, já foram por demais estudadas. Portanto, as poucas referências aqui feitas limitam-se a narrar algumas das ações educativas da Igreja católica no Brasil nos séculos supracitados, sobre a *educação formal*, entendida aqui como catequese dos índios, pois quase nada elas apresentam sobre essa educação para os escravos africanos. Isto se explica em razão do objetivo principal da doutrina católica da época ser a da catequese do índio, ou também a de fundar alguns colégios nos quais pudessem ensinar também os filhos de brancos. Neste sentido, com exceção dos *empênhos* feitos pelo padre Vieira a partir da segunda metade do século XVII, praticamente não se registra mais nenhum outro esforço no período colonial, em relação à educação dos escravos:

Num primeiro momento, a educação destinada ao índio significava escutar a maneira pela qual os missionários decodificavam oralmente as *palavras de Deus* escritas na Sagrada Escritura, pois elas eram as únicas apropriadas (sic)

para evangelizar os povos não cristãos. A parte pedagógica se fazia por meio de sermões, após o culto da missa, pois esta tinha por função elevar o estado espiritual daquele “(...) **corpus imperfectus** que se acham recoberto de trevas, como o homem inconsciente e não redimido que anda na escuridão”. (Jung, 1985, p. 7)

Para completar essa espiritualidade, os missionários praticavam os seus atos de evangelização ensinando técnicas e métodos da aprendizagens religiosas e de boas maneiras aos nativos. No início, isto era feito por meio da palavra oral e só algum tempo depois, quando os jesuítas e outras irmandades católicas instalaram os seus colégios, passaram a ensinar a palavra escrita. Tanto na obra de José de Anchieta (1988)⁸⁶ — que fora por dez anos provincial da Companhia de Jesus⁸⁷ no Brasil, de 1577 a 1587 — quanto nas de outros missionários e cronistas, descrevem em vários momentos que as missas eram celebradas para os adultos aos domingos, mas para as crianças deveriam ser, de preferência, diariamente, ou pelos menos duas vezes por semana.

Embora a prática da catequese não pertencesse exclusivamente à doutrina católica, mas a qualquer uma outra, essa proibia ardentemente as demais, mesmo aquelas oriundas do cristianismo, como foi o protestantismo, que a adotassem. Exemplo sobre este fenômeno é dado pelo próprio Anchieta ao se opor à presença dos invasores franceses. Ele não fazia isso contra a nacionalidade daqueles, mas por se tratar de militantes protestantes, inicialmente os calvinistas, huguenotes⁸⁸, partidários da Reforma que protestaram contra a decisão da Dieta de Espira (1529) e liderados por João Calvino. Estes, ultrajavam-se contra alguns dogmas e/ou sacramentos da Igreja católica, especialmente a

⁸⁶ Segundo mostram vários estudos, Anchieta foi, entre todos os missionários que passaram pelo Brasil durante o século XVI, inclusive o padre Azpicuelta Navarro, e talvez superado apenas pelo padre Antônio Vieira um século depois, o maior militante da catequese dos índios brasileiros.

⁸⁷ A Companhia de Jesus foi criada pelo espanhol (basco) Inácio de Loyola, em 1540, no auge do reinado de Carlos V e da dinastia dos Habsburgos e do chamado século de ouro da Espanha. (Lancouture, 1994, pp. 9 - 135)

⁸⁸ Nome injurioso que os católicos franceses davam aos calvinistas do século XVI ao XVIII. Significa “pequena panela de barro sem pés”. (Cf. Azevedo, 1978. Verbetes huguenote)

autoridade do Papa, as imagens de santos, a eucaristia⁸⁹, a crisma, a confissão, a extrema-unção etc.

Por esse motivo, Anchieta opunha-se às atividades evangelizadoras dos calvinistas, mas não fazia o mesmo com as dos católicos franceses. Entre esses católicos franceses, o mais importante deles foi o frei André Thevet, que ficou muito pouco tempo no Brasil fazendo as suas pregações. As cartas de Anchieta e de outros estudos, tanto os da época, quanto os posteriores, não apresentam nenhuma censura aos atos de Thevet, mesmo este não fosse membro da Companhia de Jesus e ainda tendo sido criticado pelo seu compatriota calvinista, Jean de Léry, por notícias equivocadas sobre o modo de vida, das práticas de antropofagia e do tipo físico da gente do Brasil.

Em razão desses aspectos, só a Igreja Católica tinha o direito de catequizar índios, mesmo que a hegemonia dessas tarefas tenha cabido à Companhia. Por outro lado, os comentários de Léry não devem ser atribuídos simplesmente à questão de religiosidades. Gilberto Freyre mostra em sua obra clássica, *Casa Grande & Senzala*, que tais ataques eram comuns nos relatos de viajantes dos séculos XVI ao XVIII, pois, diz ele, “(...) os depoimentos dos primeiros cronistas são todos em sentido contrário. Léry salienta nos indígenas seu grande vigor físico abatendo a machado árvores enormes e transportando-as aos navios franceses sobre o dorso nu. (Freyre, 1942, p. 303)

Já para Gabriel Soares de Souza, mostra ainda Freyre, “(...) descreve-os como indivíduos ‘bem feitos e bem dispostos’, Cardim destaca-lhes a ligeireza e a resistência nas longas caminhadas a pé; e o português que primeiro os surpreendeu, ingênuos e nus, nas praias descobertas por Pedro Álvares, fala com entusiasmo da robustez, da saúde e da beleza desses. (Freyre, idem, ibidem)

Ainda que os comentários de Léry tivessem a intenção de criticar toda e qualquer ação dos missionários católicos, possivelmente as suas críticas não teriam nenhuma ressonância pelo fato de haver saído da boca de um “herege”, e isto era

⁸⁹ Segundo a Igreja Católica, é neste sacramento que Jesus Cristo se acha presente, sob as aparências do pão e do vinho, com seu corpo, sangue, alma e divindade.

considerado pelos católicos como uma atitude leviana e natural da índole dessa gente protestante. Portanto, qualquer atitude dessa natureza seria facilmente superada pela força da magia do Espírito Santo. Mesmo assim, o ataque à presença de protestantes nesse processo de catequização era necessário, em razão da resistência que o indígena tinha aos ensinamentos católicos, tal como é revelado segundo as palavras do próprio Anchieta:

(...) Há tão poucas cousas dignas de se escrever, que não sei que escreva, porque, se escrever Vossa Paternidade que haja muitos dos Brasis convertidos, enganar-se-á a sua esperança, porque os adultos a quem os maus costumes de seus pais têm convertido em natureza, cerram os ouvidos para não ouvir a palavra de salvação, e converter-se ao verdadeiro culto de Deus, não obstante, que continuamente trabalhamos pelos trazer á Fé; todavia, quando caem em alguma enfermidade, de que parece morrerão, procuramos de os mover, a que queiram receber o batismo, porque então comumente estão mais aparelhados; mas quantos são os que conhecem e queiram estimar tão grande benefício?

[...] Adoeceu um destes catecumenos em uma aldeia nos arrabaldes de Piratininga e fomos lá para lhe dar algum remédio, principalmente para a sua alma; dizemos-lhe que olhasse para a sua alma, e que deixando os costumes passados se preparasse para o batismo: respondeu que o deixassemos sarar primeiro, e esta resposta somente nos dava a tudo que lhe dizíamos nós outros: declaravamos abreviadamente os artigos da Fé, e os mandamentos de Deus, que muitas vezes de nós outros tinha ouvido, e respondido, como enjoado, que já tinha os ouvidos tapados, sem ouvir ao que lhe dizíamos, em todas as outras cousas fóra deste proposito, respondia prontamente, que bem parecia não ter tapado os ouvidos do corpo, e sòmente do coração. (Cf. Anchieta, 1988, p.155.)

Daí denota-se quão forte era a sua reação ao protestantismo nascente, cuja ação evangelizadora voltava-se mais para o ensinamento das atividades manuais do que (sic) da salvação da alma. Em razão disso, embora estivessem correndo o perigo de cometer o pecado mortal, os indígenas tendiam a aderir mais facilmente para os ensinamentos calvinistas do que para os católicos. Narrando sobre alguns desses indígenas que já haviam sido cooptados pelos calvinistas franceses no Rio de Janeiro, dizia Anchieta:

(...) Estes, como depois se supôs, apartaram-se dos seus, que estão entre os inimigos em uma povoação que chamamos Rio de Janeiro, daqui a cincoenta leguas, e têm trato com eles; fizeram casas, e edificaram uma torre mui provida de artilharia, e forte de todas as partes, onde se dizia serem mandados por El-rei de França assenhorearem-se daquela terra.⁹⁰ Todos eles eram hereges, aos quais mandou João

⁹⁰ Nota 177, p. 171 da obra em uso, diz “ Villegainon chegou ao Rio de Janeiro em 10 de novembro de 1555. Depois de tratar se estabelecer na ilha da Lage, construiu na então Seriripe (hoje Villegainon) uma torre a que deu o nome de Coligny”.

Calvino dois que lhes chamam Ministros,⁹¹ para lhes ensinar o que havia de ter e crer. Daí a pouco tempo, como é costume dos hereges, começavam a ter diversas opiniões uns dos outros, mas concordavam nisto que servissem a Calvino e a outros letrados, e logo que eles respondesse isto, guardariam todos. Neste mesmo tempo um deles ensinava as artes liberais, grego e hebraico, e era mui versado na Sagrada Escritura, e por medo do seu Capitão que tinha diversa opinião, ou por querer semear os seus erros entre os Portugueses, uniu-se aqui com outros três companheiros idiotas, os quais como hospedes e peregrinos foram recebidos e trados mui benignamente. (Cf. Anchieta, 1988, p.167.)

O sentido do discurso de José de Anchieta e demais religiosos que com ele atuavam na catequese revela um aspecto colocado por Eni Orlandi em seu livro *Terra à Vista*, ao dizer que “(...) *as cenas selvagens cortam menos que as palavras civilizadas amestradas pela retórica eclesiástica*”. (Cf. Op. cit., p. (147) Era exatamente o aspecto da domesticação, a essência do pensamento e/ou ideologia da Companhia de Jesus no Brasil. Fernando de Azevedo, por exemplo — com seu espírito ilustrado de intelectual sensato, democrático e com formação básica feita em colégio jesuítico até as vésperas de se ordenar como padre —, ressalta na introdução de *As Ciências no Brasil* e na primeira parte de *A Cultura Brasileira*, o importante papel que a referida entidade desempenhou na educação brasileira a partir da segunda metade do século XVI até a segunda metade do século XVIII (1750), quando o Marquês de Pombal proibiu o ensino jesuítico no Brasil.

Numa posição mais ufanista do que a do referido autor, destaca-se o sentido do discurso do seu contemporâneo, o médico Afrânio Peixoto, católico praticante e nacionalista exaltado, com a tese de que o Brasil deu certo porque a própria Providência divina reservou-lhe três virtudes básicas: 1) a sua própria posição geofísica na cosmologia do mundo; 2) a predestinação de ter sido colonizado pelos portugueses, pois esses vieram ao mundo com a vocação natural de salvar infinitas almas para Deus; e 3) a catequese dos seus habitantes de origem, através do ensino jesuítico no período colonial, pois este foi capaz de

⁹¹ Na nota 178 dessa mesma obra diz “Como a expedição de Bois le Comte, sobrinho de Villegaignon, chegaram ao Rio de Janeiro, em 7 de março de 1557, quatorze enviados da Igreja de Genebra, entre os quais dois pastores, Guillaume Chartier e Pierre Richier, e o estudante de teologia Jean de Léry (J. de Léry, *Histoire d'un Voyage fait en la Terre du Brésil*, ed. Gaffard, 1880, I, p, 42-4).

transformar os índios de seres irracionais a bons serviçais e obedientes cristãos.

Graça a esses fenômenos, o Brasil

(...) não foi uma decepção, porque logo, dos primeiros dias, mostrou que era, e está na carta de Pero Vaz: aguada no caminho das Índias e infinitas almas a salvar para Deus. Pouco para os homens, apenas interessados em tráfico. Foi a cobiça estrangeira que moveu a colonização portuguesa. Demarcação por alto, divisão em donataria, degredo, até o governo geral de Tomé de Souza, meiado do século.

Com elle vieram os Jesuítas, em 49. Aqui acharam alguns pequenos núcleos de povoação na costa, de Pernambuco a São Vicente. Os indígenas comiam uns aos outros; os reinos se os matavam e escravizavam; uns e outros viviam na polygomia e na promiscuidade. Os próprios clérigos aqui se corrompiam. A causa dal-a-ia o Padre Antonio de Sá: "a terra era tão larga e a gente tão solta"!

Mas vieram os Jesuítas. Veio com elles a Virtude. Para os Colonos, que a esqueciam e repudiavam, passada a Linha. Para os Indios, canibaes, inteperantes, sensuaes, que jamais conheceram freio e reserva. Não só a virtude, porém a justiça ou a equidade entre duas raças, Brancos e Negros (como eram chamados por opposição), que uma escravizava a outra, "ferrando" as "peças", como se foram os animaes, delas usando e abusando. E ambas as ração, dominadores e dominados, por fim, a moral privada e publica dos Jesuítas.

Depois foram mestres e intruíram. Instruíram filhos de reinões, os primeiros brasileiros, e instruíram os brasis, paes e filhos, fôrros e escravos, aprendendo a lingua da terra, e pela grammatica, a logica, o latim, passando o humanismo, para chegar á theologia moral e á philosophia.

Educaram costumes, intelligencia, sentidos. Aulas, cerimonias religiosas, folguedos, canto, musica, autos sagrados e profanos, classes superiores, não desprezando officios manuaes. [...] E impediam ao Gentio de se guerrear, e de se comer, promoviam acordo difficil entre as discordias continuas e os odios enviscerados dos colonos, sempre uns contra os outros: a desunião foi e é o nosso trivial. (Cf. Peixoto, 1931, pp. 11-12)

Também no discurso de Darcy Ribeiro, antropólogo de formação marxista, as missões católicas, sobretudo as praticadas pela Companhia de Jesus, foram as principais guardas que os índios brasileiros tiveram durante os dois primeiros séculos de colonização. Embora a afirmativa de Darcy tenha um lado verdadeiro, ele não considerou outros aspectos tão importantes quanto os relacionados com a própria sobrevivência econômica da Igreja: a sua conflituosa convivência com o modelo de mão-de-obra escrava, e a própria dificuldade de compreensão da língua dos nativos, e estes da língua dos missionários e dos colonizadores.

Segundo a opinião de vários autores, ou mesmo refletindo um pouco mais sobre a própria documentação já analisada por eles, é possível observar ainda nas suas entrelinhas, preenchidas por *convencedoras* proposições, que tais

ambigüidades foram patentes no período correspondente à ocupação efetiva do território brasileiro, o qual corresponde ao da fixação do catolicismo no Brasil. Jorge Couto, por exemplo, em estudo bem recente (1997), faz uma boa síntese sobre a relação da Igreja, ressaltando aí a Companhia de Jesus com a escravidão do período colonial brasileiro. Assim, diz ele:

(...) A longa convivência da Igreja com a escravatura, cuja legitimidade — em certas condições—acabou por ser teorizada pelos seus doutores; a percepção de que a oposição à introdução de escravos negros no Brasil contribuiria para intensificar as operações de escravização dos índios; a consciência de que a importação de mão-de-obra escrava constituía uma necessidade vital para o funcionamento da economia da colônia e o entendimento de que a sobrevivência das atividades de missionação dependiam do recurso a mão-de-obra escrava acabaram por convencer definitivamente a esmagadora maioria dos inicianos a aceitar a utilização de escravos, sobretudo negros, nas suas casas e unidades produtivas, consagrando, por conseguinte, a vitória dos defensores da corrente pragmática, face aos puristas da corrente ascética. A opção efetuada pela Companhia de Jesus de se integrar no sistema produtivo da América portuguesa, como forma de financiar autonomamente as suas atividades missionárias e, também, com o objetivo de assegurar uma estratégia de expansão que garantisse a auto-suficiência econômica de cada colégio, refletiu-se, naturalmente, no tipo de património acumulado ao longo de cerca de dois séculos. (Cf. Couto, 1997, pp. 196-197)

Não é nenhuma novidade afirmar que por muito tempo na história da humanidade a terra foi a principal medida de riqueza. Mas é possível imaginar que em razão da falta de espaço e predomínio de solos fracos e desgastados, baixo nível tecnológico que fazia da agricultura portuguesa uma das mais pobre da Europa e dono de um grande território ainda totalmente inexplorado, o Brasil, não tinha outra alternativa para Portugal senão partir para aventura da conquista das terras brasileira.

Da mesma forma, já foi por demais estudado que por um longo tempo a riqueza de uma pessoa normalmente era medida segundo o tamanho da gleba de terra que possuía. Mesmo situando-se muito distante da Metrópole, para isso deveria servir o *achamento*, como bem expressa a carta de Pero Vaz de Caminha, da terra Brasil à nobreza portuguesa. Depois de quase meio século de achada, esta terra teria de ser ocupada, povoada, pois, por ter sido apropriada pela Coroa portuguesa, como mostra vários estudos sobre isto, construindo aqui, segundo a feliz expressão de Caio Prado Jr., *“um novo mundo, uma sociedade que lhe*

ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas”. (Cf. Prado Jr., 1978,p.18).

Esse novo mundo dispunha com abundância de solos férteis e virgens, clima totalmente diferente do europeu e apropriado à cultura comercial dos trópicos, vários cursos fluviais e até possíveis jazidas de recursos minerais nobres. Tudo isso compensava ainda que tivesse de enfrentar várias dificuldades, tais como o contato e a dominação de seres com figuras de gente falando uma língua estranha, sem pensar em religião, nem ter rei, e nunca soube o que poderia ser uma lei européia. Essa gente entendia apenas da sua vivência comunitária e da prática antropofágica. Por um lado, povoar este vasto espaço deve ter passado pela imaginação dos colonizadores que deveria ser tarefa não muito difícil, pois poderes políticos para fazer isto a Coroa portuguesa tinha. E um desses poderes era a nascente Companhia de Jesus cujo objetivo era expandir o catolicismo por todo o mundo. Assim, como mostra Mário Maestri Filho,

(...) O estabelecimento das capitanias antagonizava objetivamente portugueses e tupinambás. Os lusitanos almejavam o domínio das terras e da força de trabalho nativas. A luta entre a organização aldeã doméstica americana e o escravismo mercantil lusitano impunha a destruição de uma das duas ordens. A tensão transitava aceleradamente das esferas ideológica, econômica, territorial e política para a militar. Não havia acomodação possível. A disputa militar não foi ainda mais generalizada por intuírem os tupinambás, ao menos parcialmente, a superioridade da civilização material e espiritual lusitana. A opção pelas ferramentas européias era já uma forma de reconhecimento da superioridade da cultura material estrangeira. A documentação histórica registra freqüentes verbalizações americanas sobre a excelência dos instrumentos europeus. A qualidade das armas, das residências das 213 vestimentas e das embarcações dos recém-chegados impactaria sobremaneira os brasis. [...]. As aldeias tupinambás raramente superavam os 400 moradores. Eram pequenas aglomerações isoladas que se defrontavam com os avanços do mundo europeu em expansão. A economia colonial portuguesa inseria-se privilegiadamente na complexa divisão internacional do trabalho de então. Os americanos viviam uma economia essencialmente autárquica. A produtividade do trabalho social lusitano era de longe superior à produtividade alcançada pela economia tupinambá. Tratava-se da luta da caravela e da nau contra a canoa e a jangada. Do escambo local contra o comércio internacional. Da economia escravista mercantil contra a produção aldeã doméstica. Da paliçada de madeira contra a muralha de pedra. Da malha metálica contra a carne nua. Da palavra contra a escrita. Da pedra contra o ferro. Do cristão contra o índio. No mundo das representações espirituais, o combate era igualmente desigual. O pajé antagonizava o jesuíta, soldado da que logo se mostraria a mais disciplinada, aguerrida e preparada ordem religiosa da época. A Companhia de Jesus propunha-se fazer a ponte entre o mundo feudal e o Renascimento. Colocar a razão a serviço da fé. Nesta posição privilegiada, mantinha contatos estreitos e diretos com a Coroa lusitana e com Roma. Muitos dos jesuítas enviados ao Brasil haviam Requentado as

melhores universidades européias. Os pajés não constituíam sequer um corpo sacerdotal institucionalizado.- Tornava-se pajé quem quisesse e pudesse. (Thevet, 1978: 1179; 1983: 71-5.) (Cf. Maestri Filho, 1997, pp.213 – 228)

Ele, em particular, foi inspirado na leitura de uma carta escrita pelo padre Manuel da Nóbrega ao chegar a Bahia de Todos os Santos (atual cidade do Salvador), em 1549, na qual informava aos superiores da Cia. de Jesus as suas primeiras impressões das terras do Brasil. Assim dizia Nóbrega:

Desde logo se fez a paz com o gentio da terra e se tomou conselho sobre onde se fundaria a nova cidade, chamada do Salvador, onde muito ainda obrou o Senhor, deparando logo muito bom sítio sobre a praia, em local de muitas fontes, entre mar e terra, e circundado das águas em torno aos novos muros. Os mesmos índios da terra ajudam a fazer as casas e as outras coisas, em que se queira empregá-los; pode-se já contar com cem casas e se começa a plantar cana-de-açúcar e muitas outras coisas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo, ainda que algumas, por demasiado pingues, só produzam a planta e não o fruto. É muito salubre e de bons ares, de sorte que sendo muita a nossa gente e mui grandes as fadigas, e mudando de alimentação com que se nutriam, são pouco os que enfermam e estes depressa se curam.

A região é tão grande que, dizendo de três partes em que se dividisse o mundo, ocuparia duas; é muito fresca e mais ou menos temperada, não se sentindo muito o calor do Estio; tem muitos frutos de diversas qualidades e mui saborosos; na mar igualmente muito peixe e bom. Semelham os montes grandes jardins e pomares, que não me lembra ter visto pano de arrás tão belo. Nos ditos montes há animais de muitas diversas feituradas, que nunca conheceu Plínio, nem deles deu notícia, e ervas de diferentes cheiros, muitas e diversas das de Hespanha, o que mostra a grandeza e beleza do Criador na tamanha variedade e beleza das criaturas. (Cf. Nóbrega, 1983, p. 341)

Esta citação é apenas uma ilustração, uma vez que a sua obra não faz parte da documentação a ser usada nesta pesquisa. Mas nem por isso deixa de ser importante citá-lo, pois o trecho aqui reproduzido já ilustra um pouco qual era o estado-da-arte da realidade agrária brasileira daquela época. Observa-se aí como o autor parece ter se impressionado com a extensão territorial, a fertilidade do solo, a preciosidade da vegetação, a perfeição e o tamanho das suas paisagens que lembram (sic) a beleza dos jardins, montes e pomares estampados nas tapeçarias antigas e valiosas que eram fabricadas em Arrás, na França.

Mas o padre Nóbrega, assim como os demais viajantes, missionários, visitantes estrangeiros e até mesmo documentos oficiais dessa época, não se limitava apenas a exaltar as belezas das terras do Brasil. Em todos esses testemunhos encontram-se reclamações sobre a existência de monstros marinhos

— conforme já foi apresentado no capítulo V —, e dos males provocados pelo clima, insetos, a existência de diferentes tipos de animais, da falta da moral e da cultura cristã dos povos brasileiros e da presença do inferno, como aparece nas palavras do padre Fernão Cardim, do final do século XVI (entre 1583 a 1590), relatadas adiante. Mas o imaginário sobre o inferno, no século XVI, era de um lugar de confusão, castigo e vingança, conforme está visualizado na figura abaixo, quadro pintado por um autor anônimo pertencente à escola portuguesa de pintura do século XVI, e em alguns outros quadro ou mesmo na literatura da época. Imaginário semelhante é feito em relação à vida, à cultura e aos modos de vida dos índios brasileiros no século XVI. Nas palavras acima anunciadas de Fernão Cardim, o ambiente doméstico dos índios brasileiros

(...) Parece um inferno ou labirinto: uns cantam, outros choram, outros fazem farinhas e vinhos, etc, e toda a casa arde em fogos; porém é tanta



Figura 162. O Inferno⁹².

a conformidade entre eles que em todo o ano não há uma peleja, e como não terem nada fechado, não há furtos. Se fosse outra qualquer nação, não poderiam viver da maneira que vivem, sem muitos queixumes, desgostos e ainda mortes, o que se não acha entre eles. Este costume das casas guardam também agora depois de cristãos. (Cf. Cardim, Apud Ferreira, [1993], pp. 400-401)

⁹² Figura 162. O Inferno, primeira metade do século XVI. Anônimo (escola portuguesa) Este quadro é uma tela de óleo sobre madeira, de 119 X 215, 5 cm, pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, Portugal. (In: MORAES BELUZZO, Op. cit. p. 25)

O sentido do discurso de Cardim sobre os princípios, origem, costumes, adoração e cerimônias dos índios brasileiros é o de procurar demonstrar que

(...) Este gentio não tem conhecimento algum de seu Criador, nem de cousa do Céu, nem se há pena nem glória desta vida, e portanto não tem adoração nenhuma nem ceremonias, ou culto divino, mas sabem que tem alma e que esta não morre, e depois da morte vão a um campo onde há muitas figueiras ao longo de um famoso rio, e todas juntas não fazem outra cousa senão bailar; e têm grande medo do demônio ao que chamam Curupira, Taguiagba, Macachera, Anhanga, e é tanto o medo que lhe têm, que só de imaginarem nelle morrem, como aconteceu já muitas vezes; não no adorão, nem a alguma outra creatura, nem têm ídolo de alguma sorte, somente dizem alguns antigos que em alguns caminhos têm certos postos, aonde lhe oferecem algumas cousas pelo medo que têm delles, e por não morrerem. Algumas vezes lhe apparecem os diabos, ainda que raramente, e entre elles há poucos endemoniados. (Cf. Cardim, 1980, p. 87)

Em toda a tese procurou-se enfatizar o sentido do discurso do colonizador, quer seja o expresso diretamente pelo próprio, quer seja os enunciados pelos seus representantes, tanto os da própria época quanto os posteriores, como os dos testemunhos aqui usado. Por isso, como se viu até aqui, os discursos estão repletos de ambigüidades. Estas tomando aqui mais uma vez a idéia desenvolvida por Orlandi, através do uso imediato das palavras em que os sentidos não ecoam, e o que a autora vai definir por *Língua-de-espuma*, que é, na realidade, uma língua vazia. (Orlandi, 1997, pp. 102-134). Esta é uma língua (...) *em que os sentidos batem forte mas não se expandem, em que não se expandem, em que não há ressonâncias, (...) os sentidos se calam. (...) Se de um lado, não se comprometem com nenhuma “realidade”, de outro, impedem que vários sentidos se coloquem para esta mesma “realidade”.* (Cf. Idem, Op. cit., p. 102 e ss)

Ainda quanto a essas ambigüidades, apreço silenciosamente, por exemplo, no sentido do discurso da 3ª Carta (1549) carta do padre Manuel da Nóbrega, começando assim: “(...) *esta terra a nossa empresa* (Afrânio Peixoto, 1931, introdução)”. A expressão “*nossa empresa*”, de uso genérico na época, para identificar todo e qualquer tipo de posse, traz exatamente uma dessas ambigüidades, ou este sentido de *língua-de-espuma*. Quando olhado desta perspectiva, pode ser interpretado como uma maneira do padre referir que esta terra é propriedade da Corte portuguesa, com a qual estava rigorosamente

vinculado. Mas, ao mesmo tempo, também da própria Companhia de Jesus, na qual militava, uma vez que essa, embora não fosse de origem portuguesa tinha, mais do que as demais ordens católicas, o compromisso da internacionalização do catolicismo.

Neste sentido, a sua *filial lusitana* estava comprometida na defesa da fé crista, a qual, por sua vez, articulava-se, ou mesmo confundia-se com os interesses mercantilistas do reino portugalense. Tais aspectos são aqui usados apenas como ilustração, visto que são fatores essenciais à compreensão da constituição dos saberes, de um modo geral, mais especialmente dos agrários.

Outras ambigüidades permeiam os discursos das obras missionárias, cujos silêncios dos sentidos dos mesmos, eram os de *purificar* qualquer *pecador* e convertê-lo à fé cristã. Mas, para isso, seria necessário também que essas *almas penadas* aceitassem, integralmente aqueles *bons ensinamentos* disseminados pelos representantes da Igreja Católica, e não por qualquer outra seita. Mas esse pecador teria de aceitar os novos hábitos de trabalho e, acima de tudo, incorporar os sacramentos da Eucaristia, sem mais praticar nenhum pecado mortal, pois este o levaria à danação da sua alma. Se isto voltasse acontecer, assim se entende nos sentidos dos discursos, o pecador estaria condenado a servir eternamente a Satanás, visto que este era hábil em preparar astúcias para induzir facilmente os *inocente, os puros de espírito* ao fogo do inferno.

Sobre tal aspecto, diz Moraes Belluzzo que

(...) *O jogo de sentido, estabelecido através das duas pinturas [o Inferno e a Adoração], supõe ainda que a representação se dissolva, exibindo seu teor ficcional. Desse modo, presencia-se a construção do índio, que se assemelha ao diabo (assemelha-se, mas não é), e o teor fictício do retrato indígena em indumentária do Rei Mago. Destaca-se o teor eminentemente simbólico desses processos, uma vez que nem de longe se pretende uma nova versão religiosa e sabe-se que os índios não figuram nos textos sagrados, e, nos dois casos mencionados, os pintores fazem ver por analogia imagens constituídas no seio do projeto missionário colonial.* (Cf. Moraes Belluzzo, Op. cit., p. 25)

E mais do que qualquer Ser humano que não praticava os preceitos da religião supracitada, tanto o índio brasileiro quanto o negro africano — até mesmo em relação aos pecadores judeus, árabes ou mouros — eram mais vulneráveis a

serem induzidos às plagas do inferno. De certa forma, a situação do índio brasileiro era ainda mais vulnerável do que a do próprio africano, pois, embora ambos praticassem a feitiçaria, cujo ritual era de evocação do *mal*, o primeiro carregava ainda mais um estigma em relação ao segundo, ou seja, a prática da antropofagia. Esta, segundo mostra o texto a seguir, extraído de uma carta de Pedro Correa⁹³, escrita em 1551, sobre as semelhanças que existem entre os *Brasis* e os *Mouros* e a maneira pela qual são mortos os prisioneiros, diz:

(...) todos estes Gentios se comem uns aos outros, lhe quero aqui declarar em breve como se comem. Quando se captavam uns aos outros, aos que cativam fazem-lhe um colar com os que atam no pescoço de noite em uma rede que dormem e deitam-lhe umas

soltas por debaixo dos gijhos⁹⁵ e outras por cima, as quaes nunca lh'as desatam e muitos delles dão duas ou tres mulheres, que de continuo os guardam de dia e de noite, as quaes mulheres são filhas dos Principaes ou irmãs moças solteiras e parece-



Figura 163. Adoração⁹⁴

⁹³ No cabeçalho da carta VIII, da obra citada, p. 94, afirma Afrânio Peixoto que *Pedro Correa, pessoa que esteve muito tempo no Brasil, e um dos primeiros da Terra; serve a Deus com grande fervor na Companhia de Jesu.*

⁹⁴ Figura 163. Adoração dos Magos. Século XVI. Óleo sobre madeira 131 X 82 cm. Uma das dezesseis pinturas que compõem o retábulo da Capela-Mor da Sé de Viseu, Portugal. Diz Belluzzo (1994, p. 23, v. I), “que esta e os demais painéis que compõem o Retábulo da Capela-Mor da Sé de Viseu, Portugal, de autoria diversa, são também atribuídos a Vasco Fernandes, o Grão Vasco, e a Jorge Afonso. A figura do índio brasileiro se inscreve no interior do episódio da adoração”. (Idem, *ibidem*)

⁹⁵ Tanto na 2ª edição, 1813, do Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Eduardo Faria, quanto na versão eletrônica para Window 2.0, de 1997, do Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o vocábulo mais próximo do apresentado na citação, é *joio*, que significa: Erva anual, da família das gramíneas (*Lolium temulentum*), que cresce caracteristicamente nas plantações de trigo, cespitosa, (que cresce formando touceiras), de folhas lineares e ásperas, flores mínimas, associadas em espiguetas que formam espigas, a qual tem um princípio tóxico e chega a atingir 80 cm de altura. No sentido figurado: coisa daninha, ruim, que surge entre as boas e as corrompe.

lhe a um Índio, por principal que seja, que não pode melhor empregal-as, e ai alguma destas acerta de parir. (Cf. Correa Apud Peixoto, Op. cit. p. 98)

Nesse novo universo, justificava-se, naturalmente, as razões pelas quais o índio era massacrado e morto. Mas em tese, esse Ser poderia (*até*) se transformar em um bom cristão, mas dependia, basicamente, da maneira pela qual fosse instruído em matéria de religiosidade e na incorporação dos preceitos da doutrina católica, e não de qualquer uma outra, tal como mostra a ilustração a seguir, na qual um índio participa da Adoração ao Santíssimo Sacramento.

Destarte, no presente capítulo e no seguinte, espera-se que a análise das fontes testemunhos — as quais são, obviamente, diferentes das usadas nos capítulos anteriores — consolidem esta confirmação, mas deve-se ficar sempre atento a qualquer causa que possa levar ainda a uma possível negação. Daqui para a frente a barca da exegese ao navegar com o levitar das palavras do Frei Vicente em direção a último capítulo da tese que não é o final do tema nela tratado. O sentido do discurso desse frei transmite ao leitor informações fundamentais à formação de juízo sobre o processo de transmutação sócio-cultural brasileiro. Da mesma forma, continua o seu argumento, aliás, o mesmo feito por João de Barros cem anos antes, sobre a mudança do nome de Terra de Santa Cruz para o de Brasil. E por fim, diz ainda o referido frei:

(...) Disto dão alguns a culpa aos reis de Portugal, outros aos povo adores: aos reis pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado, que nem o título quiseram dele, pois, intitulado-se senhores de Guiné, por uma caravelinha que lá vai e vem, como disse o rei do Congo, do Brasil não se quiseram intitular; nem depois da morte de el-rei D. João Terceiro, que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse, senão para colher as suas rendas e direitos. E deste mesmo modo se hão os povoadores, os quais, por mais arreigados que na terra estejam e mais ricos que sejam, tudo pertencem levar a Portugal e, se as fazendas e léis que possuem souberam falar, também lhe houveram de ensinar a dizer como aos papagaio, aos quais a primeira coisa que ensinam é: papagaio real pera Portugal, porque tudo quanto para lá. E isto não têm só os que de lá vieram, notas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. Donde nasce também que nem um homem nesta terra é república, nem zela ou trata do bem comum, sendo cada uni do bem particular. Não notei eu isto tanto quanto o vi notar a Um bispo de !! ucu#nan da ordem de São Domingos, que por algumas destas terras passou pera a corte. Era grande cartonista, homem de bom entendimento e prudência e assi ia muito rico. Notava as coisas e via que mandava comprar um frango, quatro ovos e um peixe pera comer e nada lhe traziam, porque não se achava na praça nem no açougue e, se mandava pedir as ditas coisas e outras muitas às casas particulares, lhes mandavam.

Então disse o bispo: verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas' porque toda ela não é república, sendo-o cada casa. E assim é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário, porque têm escravos, pescadores e caçadores que lhes trazem a carne e o peixe, pipas de vinho e de azeite que compram por junto, nas vilas muitas vezes se não acha isto de venda. Pois o que é fontes, pontes, caminhos e outras coisas públicas é uma piedade, porque, atendo-se uns aos outros, nenhum as faz, ainda que bebam água suja e se molhem ao passar dos rios ou se orvalhem pelos caminhos, e tudo isto vem de não tratarem do que há cá de ficar, senão do que hão de levar para o reino. Estas são as razões por que alguns com muita dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento; e a estas se pode ajuntar a que atrás tocamos de lhe haverem chamado estado do Brasil, tirando-lhe o de Santa Cruz, com que pudiera ser estado e ter estabilidade e firmeza. (Cf. Frei Vicente, op. cit. pp. 57-58)

Assim, o discurso do frei é também uma espécie de síntese das questões políticas do século XVI sumarizadas neste e no capítulo anterior. E ao ressaltar aqui esses vários aspectos que são característicos do discurso do confronto, revela-se a estrutura da organização de um saber, cuja realidade revela ser permanentemente fundada numa dualidade sócio-econômica, como a apresentada até aqui. Essa dualidade torna-se mais complexa no capítulo seguinte — o qual é também uma espécie de considerações finais ao estudo em pauta —, quando analisar-se-á algumas questões do saber agrário brasileiro por cada macro-região, as quais não são homogêneas nem nos seus aspectos geográficos, e menos ainda nos sociais.

Finalmente, tentar-se-á perceber no sentido do discurso das fontes a serem analisadas no próximo capítulo as representações convencionais à elaboração de uma possível análise sobre outras questões básicas, em particular o isolamento de cada região brasileira voltada praticamente para dentro de si. Essa é uma questão fundamental à compreensão sobre a constituição de um modelo específico de organização social da produção, cuja base econômica derivava-se da interação entre as diferentes formas de organização sócio-cultural de um modelo civilizatório em permanente transmutação.

Da mesma forma, serão analisados, também, alguns outros aspectos da transmutação do passado transcendental dos saberes agrários brasileiros, como um fenômeno *a priori*, no sentido de que o saber, enquanto construção teórica, é anterior às experiências diuturnas, quer sejam coletivas quer sejam

individuais. tanto as experiências reais, Entre as quais destacar-se-á o aparente gosto pela natureza, em grande parte revelado mediante o silêncio do discurso imagético sobre uma paisagem, índio ou mulher, esta sempre com feição da pureza e a formosura de Vênus, etc., mas como se pode ler em *Visão do Paraíso e Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, ou em particular no *Retrato do Colonizado Precedido pelo retrato do colonizador*, de Albert Memmi, que não se tratava de um gosto, mas vocações *pilhadoras* naturais do comportamento do colonizador em qualquer momento histórico.

Espera-se que esse fenômeno seja melhor compreendido no capítulo IX: *Século XVII: Cena conclusiva do passado transcendental dos saberes agrários brasileiros.*



Figura 164. Desembarque de europeus em terra de Índios no séc. XVII⁹⁶

⁹⁶ Figura 164. País com Desembarque de Europeus em Terra de Índios no século XVII. Circulo de Gillis Peeters. Óleo sobre tela 83 x 119 cm. Museu Nacional del Prado. A obra encontra-se atualmente em depósito no Museu de Belas artes de Málaga. (Cf. Moraes Belluzzo, Op. cit. p. 131.